

UFFRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**A EXPERIÊNCIA DA FAVELA DO JARDIM BATAN: REGIME DE
INCERTEZA NO PÓS-PACIFICAÇÃO**

JONATHAN WILLIAN BAZONI DA MOTTA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A EXPERIÊNCIA DA FAVELA DO JARDIM BATAN: REGIME DE
INCERTEZA NO PÓS-PACIFICAÇÃO**

JONATHAN WILLIAN BAZONI DA MOTTA

Sob a Orientação do Professor

EDSON MIAGUSKO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Sociologia.

Seropédica, RJ

Agosto de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D163e Da Motta, Jonathan Willian Bazoni, 1994-
A experiência da favela do Jardim Batan: regime de
incerteza no pós-pacificação / Jonathan Willian Bazoni
Da Motta. - Rio de Janeiro, 2020.
170 f.: il.

Orientador: Edson Miagusko.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, 2020.

1. Sociologia Urbana. 2. Antropologia Urbana. 3.
Violência. 4. Controle Social. 5. Favela. I.
Miagusko, Edson, 1972-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Ciências Sociais
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JONATHAN WILLIAN BAZONI DA MOTTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração em Sociologia Urbana.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/08/2020.

DR. EDSON MIAGUSKO – PPGCS (UFRRJ)
(Orientador)

DRA. CARLY BARBOZA MACHADO – PPGCS (UFRRJ)

DRA. MARCIA DA SILVA PEREIRA LEITE – PPCIS (UERJ)

DRA. LIA DE MATTOS ROCHA – PPCIS (UERJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e o suporte, sem o qual essa trajetória seria muito mais penosa e difícil. Vocês são a melhor família que uma pessoa poderia ter, meu muito obrigado: as tias Mônica e Márcia; ao meu tio Márcio; a minha mãe Maristela e meu pai Rubens; e a minha companheira Beatriz.

Aos amigos da UERJ e da Rural, obrigado pelas trocas, parcerias e afagos essa conquista é de vocês também: Valdeir, Fábio, Suzan, Daiani, Mariah, Apoena, Rhuann, Yasmin, Jade, Ramon, Kapoco e Thiago.

Obrigado aos coordenadores do SPG 32 da ANPOCS, Thais Duarte e Frank Davies; assim como do GT 95 da RAM, Adalton Marques, Fábio Candotti, Carolina Grillo e Daniel Hirata, pelos brilhantes comentários que ajudaram a compor parte do quadro reflexivo desse trabalho. Agradeço a Liliana Sanjurjo pelo curso de leitura no PPCIS e pela interlocução com o trabalho em sua fase inicial. Agradeço também a Monique Carvalho, Palloma Menezes e Eliska Altmann pelas dicas.

Agradeço a meu orientador pela paciência, pelo minucioso trabalho de revisão, pela liberdade de escolha das temáticas, pelas importantes trocas e por várias vezes me chamar a razão quando eu estava querendo “abraçar o mundo com as pernas” como bom geminiano que sou.

Às integrantes da banca: Carly, agradeço pelos comentários na qualificação e pelo convite a mergulhar no cotidiano e na antropologia; Marcia obrigado pelos ensinamentos e pelo comprometimento político com a causa dos moradores de favela, você sempre será uma inspiração para todos nós; e a minha querida Lia Rocha, a quem considero minha segunda mãe, obrigado pelo apoio por todos esses anos.

Por fim, aos meus interlocutores do Jardim Batan a quem considero coautores desse trabalho, o meu mais sincero obrigado, pois sem vocês nada disso teria sentido. Que essa pesquisa possa ser um aliado na causa dos moradores de favelas e contribua para mitigar as profundas desigualdades existentes.

Seguindo a determinação do programa: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Apesar da pesquisa não ter recebido nem 1 centavo de financiamento e as bolsas não terem reajustes a quase 10 anos.

RESUMO

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **A experiência do Jardim Batan: regime de incerteza no pós-pacificação.** 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A presente etnografia buscou fazer uma revisão da história social da favela do Jardim Batan, Zona Oeste do Rio de Janeiro para compreender a mudança social e dos ordenamentos territoriais ao longo do tempo e uma nova forma de governo dos pobres estruturada após o fim do projeto de pacificação, o regime de incerteza. Busco capturar as aproximações e os afastamentos dos diferentes governos, seus dispositivos de poder, seus agenciamentos e as formas de sujeição e subjetivação a partir da vivência de certos moradores. O fechamento da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Batan inaugurou um contexto de profundas mudanças no cotidiano da comunidade, onde a volta do controle territorial do tráfico, a guerra entre facções rivais, a possibilidade do retorno da milícia e a insegurança causada pelo aumento dos roubos, condicionaram a impossibilidade da reprodução do modo de vida anterior e um sentimento de incerteza generalizado. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é mostrar as formas criativas de viver e sobreviver nessas adversidades e as possibilidades reais de resistência.

Palavras-chave: Pós-Pacificação; Violência; Incerteza;

ABSTRACT

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. The experience of Jardim Batan: uncertainty regime in post-pacification. 163 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The present ethnography sought to review the social history of the Jardim Batan 'favela', west of Rio de Janeiro, to understand the social change and territorial ordering over time and a new form of government for the poor structured after the end of the pacification, the regime of uncertainty. I seek to capture the approaches and distances of the different governments, their power devices, their assemblages and the forms of subjection and subjectivation from the experience of certain residents. The closure of the Batan Pacifying Police Unit (UPP) in Batan inaugurated a context of profound changes in the daily life of the 'comunidade', where the return of territorial control of trafficking, the war between rival factions, the possibility of the return of the militia and the insecurity caused by the increase the theft, conditioned the impossibility of reproducing the previous way of life and a feeling of generalized uncertainty. In this sense, the objective of this research is to show the creative ways to live and survive in these adversities and the real possibilities of resistance.

Key Word: Post-Pacification; Violence; Uncertainty;

Sumário

Introdução	9
Deixando-se afetar pelo campo	13
Estrutura e estratégias de pesquisa	16
1. Ordenamento territorial, moralidades e política pública	19
1.1 Zona Oeste, favela ou comunidade? O problema das categorias espaciais no Batan.....	19
1.2 Arranjos do político no crime e o problema da legitimidade	25
1.3 O ordenamento miliciano: uma comunidade moral imaginada	32
1.4 A tortura a equipe do jornal O’Dia e a suposta ‘desarticulação’ da milícia	43
1.5 O “Xerife da paz” e o Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO)	45
1.6 O projeto de pacificação e a glória dos anos iniciais	49
1.7 Governamentalidade militarizada	55
2. A Crise no projeto de pacificação e a expansão da violência	59
2.1 Mudança de comando da UPP Batan: o início da crise	59
2.2 “Salários atrasados”, “desmotivação” e a “tentativa de arrumar algum”: a crise financeira do Estado do Rio de Janeiro e a crise ética da UPP	63
2.3 Fim da Unidade de Polícia Pacificadora do Batan	72
2.4 O tráfico no Pós-UPP: da “tranquilidade” à “guerra”	75
2.5 “Ai irmão, perdeu”: insegurança e aumento dos crimes patrimoniais	95
2.6 A presença espectral da milícia	100
2.7 Uma nova conjuntura criminal no pós-pacificação	106
3. Viver e (sobre)viver na incerteza	110
3.1 O sentimento de incerteza como regime de governo	110
3.2 Criatividade para subverter a ordem do tráfico: a militante da causa das mulheres	117
3.3 A arte de (sobre)viver pelo “desenrolo”: o “aproveitador” político	122
3.4 A sujeição pelo “medo”: o jovem ex-morador	125
3.5 Tráfico, milícia e roubo: o medo e o receio do funcionário público	130
3.6 A incerteza como modo de vida	134
Considerações Finais: tráfico, milícia e governo dos pobres	136
Referências	146
Anexo A	158

Introdução

Em uma noite de inverno em agosto de 2018 estava participando de um evento político organizado por uma ONG na favela do Jardim Batan. A *metodologia* já havia acabado e eu esperava pacientemente para conversar com Maria, uma das organizadoras e liderança do evento. No meio dos ‘comes e bebes’ do final da cerimônia ela se aproximou e conseguimos conversar por alguns poucos minutos. Dos assuntos que tratamos, um em especial me chamou a atenção. Perguntada sobre as mudanças ocorridas no território após a saída da UPP, Maria responde: “Aqui as coisas estão muito *incertas*. O tráfico voltou e está tendo tiroteio direto” (Caderno de campo).

Em meados de 2018 fomos eu e uma colega de trabalho de campo andar pelas ruas da Batan. Nosso objetivo era ver o cotidiano da favela após os intensos tiroteios que fizemos com que a favela novamente estampasse as capas dos jornais¹ e telejornais² do Rio de Janeiro. Nossa imprudência se justificava pelo afã antropológico de ‘ver para crer’ e foi nesse embalo que decidimos o percurso. Começamos pela parte central e enquanto andávamos tudo parecia muito tranquilo. As pessoas transitavam normalmente pelas ruas, entram e saiam dos estabelecimentos com a maior naturalidade e viviam suas vidas normalmente. Em uma mistura de decepção e alívio, resolvemos explorar a parte periférica do Batan, parte essa colada ao campo de Gericinó, alguns metros depois da sede da UPP. Peregrinando pelas ondulações das ruas da parte alta do Batan, novamente o sentimento de que ‘está tudo tranquilo’. Decidimos então sentar na praça para jogar conversa fora e descansar, esperando que alguma coisa surpreendente acontecesse. Três horas se passaram e os assuntos também, na pausa da conversa para contemplar o cotidiano, coloquei as mãos em minha cabeça – sem que minha colega percebesse – e questionei se aquilo que os moradores me contavam realmente era verdade. Estórias de tiroteios, troca de facções, medo e insegurança eram comuns nas conversas com os moradores; mas fora das conversas eu não as enxergava. Aquela insuportável calma me entediou profundamente e sem sombra de dúvidas frustrou a jovem pesquisadora que me acompanhava em seu primeiro trabalho de campo. A tranquilidade do Batan que afetava a gente – pelo erro de acharmos que as guerras em favelas era um rebatimento de um filme de ação hollywoodiano – também afetava o morador, que entendia que aquela calma e tranquilidade era um presságio de alguma coisa, que eu só entendi muito tempo depois... (Caderno de campo).

As 10:00 horas da manhã, em meados de 2019, subi ao Batan para acompanhar uma reunião comunitária entre a associação de moradores e a defensoria pública acerca das demandas dos moradores. Como de costume a parte central da favela estava movimentada com pessoas indo e vindo normalmente, clássico clima tranquilo que percorreu a maior parte da pesquisa. Chegando na rua da Associação de Moradores me deparei com uma cena, até então, inusitada. Avistei ao lado do portão da Associação de Moradores do Batan um jovem negro (retinto), sem camisa e com um short colorido, portando um *radinho* (rádio transmissor). O mesmo estava conversando com um outro, igualmente jovem, que estava do outro lado da rua no meio fio, branco, estava sem camisa e de short preto. Nos poucos segundos que olhei para eles (tentando esconder a surpresa) percebi que nenhum dos dois portavam armas, nem pistola, nem fuzil. A conversa, no pedaço que pude acompanhar, falava sobre supostamente alguém ser da *boca*. O rapaz negro disse: “Mas ele era da boca mesmo?” O branco respondeu: “Ele dizia que era”. Estranhamente aquela cena me trouxe medo, por mais que minha experiência de vida fosse repleta de encontros naturalizados de armas em favelas, aquele fato, naquele lugar me “afetou” por me sentir

¹ <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/06/5547444-intenso-tiroteio-assusta-moradores-da-comunidade-do-batan.html>> Acesso em: 04/06/2020

² <<https://globoplay.globo.com/v/6794966/>> Acesso em: 04/06/2020

monitorado, algo que nunca havia acontecido. Me dei conta que alguma coisa havia mudado e que era hora de começar a escrever (Caderno de campo alterado para essa introdução).

A favela do Batan é uma sub-região do bairro de Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro. É cortada por uma das mais importantes vias expressas da cidade, a Avenida Brasil – principal meio de deslocamento para o centro da cidade. A região possui 23,932 habitantes, segundo o Censo de 2010, com uma quantidade de residência aproximada de 7,614 domicílios. As ruas mais importantes são: Estrada do Engenho Novo, área central responsável pelo comércio; Rua Itaporanga, rua de passagem para outras partes da favela; Rua Alfredo Henrique Hastenreiter, onde fica a sede da associação de moradores; Rua Abigail Pereira, rua que abrigou a antiga sede da UPP; Rua São Dagoberto, que alojou a segunda sede da UPP.

A história do Batan está atrelada a história de seu bairro. Localizado entre o Maciço da Pedra Branca e a Serra do Mendanha, Realengo tem sua origem em 1814, como uma área rural da cidade, com “surtos de urbanização” (DE OLIVEIRA, 2017) no século XX, abrigando a Fábrica de Cartuchos e Artífícios de Guerra e a Escola de Instrução Especializada, ambas do exército brasileiro. Sua paisagem é mesclada com a herança militar dos quartéis que cercam o bairro e os conjuntos habitacionais que deram início ao povoamento da região na década de 1940 se estendendo até a década 1970 quando atingiu seu auge.

Essa localidade até a década de 1960 era uma enorme fazenda com vegetação típica, criação de gado e natureza exuberante, inclusive o seu nome é derivado de uma árvore conhecida como Ubatã (ESPERANÇA, 2012). A partir dos anos 1970 a região foi ocupada por muitas famílias, inclusive “imigrantes de outros estados, como Minas Gerais e São Paulo ou de outras regiões como o Nordeste” (Mendonça, 2014, p. 4). Essa densidade populacional criou divisões internas na própria região. O “complexo do Batan” é dividido em seis subáreas que foram unificadas como Batan pela UPP: A área central (também chamado de Batazão), o Morrinho, o Posto 200, a Cristalina, o Conjunto do Ipês e a Vila Jurema, como mostra a figura 1.

Mapa 1 – Subdivisões do Jardim Batan

Subdivisões do Batan



Fonte: Elaboração própria pelo QGIS.

Em 2009 foi inaugurada a UPP Batan, e com ela a expectativa de um futuro melhor para seus habitantes que já haviam presenciado tráfico e milícia. Contrariando a lógica do projeto de fixar essas unidades em áreas da cidade de maior valor e localidades que fizessem parte dos espaços satélites dos megaeventos, o Batan foi a terceira favela a receber essa política. Isso só ocorreu devido à repercussão internacional causada com a descoberta de que jornalistas haviam sido torturados por milicianos da localidade, em 2008 (ESPERANÇA, 2012; MENDONÇA, 2014; DIAS, 2016). Após o lamentável episódio a opinião pública, a mídia e certas autoridades políticas – que até então defendiam a atuação desses grupos armados classificando sua opressão como autodefesa por causa da proibição do uso e venda de drogas, músicas com apologia ao tráfico ou a liberdade sexual, etc (CANO e DUARTE, 2012) – passam a problematizar essa forma de atuação. O Estado se viu obrigado a dar uma resposta enfática e satisfatória, já que o país não poderia ficar marcado internacionalmente como lugar da impunidade, pois iria realizar, tanto a Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A comunidade tem um forte apelo religioso, sobretudo cristão. Segundo o levantamento do ISER apresentado por Esperança (2012), existem 54 espaços religiosos na favela dos quais, “41 são igrejas protestantes, três terreiros de Umbanda, quatro

terreiros de Candomblé, três Igrejas Católicas Apostólicas Romanas (Icar), duas casas Espíritas Kardecista e um espaço ecumênico” (ibid, p. 93). A presença do cristianismo é tão forte que fez com que um morador criasse uma analogia entre bares e igrejas: “Aqui tem mais igreja do que bar” (Ibid, p. 95). Isso significa que o Batan tem uma paisagem mais sagrada que profana, mostrando assim a pujança da religião cristã no território e na forma de ver o mundo dos moradores.

Essa conjuntura religiosa foi fundamental para o sucesso dos anos iniciais da UPP criando um ajustamento entre política, moral e religião. Ainda segundo o autor, esse sucesso se deu porque a pacificação ao instituir o policiamento comunitário, remodelou a relação da polícia com os moradores, produzindo um “policial novo” mais próximo deles. No início da pacificação os grandes cargos eram de policiais identificados como evangélicos, inclusive o comandante e o P5, aplicando uma espécie de “gestão pastoral” apoiada pelas igrejas evangélicas. “A UPP parece ser uma pastoralização, como modelo de gestão de corpos, da Polícia. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local” (ESPERANÇA, 2012, p. 103). Essas linhas de forças que se coadunaram produziram a experiência de sucesso desses anos iniciais do projeto.

Tássia Mendonça (2014) também se perguntou do motivo pelo qual a UPP Batan foi considerada um sucesso, que justificou, à época, seu selo verde de “estabilidade da pacificação”. Para a autora foi a capacidade criativa dos moradores para recriar suas vidas e sociabilidades mesmo diante das adversidades. O que ela quer dizer com isso é que os moradores do Batan, principalmente os desajustados, optam por refazer suas formas de vida diante de um impedimento, em vez de partir para o confronto. O exemplo que ela dá no final de sua dissertação é sintomático. Diante da proibição do funk um grupo de pessoas – após a tentativa frustrada de “conversa” com os policiais – rapidamente substituíram o funk alto pela roda de samba no bar. É essa capacidade adaptativa e criativa que fez com que a UPP Batan fosse uma das que tivesse menor conflito em sua vida útil.

Para Ariley Dias (2016) a UPP criou a crença nos moradores de menores probabilidades de interrupção das rotinas pela força e contribuiu para que apresentassem suas demandas e avaliassem a atuação das organizações. Porém, o estado não conseguiu garantir o futuro proposto (utópico e previsível) para os segmentos sociais do Batan, criando um estado de indeterminação permanente do cotidiano. A UPP falhou em propiciar os projetos coletivos, fazendo com que certos moradores tivessem a

possibilidade de apostar em projetos individuais. Dessa forma a UPP contribuiu para assimetrias de expectativas e visões, criando oportunidades também desiguais.

As três pesquisas que subsidiaram o campo se preocuparam em compreender as implicações da UPP e suas complexidades na vida cotidiana dos moradores e na forma de pensarem o futuro. Esperança (2012) e Mendonça (2014) se ocuparam em compreender o sucesso dos anos iniciais da pacificação, sendo entendido respectivamente pelo imbricamento religioso entre população local e policiais e pela adaptabilidade aos contextos adversos dos moradores. Já Dias (2016) estava preocupado com a condição de possibilidade das visões de futuro dos moradores do Batan em um contexto de deslegitimidade e de críticas ao projeto. Juntos, esses trabalhos mostram a ascensão e início da queda da pacificação no Batan, a primeira favela da Zona Oeste a receber uma UPP e primeira e única em área de milícia. O meu trabalho busca fazer uma revisão da história social dessa região para compreender a mudança social e dos ordenamentos territoriais ao longo do tempo e uma nova forma de governo dos pobres, estruturada após o fim da UPP. Busco capturar as aproximações e os afastamentos dos diferentes governos, seus dispositivos de poder e seus agenciamentos, além de mostrar a experiência dos moradores nessas bruscas mudanças de contextos. Meu objetivo, portanto, é debater sobre: a) a territorialização do tráfico e suas implicações cotidianas para os moradores; b) a perda de legitimidade do tráfico e a invasão da milícia; c) a suposta ‘desarticulação’ da milícia e o contexto aberto pós-milícia; d) o sucesso da UPP nos anos iniciais; e) a crise da UPP Batan; e por fim f) a incerteza causada após o fim da pacificação.

Deixando-se afetar pelo campo

Retomo os três fragmentos do início dessa introdução (de forma agrupada) para debater brevemente sobre o percurso epistêmico da etnografia. Neles estão representados três momentos da “experiência etnográfica” (MAGNANI, 2009): a informação clímax – a incerteza provocada pela volta do tráfico; a decepção de não ver (com meus próprios olhos) aquilo que os moradores relatavam; e o momento quando sou “afetado” de forma não intencional (e branda) pelo contexto local. Essas fases que constituem a formação do pesquisador no campo, mostrou que o trabalho etnográfico está para além da “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 1998) do “eu estava lá” e da “observação” como princípio

fundamental para a “tradução cultural”. Sendo a etnografia um “experimento” fruto do intercâmbio entre o conhecimento acumulado do pesquisador e as teorias nativas, criando uma nova forma de ver as coisas, ou ainda, uma teoria etnográfica (PEIRANO, 1995; GOLDMAN, 2003 e 2006; MAGNANI, 2009), ela está mais relacionada com momentos imprevisíveis do que com situações controláveis (FAVRAT-SAADA, 2005).

No primeiro fragmento me atinei apenas na causa e não na consequência do problema. Para mim a conversa com Maria revelava a insegurança e o risco de vida causado pelo tráfico, identificando-o como a questão fundamental do processo. De tal maneira que a ideia de incerteza acionada pela interlocutora não me chamou atenção de início, já que a minha cabeça estava convencionaada a pensar em eventos críticos. A guerra como desdobramento da volta do tráfico era, naquele momento, a questão principal a ser perseguida, a ponto de arriscar minha segurança (e da minha amiga) procurando indícios concretos da existência da organização do tráfico e das disputas políticas pelos pontos de venda de drogas ilícitas, como registrado no segundo fragmento.

O tráfico é obviamente um elemento importante, mas seu fascínio repousa em seu caráter espetacular (performativamente espetacularizador). Minha busca por observar o evento crítico foi frustrada porque não tinha nada para se ver, tratava-se de sentir. A calma que presenciei indicava não um evento ou situação que pudesse satisfazer o clímax da espetacularização da violência em favelas, mas um processo mais amplo e mais complexo – que só pude ver quando parei de buscar elementos críticos que condensassem a experiência dos moradores e foquei em seguir fragmentos dispersos e não intencionais. Quando me abri para o cotidiano dos moradores, com seus períodos de guerra e paz, pude compreender a trama por trás das relações no Batan e do processo de mudança social. Essa trama tinha a ver com a volta tráfico, mas não somente; aliás se relacionava mais com a incerteza enquanto um sentimento que captura a subjetividade dos moradores, mas só tive essa percepção quando fui “afetado” pelo campo (FAVRAT-SAADA, 2005).

Ser afetado, explica Jeanne Favret-Saada (2005), não é somente ter afeto aos nativos, e sim compartilhar experiências sensíveis das quais eles participam. Quando o etnógrafo aceita ser afetado ele dá importância pra outras coisas que não são visíveis quando apenas observamos, participamos e descrevemos; como os “aspectos não verbais e involuntários da experiência humana” (Ibid, 2015, p.160). Como no caso da autora supracitada, se ela não tivesse sido afetada e esse fato não abrisse outras portas para

presenciar episódios informais de feitiçaria, ela teria dado importância central aos rituais, pois esses [...] “pode, é claro, ser descrito e compreendido, mas somente por quem se permitir dele se aproximar, quer dizer, por quem tiver corrido o risco de “participar” ou de ser afetado por ele: em caso algum ele pode ser “observado”” (Ibid, p. 161).

No terceiro fragmento, quando avistei os garotos, essa situação não foi apenas uma observação e constatação de que o tráfico estava de volta. Ela me fez sentir medo em um determinado momento específico. Ainda que por alguns instantes, provei algo que os moradores do Batan sentem diariamente. É óbvio que minha experiência de medo em campo não pode ser comparada a dos moradores, afinal em algumas horas saí da favela e voltei para o meu contexto habitual, enquanto os moradores continuarão imersos nesses sentimentos cotidianamente. A exemplo de Favret-Saada, se não tivesse sido afetado daria ênfase ao conflito e suas linhas de força, enquadrando o Batan apenas em uma conjuntura em que a volta do tráfico acarretou a guerra das disputas faccionais pelas “bocas de fumo”. Ao ser afetado, pude entender o significado de minha conversa com Maria no primeiro fragmento, em que a incerteza era a forma de experimentação cotidiana dos moradores. Independente se tinha ou não tinha “tiroteio direto”, como afirmou a interlocutora, o que estava em processo, e fugia do meu campo de visão, era a mudança brusca de contexto que modificou a forma de se relacionar com o território e fez com que os moradores tivessem que se adaptar a essa nova realidade pós-pacificação. Foi nesse momento que parei de perseguir o crime e passei a perseguir o processo de mudança social, em que o tráfico era um ator privilegiado, mas não o único.

Esse *insight* da incerteza passou a ser o fragmento que decidi percorrer para montar a totalidade do campo. “Não se trata, evidentemente, daquela totalidade que evoca um todo orgânico, funcional, sem conflitos e tampouco se trata de uma totalidade que coincide, no caso da cidade, com os seus limites político-administrativos” (MAGNANI, 2009, p. 137). Assim, ainda segundo Magnani (2009), a ideia de totalidade nunca é dada *a priori*, nem fixa; ela é construída a partir da experiência concreta dos atores e das escolhas teóricas do investigador. É nesse sentido que a incerteza para este trabalho se configura como uma totalidade construída a partir da experiência ontológica dos moradores, que experimentaram, cada um a sua maneira, esse novo contexto de indeterminação inaugurado após a saída da pacificação e da expansão da violência.

Estrutura e estratégias de pesquisa.

O trabalho de campo que subsidiou essa pesquisa foi realizado de forma descontínua e intervalada. No final de 2015 tive a oportunidade de trabalhar (*freelancer*) em um Survey em nome do Observatório de Favelas que mobilizava pesquisadores para uma pesquisa coordenada pela Stanford University. Essa experiência foi fundamental para poder realizar um trabalho de campo no ano seguinte para a monografia de conclusão de curso na graduação em ciências sociais da UERJ que durou até o início de 2017, além de garantir o conhecimento das ruas, vielas e becos que compõem a geografia do Batan; e uma série de lideranças comunitárias que facilitaram minha entrada em campo. Após um ano sem contato com o território, em 2018 retorno para a pesquisa de mestrado no PPGCS/UFRRJ, permanecendo em campo até meados de 2019. Essas constantes interrupções tiveram como ônus a falta da profundidade necessária para trabalhos monográficos de mais fôlego, se não tivesse ocorrido esses intervalos conseguiria ter aprofundado muito mais minha relação com as pessoas e conseguiria detalhar de maneira mais clara e objetiva a experiência dos moradores. Por outro lado, o bônus das interrupções fizeram com que pudesse conhecer e conversar com uma diversidade de pessoas, mesmo que de forma superficial e afastada, garantindo-me uma maior quantidade de informações.

Em campo me relacionei com cerca de 15 pessoas de diferentes tipos, a maioria homens de 28 a 60 anos. Por motivo de segurança – dado que o território do Batan foi, e é, um local cerceado por poderes legais e ilegais autoritários e perigosos – optei por evitar contextualizar a fala e os traços das pessoas (principalmente na primeira e segunda parte do trabalho), suprimindo elementos de sua agência e focando nas situações que elas testemunhavam. Dessa forma, entendo que perco uma parte da pluralidade do trabalho, já que gênero, classe, raça, religião e sexualidade são dimensões fundamentais da construção da pessoa e instigam importantes reflexões. Cada pessoa que pertence a esses diferentes grupamentos (e a mais de um grupamento) tem uma forma de ver e sentir o processo que ocorreu no Batan, sendo exatamente essa diversidade que permite ao pesquisador reconstruir os “fatos invisíveis”, em detrimento da “opinião nativa”, como aponta Goldman (2003) resgatando Malinowski. Por outro lado, essa estratégia foi acionada para proteger os interlocutores de possíveis represálias.

Nos dois primeiros capítulos busco valorizar os discursos dos moradores como forma de “testemunho” dos processos sociais que ocorreram no território. O conceito de testemunho de Veena Das (2011) é entendido nesse trabalho como o ato de falar sobre situações culturalmente inscritas e atestadas pelo sujeito.

Como qualquer elocução que ganha significado a partir do contexto (o que não quer dizer que não possa ser geradora de contexto), os fragmentos de sua fala que vou citar estão cheios de palavras não inteiramente formuladas, gestos performativos e todo um repertório de noções culturalmente densas que cercam essas elocuições. Assim, embora eu não queira sugerir uma ideia objetivada do significado (“aqui uma palavra, ali um significado”, como dizia Wittgenstein), parece-me que preencher o repertório a que cada fragmento aponta permite construir o significado como um processo no qual as elocuições derivam seu significado do mundo da vida mais do que a partir de noções abstratas de semântica estrutural (DAS, 2011, p. 19).

Essa pesquisa foi construída inspirada na metodologia acionada por Das (2011) acerca do processo de construção do mundo a partir de elocuições incompletas. A maior parte das informações registradas foram frutos de conversas informais no próprio território – apenas duas entrevistas foram realizadas com dois interlocutores de alto grau de proximidade, no final da pesquisa como forma de “complemento das informações obtidas por outras vias” (GOLDMAN, 2003, p. 455). Nesse sentido, reconstruo essas falas e trechos de conversas não como entrevistas, mas como testemunhos. Como adverte Zaluar (1986) a entrevista pode ser um perigo, pois ela é capaz de revelar não o que o nativo pensa, sente ou vive, mas sim o que ele acha mais importante revelar ao pesquisador, ou então a “revolta” – aquilo que é emergencial que ele acha que o pesquisador tem que saber, seja para compadecer-se à causa, ou para denunciar as dificuldades vividas. Já as conversas informais têm menores expectativas porque não são cerimonializadas, onde pesquisador e pesquisado se preparam exclusivamente para aquele diálogo. Minhas conversas foram realizadas em contextos mais livres onde os moradores interrompiam as falas, falavam outras coisas, realizavam outras atividades enquanto conversavam e assim por diante. Esse fato também explica o motivo da falta de profundidade que esses relatos têm, diferente da entrevista onde certos assuntos podem ser melhor desenvolvidos.

As únicas distinções que fiz nessa parte foi de gênero e de moradores comuns, de moradores e lideranças comunitárias e de policiais. Dessa forma tento diversificar as informações, já que as lideranças comunitárias por ter uma atuação dentro e fora da favela acabam tendo informações privilegiadas dos processos mais amplos que afetam o

território, enquanto os moradores comuns podem ter acesso a redes de boatos que os militantes nem sempre têm.

No primeiro capítulo faço uma reconstrução da história social do Batan desde a ocupação da região até o início da pacificação. Dessa forma, mostro como a região ganhou *status* de favela, a territorialização do tráfico de droga e sua perda de legitimidade, a ascensão e ‘desarticulação’ da milícia e o sucesso do início do programa de pacificação. Dessa forma mostro as aproximações e distanciamento desses ordenamentos territoriais e suas consequências para os moradores do Batan.

No segundo capítulo centro a análise sobre a crise do projeto de pacificação e a rearticulação das organizações criminosas no Batan. A UPP começou a ser criticada no final de 2011 e essas críticas se aprofundaram em 2015 com o contexto da crise econômica que a cidade do Rio de Janeiro passou. Dentro dessa conjuntura, tráfico e a milícia reaparecem como agentes transformadores do território, modificando e camuflando suas formas de atuação. Com o fim da UPP a violência na favela aumentou significativamente criando nos moradores um sentimento de incerteza em função das constantes interrupções das rotinas e da usurpação de seus bens patrimoniais.

Na última parte, apresento uma discussão sobre a incerteza como um regime de governo que captura a subjetividade e os modos de vida dos moradores. A partir da experiência de vida de quatro moradores, busco mostrar como a incerteza se expressa de forma diferente para cada um, condicionando seu modo de ver o mundo e a condição de possibilidade de transformação da sua realidade. O quadro social composto para a análise dessas quatro pessoas era: duas lideranças comunitárias e dois moradores comuns; dois brancos e dois pretos; dois jovens e dois velhos; três homens e uma mulher. Essa escolha não foi pensada como amostragem, nem tem o objetivo de ser representativa, longe disso! Essa escolha somente reflete uma tentativa de mostrar a pluralidade de repertório de sujeição e subjetivação (dentro dos limites de uma dissertação de mestrado).

1. Ordenamento territorial, moralidades e política pública

1.1 Zona Oeste, favela ou comunidade? O problema das categorias espaciais no Batan

Dona Cláudia - Avenida Brasil também faz parte do Batan né? Quando eu vim morar aqui a avenida Brasil era uma estrada só, cheia de mato, era um caminho, passava só carro uma vez na vida outra na morte. Podia até deitar na avenida Brasil que descansava. E só tinha uma pista só, e agora tem 4 pista né? Duas de lá, duas de cá. E aqui dentro de Batan mesmo, as casa era bem salteada, tinha poucas casas (Documentário ISER, 2013, 1:13 – 1:37 minutos).

Jair - moro aqui a 39 anos, vai fazer 40 agora. Vim pra cá pequenininho, e o Batam era, essa parte aqui era uma fazenda. Muito mato, muito lago. E eu vi crescer, a minha família vem pra cá na década de 1970, invadimos aí algumas áreas, pegamos terrenos, não conseguimos construir, doamos alguns. E eu vi o Batan crescer, crescer, vi a bandidagem crescer... (Documentário ISER, 2013, 1:37 – 2:12 minutos).

[Morador e liderança 1] Nos anos 1970 e 1980 aqui tinham poucas casas... Lá em cima [parte alta] dava pra ver o Batan todo. Na minha infância eu chamava meus amigos pra jogar bola lá de cima e eles lá em baixo [parte baixa] ouviam e saíam correndo pra brincar. Apesar da minha infância ter sido muito difícil, eu sinto falta das brincadeiras como: pique lata, pique bandeira e as brincadeiras na rua (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

[Morador e liderança 2] No início do Batan as coisas eram bem precárias... Fulano quando foi que chegou o asfalto aqui?

[Fulano] Se não me engano entre 1986 e 1989 (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 30 anos)

As falas desses moradores retratam o início da ocupação do Batan na década de 1970 até sua consolidação na década de 1980. A saudade do modo de vida simples, das “brincadeiras”, do tempo em que a região tinha poucas casas – a ponto de duas crianças conseguirem se comunicar em partes diferentes da localidade –, contrasta com a “dificuldade da infância”, a “precariedade”, principalmente urbana e o aspecto rural da região. Essas duas dimensões se complementam no imaginário social desses antigos moradores do Batan, por mais que fosse difícil viver em um lugar afastado da infraestrutura urbana, sem asfalto, com pouca oferta de transporte público, ainda assim a lembrança das brincadeiras, da natureza e da tranquilidade, atribuía um caráter positivo a essa época. Em seu momento inicial os moradores do Batan projetam duas imagens do lugar: a *precariedade* e o *saudosismo*.

As representações (de fora) – entendidas nesse trabalho como relatos, registros e consensos que são produzidos pelos jornais, pelos acadêmicos e pelas pessoas que moram nos bairros próximos (fora do Batan) – alocam essa região primeiro como uma favela, depois como uma região da Zona Oeste. Essa localização geográfica na cidade não pode ser naturalizada como normalmente é nos estudos de favela da Zona Oeste. Normalmente essas referências se ancoram na clássica bibliografia consolidada de favela, que na maioria das vezes tiveram as favelas da zona Central, Sul ou Norte como foco de investigação. Dada a pouca reflexão existente sobre a Zona Oeste, esses estudos tendem a tomar essas favelas localizadas nessa região sem problematizar: o que é ser uma favela da Zona Oeste?

Minha análise não pretende simplesmente contrapor ou justapor as categorias favela e Zona Oeste, mas sim mostrar como se produziu e construiu o processo de favelização do Batan levando em consideração sua localização geográfica na Zona Oeste. Na história social do Rio de Janeiro favela e Zona Oeste estiveram profundamente conectadas, uma vez que as políticas de remoção da primeira contribuíram decisivamente para o adensamento populacional da segunda. Apesar da relação constitutiva dessas categorias, elas têm temporalidades, espacialidades e representações bastantes diferentes.

Valladares (2005) explica que no final do século XIX os cortiços representavam o “locus da pobreza” e o local de moradia das “classes perigosas”, sendo considerado um “germe” da favela. Com a política de derrubada dessas habitações surgiu a primeira favela, o Morro da Favella (atual morro da Providência) associada a Canudos por representar um modo de vida diferente da cidade e seu ideário de civilidade. Pouco a pouco o termo favela passou a designar qualquer tipo de moradia precária, como mostra a síntese da autora:

Mas só após essa ferrenha campanha contra o cortiço foi despertando o interesse pela favela, um novo espaço geográfico e social que despontava pouco a pouco com o mais recente território da pobreza. De início, tal interesse voltou-se para uma determinada favela que catalisa todas as atenções. É o Morro da Favella, já existente como o nome de Morro da Providência, que entra para a história através de sua ligação com a guerra de Canudos, cujos antigos combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados. O Morro da Favella, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 26).

Favela é um fenômeno sociocultural que data do final do século XIX e início do século XX, está relacionada a precariedade habitacional e a geografia da região central da metrópole. Por sua vez, Zona Oeste surge como uma referência geográfica para as áreas rurais da cidade, que vai se modificando ao longo do tempo até se tornar uma das áreas mais populosas da metrópole.

A Zona Oeste é uma grande área da cidade dividida pela prefeitura por meio de duas Áreas de Planejamento (AP): AP-4 e AP-5. Cada (AP) é constituída de Regiões Administrativas (RA) que por sua vez é formada por bairros. A AP-4 é instituída pela RA XVI - Jacarepaguá, RA XXXIV – Cidade de Deus e RA XXIV- Barra da Tijuca; a AP-5 é composta por RA XVII – Bangu, RA XXXIII – Realengo, RA XVIII – Campo Grande, RA XIX – Santa Cruz, RA XXVI - Guaratiba³. Seguindo as pistas de De Oliveira (2017) o trabalho entende Zona Oeste não no sentido geopolítico e abrangente, mas no sentido identitário e restritivo. Por tanto, será aqui entendido como Zona Oeste somente a AP-5, pois é assim que seus moradores se definem. Como adenda a autora supracitada, a AP-4 é caracteriza por bairros, na maioria das vezes, de alto padrão econômico e que desfrutam de acessos a bens urbanos, enquanto a AP-5 é definida pela falta desses bens urbanos e pelo baixo padrão econômico, na maioria dos bairros. Há uma certa tendência da população da AP-4 de se identificarem com suas respectivas centralidades, como Jacarepaguá e Barra da Tijuca; já os habitantes de AP-5 tendem a se identificarem como moradores da Zona Oeste, independentemente de sua centralidade geográfica. Dito de outra forma:

Localizada no extremo oeste do Município do Rio de Janeiro, a AP5 possui uma extensão territorial de 592,33 km², correspondente a quase metade do território da Cidade (48,4%). Habitualmente chamada de Zona Oeste, apesar de, a rigor, geograficamente, a Zona Oeste também incluir as regiões da AP4, a denominação passou, pelo uso popular, a identificar somente a AP5 e alguns bairros da AP4, com características sócio-econômicas parecidas a da AP5. Esta imprecisão na nomenclatura é resultado da estreita relação entre a localização espacial e nível social, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, onde descrições geográficas são generalizadas e confundidas com caracterização social. Neste amplo espaço de planícies e morros, os núcleos urbanos se adensaram em torno de estações ferroviárias, alguns tão distantes do Centro da Cidade, como Campo Grande e Santa Cruz, que chegam a 70 km de distância, que se apresentam como se fossem ‘outras cidades’ ou cidades satélites (DE OLIVEIRA, 2017, p. 325).

A Zona Oeste era até a década de 1950 uma região majoritariamente rural, apesar de seus “surto de urbanização”. O desenvolvimento urbano dessa área só foi possível por

³ <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91362/4760583/ANEXO+I+-+%C3%81reas+de+Planejamento.pdf>> Acesso em: 04/06/2020.

causa do fim do ciclo da laranja. Foi na década de 1960 que as indústrias passaram a ser instaladas nessa área e na década seguinte a Zona Oeste passou a ser intensamente ocupada em razão do processo de segregação socioespacial da cidade, principalmente os de remoção (DE OLIVEIRA, 2017). Uma das características que a autora atribui a Zona Oeste é referente ao uso do solo, que segundo ela é “caracterizado pela existência de extensas áreas onde predominam assentamentos que podem ser classificados de várias maneiras, tais como: irregulares, clandestinos, ilegais, precários ou inapropriados” (Ibid, 2017, p. 338).

Assim como a favela em sua origem, a Zona Oeste em seu processo de urbanização tinha profundas irregularidades jurídicas da ocupação do solo. Nesse sentido, o Batan não pode ser identificado como favela, especificamente por causa das irregularidades fundiárias, uma vez que esse quadro é evidenciado em toda a Zona Oeste. A não ser que consideremos a Zona Oeste como uma enorme favela, o que seria completamente contraproducente. Valladares (2005; 2000) já alertou para o perigo da homogeneização do termo favela, já que o mesmo representa realidades muito diferentes entre si. Pensar o Batan como uma favela por causa das irregularidades da moradia não faz sentido no contexto da Zona Oeste – essa formulação pode fazer sentido em contexto da Zona Central e Sul e em menor grau Norte. Nesse enquadramento, a localidade em questão não pode ser pensada como favela pois não há diferenças substanciais entre ela e o restante da Zona Oeste, sendo assim, o Batan em seu processo de consolidação territorial era, do ponto de vista das categoriais espaciais, uma localidade da Zona Oeste. Mas como essa região se tornou favela?

[Morador e liderança] Naquela época [1980] já havia tráfico, sendo que não tinha armas pesadas, era pistola 38, e olhe lá, mas já havia vários corpos espalhados pelo Batan, chacinas realizadas pelos bandidos que eram barra pesada, mas foi nos anos 1990 que as coisas pioraram (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

[Morador] Olha, quando eu cheguei aqui, o tipo de armamento era outro, a vagabundagem era outra e de lá pra cá mudou muito. Assim, evoluiu como, eu digo assim, evoluiu em matéria de armamento, cresceu muito, evoluiu muito.

[Jonathan] Qual era o tipo de armamento na época, o senhor lembra?

[Morador] Ah! Na época era... Se usava muito a carabina, calibre 12, pistola. Agora você vê aí fuzil 762, AK-47. Então, esses armamentos é o que mais a gente vê aqui. Granada... Aqui dentro do Batan eu já vi na mão de vagabundo. [Diminuição da voz] Tem que falar baixo que eles passam bem aí. Já vi na mão de vagabundo, mas assim, utilizar a granada não, mas já vi na cintura; mas o armamento mesmo é AK, 762 e pistola. Então, em questão de armamento,

cresceu muito, evoluiu muito” (Trecho de entrevista realizada com morador por volta dos 50 anos).

O fenômeno do tráfico de drogas (a varejo) no Batan teve início por volta dos anos 1980, segundo os moradores. Com o estabelecimento do tráfico a violência aparece como elemento constitutivo dessa forma de ordenamento. Ao acionar, em sua fala, as categorias de “bandidos que eram barra pesada”, “vários corpos espalhados” e “chacinas”, o interlocutor produz uma caracterização do bandido cruel sanguinário capaz de mobilizar uma alta carga violenta contra o inimigo – tendo como desdobramentos, mortes em massa – como algo que ocorria décadas antes de sua popularização pelos jornais.

O armamento é outra dimensão que os interlocutores acionam como ponto de transformação e “evolução” entre passado e presente. A construção dessa imagem do tráfico com um armamento com baixo poder de fogo, “pistola e olhe lá”, nos anos iniciais, dá-se a partir da oposição com o presente observado cotidianamente por eles. Portanto, a referência a essa baixa capacidade bélica do tráfico só pode ser entendida em função do alto poder que esses grupos dispõem, armamentos como “fuzil 762, AK-47”. A questão não é o tráfico de drogas estar armado ou não (nos anos 1980), mas sim como hoje em dia eles estão muito mais armados, pelo menos é essa a impressão que os moradores têm.

Parece-me que armamento e violência configuram uma relação diretamente proporcional, no caso do Batan. Grillo (2014) nos lembra que a arma de um bandido é elemento fundamental de sua existência (enquanto bandido) e de seu exercício de poder. Os moradores do Batan também exprimem sua compreensão do mundo do crime a partir dessa lógica. Passado e presente estão conectados em uma estrutura valorativa na qual o passado é encarado como menos violento por ter menos armas; e o presente mais violento em função da potência bélica dos criminosos. Por esta razão, na visão dos moradores, quanto mais armado for o tráfico mais violento, por conseguinte, ele será.

Se por um lado, favela e Zona Oeste estiveram conectadas pela irregularidade fundiária e precaridade social no passado, recentemente esses dois polos se afastaram do ponto de vista do controle do tráfico de drogas e da violência. Uma série de bairros populares, conjuntos habitacionais e outras formas de habitação distintas da topografia de morros ganharam o estatuto de favela após a fixação dos bandos armados. É a dimensão violenta que passa a definir quais áreas serão consideradas ou não favela. No caso do Jardim Batan, é no processo de territorialização do tráfico de drogas com seus “bandidos barra pesada”, com suas “chacinas” e com “corpos espalhados”, que essa região passa a

ter o estatuto de favela. Essa classificação se fixou quando “as coisas pioraram” nos anos 1990. Ou seja, quando as quadrilhas de entorpecentes passaram a refinar sua organização instituindo uma série de normas e regras, criando relações de rivalidades com outros criminosos e tendo na guerra um meio para expandir ou defender seu território, o jardim Batan deixou de ser uma região da Zona Oeste para ser uma favela da Zona Oeste.

A partir do controle do tráfico e o estatuto de favela, a representação (de fora) dessa região passa a se alterar profundamente. A favela passa a ser tomada como uma unidade violenta em que seus moradores em vez de vítimas são considerados cúmplices dos criminosos, formando um estigma onde favela e favelado passam a ser a personificação da violência e produtor do medo. Nessa mesma linha, Machado e Leite (2008) afirmam que:

Os “mitos” acionam estereótipos longamente maturados que questionam a participação do conjunto dos favelados na moralidade hegemônica, assim como a postura ética dos moradores desses territórios. Reeditam, aggiornatta, a representação das classes perigosas (Chevalier, 1984; Guimarães, 1981; Zaluar, 1994; 1985), agora deslocada do campo propriamente político relativo à apropriação do aparelho de Estado para o terreno sociocultural do perigo envolvido no descumprimento de regras de conduta contidas na moral dominante. Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. – e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta, por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar e generalizar a chamada “lei do tráfico”. Em consequência, os moradores de favelas estariam recusando a “lei do país” ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e valores intrínsecos à ordem institucional. Uma forte convivência marcaria, portanto, as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas sediadas nessas localidades, levando-os a buscar sua proteção e apoio, bem como a protegê-las da polícia (MACHADO E LEITE, 2008, p. 49-50).

É nesse contexto de criminalização da população favelada que emerge a categoria de comunidade. Esta é a categoria nativa que os moradores do Batan representam seu território, ao longo do trabalho nas diversas falas de muitos moradores, foi possível ver essa categoria sendo acionada na grande maioria das vezes. Birman (2008) entende que essa categoria é uma espécie de eufemismo utilizada para suavizar a categoria favela, representada como expressão maior da violência, – nem sempre eficaz –, sendo utilizada por vários segmentos sociais, inclusive o estado. Do ponto de vista nativo, comunidade é utilizada pelos moradores do Batan como uma forma de identificação, uma espécie de “contradiscurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas

qualidades morais que estes teriam, passíveis de serem comprovadas pelos seus modos de vida e pela cultura que possuem (Ibid, p. 103).

O Batan nasceu como uma região da Zona Oeste, porém, a partir da ocupação ostensiva do tráfico de drogas, a região ganhou status de local violento, sendo considerado uma favela. Esse contexto produziu profundos estigmas em sua população, sendo representada pelos (de fora) como área de pessoas com moralidade duvidosa. Como forma de contrapor essa visão hegemônica os moradores recorreram à categoria de comunidade como forma de “limpeza moral”. É interessante notar como a mudança de contexto, vai alterando a identidade e a representação do lugar. Na história social do Batan o ator tráfico de drogas terá uma enorme importância a partir do final dos anos 1980 e protagonismo nas décadas de 1990 e 2000.

1.2 Arranjos do político no crime e o problema da legitimidade

[Morador] Na época do tráfico, você não podia sair de um bairro... Por exemplo, pra ir ali no Fumacê fazer alguma coisa. Você tinha que ficar aqui limitado. Aí se você quisesse conhecer alguém do Fumacê, você não podia ir lá e nem a pessoa vir aqui. A gente ficava tipo nessa prisão, né? Não podia sair de casa. Sempre que a gente estava na rua era tiroteio, era confronto entre polícia, entre traficante. Aí, na época da milícia, queriam tomar o local... foi isso que aconteceu. Era tiroteio direto, cara. Direto, direto, direto...” (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos).

Os moradores do Batan passaram a perceber o tráfico como ordenador do território, responsáveis pelas leis que vigoravam, e em caso de transgressões, situações de violências podiam ser mobilizadas por esses criminosos para fazer a manutenção do poder. A categoria tráfico é recorrentemente utilizada pelos moradores para se referirem ao ordenamento territorial armado estruturado a partir da venda de drogas ilícitas, mas por ser uma categorização que cai em um lugar-comum de generalização, ela perde a complexidade da estrutura organizativa e hierárquica dos criminosos. Grillo (2013) preocupada com essa generalização que a ideia de tráfico causa, evoca à categoria nativa *firma*, dando-a uma qualidade êmica. Segundo a autora:

As dinâmicas cotidianas do tráfico são geridas localmente e a organização dessas atividades comerciais é chamada de *firma*, em alusão ao seu aspecto empresarial. O vocabulário empregado para designar os papéis desempenhados e as atividades reguladas no interior desta forma de coletividade remete, de fato, à articulação dos negócios em um formato de empresa, incluindo termos como patrão, gerente, funcionário, plantão, equipe, carga, responsabilidade, anotações, contas e pagamento (GRILLO, 2013, p. 59).

A ideia de firma é uma “mimese⁴ da empresa capitalista”, por isso ela reproduz, em certo sentido, o formato de empresa e termos como: “patrão, gerente, funcionário, plantão, equipe, carga, responsabilidade, anotações, contas e pagamentos” (Ibid, p. 59). Essa categoria é útil para designar a organização do tráfico local na favela. Da década de 1990 até meados dos anos 2000 foi quando a firma do Batan se constituiu enquanto um ordenamento territorial soberano. Além da “mimesis” da empresa capitalista, a firma também mimetiza o estado.

É principalmente nesse sentido que a firma mimetiza o Estado, reivindicando o monopólio do uso legítimo da violência dentro de um espaço físico determinado por fronteiras geográficas estabelecidas por uma gestão militar do território e buscando estabilizar relações de poder pelo exercício da vigilância e punição (GRILLO, 2013, p. 65).

O que a autora pretende com esse enquadramento teórico é destacar que a firma busca “copiar o Estado de maneira distorcida e reduzida, duplicando-o e tomando de empréstimo as suas qualidades e poderes” (Ibid, p. 66). Essa cópia do estado não significa soberania territorial, muito menos uma espécie de estado dentro do “Estado”. Como bem ressalva a autora, a firma tem, ora profundas relações com o estado, ora busca se opor e construir essa figura como inimiga, principalmente seus operadores, como a polícia. Por isso, essa cópia não é do estado em si, mas da sua “forma”, a forma-estado.

Essa perspectiva proposta pela autora é interessante pois coloca o tráfico de drogas não apenas como uma organização econômica, mas política. A dimensão política do tráfico é evidente na mediação, na imposição de regras aos moradores, na defesa e expansão de seus territórios e nas complexas relações que nutre com os operadores do estado. Weber (2004) compreende a política como um esforço pelo poder,

"Política" significaria para nós, portanto, a tentativa de participar no poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado entre os grupos de pessoas que este abrange. Isto corresponde, essencialmente, ao uso da palavra na linguagem corrente. Quando se diz de uma questão que é uma questão "política", de um ministro ou funcionário que é um funcionário "político", de uma decisão que é "politicamente" condicionada, sempre se tem em mente que interesses de distribuição, conservação ou deslocamento de poder são decisivos para a solução daquela questão, condicionam aquela decisão ou determinam a esfera de ação daquele funcionário. Quem pratica política, reclama poder: poder como meio ao serviço

⁴ “A faculdade mimética é a natureza que a cultura usa para criar uma segunda natureza, a faculdade de copiar, imitar, criar modelos, explorar diferenças, entregar-se e tornar-se Outro. A magia da mimesis está no ato de desenhar e copiar a qualidade e o poder do original, a tal ponto que a representação pode até mesmo assumir aquela qualidade e poder” (TAUSSING, 1993 apud GRILLO, 2013, p. 66).

de outros fins - ideais ou egoístas -, ou poder "pelo próprio poder", para deleitar-se com a sensação de prestígio que proporciona (WEBER, 2004, p. 526).

Essa definição de política pelo autor pode ser transposta para a realidade das favelas dominadas pelo tráfico, uma vez que esses bandos armados buscam o poder tendo o medo como garantidora de sua soberania (GRILLO, 2013). No Batan, é nos anos 1990 que uma imagem é construída, o inimigo transfigurado em uma favela vizinha, o Fumacê. Carl Schmitt (2008 [1932]) fornece importantes pistas para o entendimento da firma criminal enquanto uma organização fundamentalmente política.

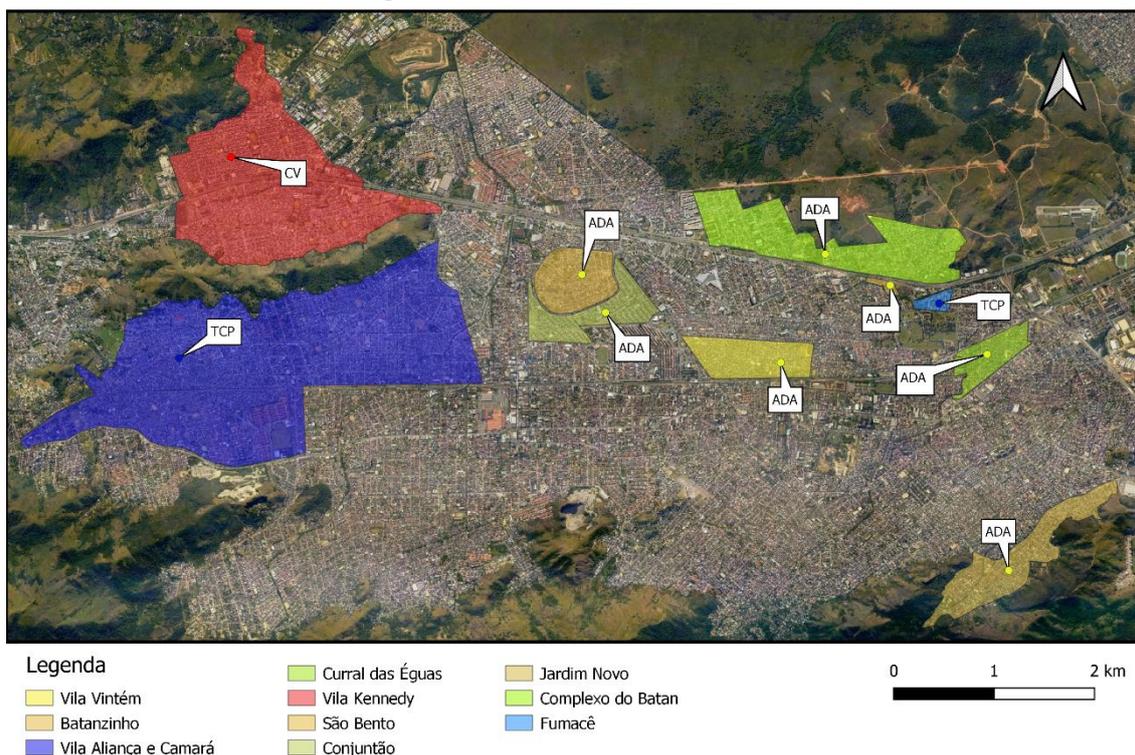
A diferenciação especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre *amigo* e *inimigo*, fornecendo uma definição conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou expressão de conteúdo. (...) A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenha que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras (SCHMITT, 2008 [1932], p. 27-28).

Essa conceituação é definida em um sentido concreto e objetivo, inimigo público formado por um conjunto de pessoas em combate. O autor deixa claro que esse conflito não é no campo moral, ideológico ou outro, o inimigo a ser produzido é um inimigo real que precisa ser combatido. Por mais que essa ideia esteja muito relacionada aos estados nacionais do período conhecido como “entre guerras” e a crítica ao liberalismo, o autor não restringe essa conceituação entendendo todo grupo moral, religioso, econômico, étnico ou de qualquer outra natureza, transforma-se em um grupo propriamente político quando for forte o suficiente para agrupar os seres humanos efetivamente em amigo ou inimigo (Ibid).

A firma que controla o Batan institui de maneira clara seus amigos e inimigos a partir de favelas próximas. Batan e Fumacê se configuram como inimigas múltiplas, assujeitando aquelas populações também como inimigos. Em vista disso, os moradores do Fumacê eram proibidos de entrar no Batan (e vice-versa), independente de seu vínculo político ou ideológico com o tráfico de drogas. O fato de morar em outro território, cuja facção é inimiga, cria um pertencimento não intencional que deixa a população contaminada pelo estigma de ser inimigo, popularmente conhecido como “alemão”, ou “mandado” (GRILLO, 2013).

Mapa 2 – Favelas do entorno do Batan e suas respectivas facções em 2019

Mapa das favelas do entorno do Batan 2019



Fonte: elaboração própria pelo QGIS.

As relações de amizades – fundamentais para o apoio a uma firma invadida ou para abrigar bandidos caçados pela polícia – são produzidas a partir das facções. Grillo (2013) explica que as facções criminosas são “redes horizontais de proteção mútua” que conformam alianças entre os chefes locais do tráfico. Barbosa (2005) nessa mesma linha define que,

É necessário lembrar que o que denominamos de Comando é na verdade um espaço de negociação permanente, construído a partir das cadeias. Não é possível pensarmos em uma organização com hierarquia rígida, com lideranças acima dos donos de morro. Trata-se de grupos que se apresentam como blocos territoriais, onde não existe uma oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal (BARBOSA, 2005, p. 389).

O “dono do morro” tem uma função fundamental na organização da facção, pois é ele o articulador político dessas redes de proteção. A facção é muito mais uma relação piramidal do que coletiva, isso significa que os chefes são mais importantes para a estrutura hierárquica local do que a legenda (CV, ADA, TCP). Elas servem para criar distinção, incluir ou excluir (produzindo amizade e inimizade); é um dispositivo para estabelecer fronteiras (GRILLO, 2013). Em vista de sua estrutura horizontal as facções no Rio de Janeiro são altamente propícias a serem pouco coesas, havendo uma série de traições e desavenças. Como a hierarquia do tráfico é local, a facção não tem autoridade

política de arbitrar sobre o território, a facção somente autentica o direito de exploração do “dono do morro” (Ibid). No caso do Batan a proximidade é dada principalmente com a favela da Vila Vintém, próxima dali.

Os constantes tiroteios que o morador relata é o momento da “guerra”. Segundo Grillo (2013),

A lógica de inclusão/exclusão de que resultam as facções, embora promova a paz e a solidariedade interna entre os traficantes que se reconhecem pelo mesmo nome, fomenta rivalidades que culminam nas chamadas guerras. Bandos de homens fortemente armados invadem os territórios ocupados por seus inimigos com a finalidade de assumir o controle das bocas de fumo locais. Tais acontecimentos não são promovidos pela facção como um todo – afinal, qual seria esse todo? –, mas por uma sociedade de donos de morros onde a firma do tráfico é próspera. Este mesmo tipo de aliança também é acionado para a defesa ou retomada de áreas invadidas (GRILLO, 2013, p. 58-59).

À época, o Batan era controlado pela facção Amigos dos Amigos (ADA). Essa facção surgiu, inicialmente, como uma ramificação do Terceiro Comando (TC) – descendente da falange Jacaré, inimiga da falange vermelha (que tempos depois, tornou-se Comando Vermelho) (GRILLO, 2013). Os fundadores do ADA eram os traficantes “UÊ”, “Linho” e “Celsinho da Vila Vintém”, importantes figuras da criminalidade carioca do final dos 1990 e início dos anos 2000. O Fumacê era controlado pelo Terceiro Comando Puro (TCP), facção que surgiu após a invasão do presídio em 2002 a partir das acusações de traição, principalmente de “Celsinho da Vila Vintém”. Esse episódio fez com que o antigo TC se transformasse em TCP para rivalizar com o CV e o ADA pelo controle da venda de drogas na cidade.

Os tiroteios, consequência da guerra, assustaram os moradores e alteraram as rotinas cotidianas, ajudando a fixar a categoria de favela ao Batan e estigmatizando seus moradores. A interrupção na rotina é, sem sombra de dúvida, uma das maiores queixas de morar em uma área controlada pelo tráfico (MACHADO E LEITE, 2008). Guerras por território ou por revide – a uma guerra anterior – viraram costumes nesse período, assujeitando essa população e contribuindo para perda de legitimidade da firma local.

[Morador 1] A bandidagem também se renovou, uns morreram, vieram outros. (...) E a vagabundagem agora, assim, você não vê; são poucos da comunidade. Pessoas de fora quem vem aqui, assumem o território e impõem a lei deles⁵ (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos).

⁵ Ariley Dias em sua pesquisa captura os conflitos entre moradores e traficantes durante o domínio dos bandos armados, na fala de um de seus interlocutores em meados dos anos 2000: “Eram senhores que controlavam o movimento. Mas não colocava menor, não fumava maconha perto do morador. Tinha aquele

[Morador 2] Essa época era 2000, 2001, que eu fui de fato começar a sair, porque eu ficava muito dentro de casa. De fato, eu comecei a acompanhar. E era sempre. Uma hora você saía, era um cara que era o dono. Aí, 1 mês depois já era outra pessoa. Aí o dono já tinha morrido, ou então era golpe de Estado, né (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos)?

A respeito da legitimidade do tráfico de drogas, Grillo (2013) entende que por mais que algumas lideranças criminais se utilizassem de práticas clientelistas para legitimar seu poder, “é, sobretudo, o medo que garante a reprodução das relações de poder; são as narrativas de mortes, espancamentos e expulsões que divulgam uma “cultura do terror” (TAUSSIG, 2002), impondo o silêncio e fundamentando o respeito”(Ibid, p. 65). Por essa razão, a firma criminal estrutura seu poder a partir do medo, ou no que Luc Boltanski (2013) chama de dominação pelo terror.

É possível identificar os efeitos da dominação mais simples em situações-limites associadas a contextos em que o medo desempenha um papel fundamental. As pessoas estão, aqui, total ou parcialmente privadas de liberdades elementares. Profundas assimetrias são mantidas ou criadas estabelecendo uma violência explícita, e principal, mas não exclusivamente, física (BOLTANSKI, 2013, p. 446).

Em muitas favelas cariocas as firmas criminais, em seus anos iniciais, ganharam prestígio e legitimidade a partir de práticas clientelistas aos moradores. Por mais que seu poder estivesse estruturado na violência e no medo, práticas como doação de cestas básicas, remédios, empréstimos de dinheiro etc, configuravam-se como uma compensação ao terror exercido pelos criminosos. Contudo, no Batan, os moradores com quem conversei não narraram essas atividades do tráfico, indicando talvez, que o tráfico no Batan sempre tenha sido mais autoritário e menos paternalista, pouco ou nada preocupado com sua legitimidade.

Esse processo se intensificou com o traslado de bandidos para favelas que não são as suas. A chegada de bandidos de fora assumindo cargos importantes na favela criou receio e reserva, algo que dificultou a legitimidade da firma. A crítica de muitos moradores é que esses bandidos “de fora”, não têm afetividade com os moradores locais.

respeito. (...) O último era cascudo. Já era um senhor mesmo, com um monte de filhos. (...) [Foi] o último que respeitava o morador. (...) Eles [os traficantes] iam para as lajes das pessoas e faziam as suas necessidades, dormiam nas lajes, tomavam banho em caixa d'água. Teve um caso de chegar a fazer cocô em uma. A comunidade não aguentava mais. A pior leva de bandidos foi a última que teve. [O último traficante antes da entrada da milícia] Cismava com as filhas das pessoas e dizia: “Essa vai ser minha”. E, realmente, era o que acontecia. Tinha umas que gostavam. Mas outras eram obrigadas. Passou de 13 anos, as mães ficavam desesperadas. Houve muita angústia para acabar com aquilo” (DIAS, 2016, p. 54).

Uma vez que a firma é uma estrutura hierarquizada e a organização do tráfico de drogas é profundamente personalista, quando um bandido “de fora” ocupa altos cargos na favela que não é a sua de origem, ele pode guinar a firma como um todo ao autoritarismo. Uma das críticas mais ferrenhas que pude ouvir dos moradores com quem conversei é o fato desses bandidos de outros lugares “não respeitar o morador”, o que pode acarretar situações de violência para a população favelada.

Machado (2008) ao refletir sobre a atuação dos criminosos nas favelas do Rio de Janeiro, constrói o conceito de “sociabilidade violenta⁶”, entendido como a relação entre moradores e traficantes na qual a força e a violência são utilizadas como meio de mediação e obtenção de interesses. De um lado, temos os criminosos “portadores” da ordem social; e, do outro, o restante da população que ocupa uma posição dominada e subalterna. Essa população “aceita” sua subordinação a esse poder, pois sabem que são mais fracos que seus algozes e qualquer insubmissão é passiva de retaliações físicas, muitas vezes letal. Portanto, o sentimento de limitação expresso pelo relato do interlocutor evidencia a mudança de contexto e sociabilidade vivida pelos moradores a partir da fixação do tráfico de drogas e sua firma. A imposição territorial foi um dos exemplos que fez com que os moradores percebam a discrepância de poder com os membros da firma.

Com o fenômeno da ocupação de altos cargos por bandidos de outras favelas, a pouca legitimação que o tráfico de drogas tinha, acabou, como expressam as falas do meu interlocutor assim como do informante de Ariley Dias (2016). A última leva de bandidos que controlaram o Batan antes da invasão da milícia era considerada pelos moradores como a “pior leva de bandidos” (Ibid). A mudança de posições de comando, associada com a pouca idade desses criminosos e o fato de boa parte ser de fora da comunidade, contribuiu para a deslegitimidade da firma do Batan, tornando-se um problema para os

⁶ Um adendo precisa ser feito sobre esse polêmico conceito. Minha leitura não é que o autor buscou produzir uma generalização tipologizante das relações entre moradores de favela e o tráfico local, como se essas relações fossem sempre mediadas pela violência e pela força. Ao contrário, acredito que o objetivo de Machado foi fazer um apelo para que os pesquisadores e pesquisadoras se atentassem para as complexas relações entre esses dois segmentos sociais, como ele mesmo afirma: “entre essas duas posições polares, há uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas, mas segundo creio, ainda não são bem compreendida” (Ibid, 2008: 42-43). Em um trabalho recente (DA MOTTA, 2019), busquei seguir as orientações de Machado sobre essas “nebulosas situações intermediárias”, chegando à conclusão que as relações de parentesco (com membros da firma) são fundamentais para pleitear certas reivindicações nas favelas cariocas. Anteriormente Grillo (2013) também adenda para a importância do parentesco como garantidor de reivindicações.

moradores. Esse fato ajuda a explicar o motivo pelo qual os moradores apoiaram a invasão da milícia e a formação de uma certa *comunidade moral imaginada*, que será explorada mais adiante.

1.3 O ordenamento miliciano: uma comunidade moral imaginada

Em 2007 a favela do Batan foi ocupada por milicianos, alterando o contexto, a moralidade, os padrões de sociabilidade e as hierarquias sociais. Novas regras passaram a vigorar com esse novo regime, regras muitas vezes antagônicas às existentes anteriormente. O relato de três moradores acerca do momento exato dessa mudança no ordenamento, complementam-se revelando uma narrativa ampla e completa sobre o caso.

[Morador 1] Em 2006 o Batan vivia um cenário muito turbulento devido à guerra com o Fumacê [favela rival], acarretando muitas mortes e grande violência. Um grupo de moradores do Batan que eram policiais, bombeiros, DESIPE, entre outros, se juntaram para acabar com o que estava acontecendo e garantir a paz. Esse grupo tinha o nome de “Águia”. Eles conseguiram expulsar os traficantes da favela; alguns foram sumindo aos poucos, outros morreram pelas próprias mãos da milícia. Mais de 40 pessoas foram sumindo ou morrendo pelas mãos dos milicianos, além de coibir as pessoas de mal que queriam a volta do tráfico (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

[Morador 2] Essa história foi que não era milícia. São moradores que eu não sei se eles eram policiais e que já estavam de saco cheio, entendeu? Então, eles resolveram se reunir. Porque aqui moram policiais civis, militares, forças auxiliares de segurança. Então, eles resolveram se juntar... não é uma milícia... porque já estavam cansados e tentaram de alguma forma resolver a situação, mas não houve muito efeito. Após isso que chegaram as milícias. Não sei se por influência deles ou abriu um caminho, entendeu (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos)?

[Morador 3] Pô, antes deles [milícia] assumirem, eles fizeram uma carnificina aqui dentro. Os caras vieram... vieram uns 20 subindo por aqui pra dentro do campo. Eles [traficantes] estavam fazendo um churrasco ali em cima. Tava todo mundo reunido ali. O chefe da parada e uma porrada de bandido [diminuição da voz] tudo comendo churrasco. Tavam comemorando. Daqui a pouco, meu irmão... Foi de madrugada isso. Muito tiro, muito tiro. Aí foi ver, tinham seis caídos lá e tinha um caído aqui em cima, aqui na subidinha e tinha uns dois ou três lá pra dentro na rua. Passaram o rodo, filho. Aí, assumiram de vez. Os bandidos meteram o pé⁷ (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos).

⁷ A situação descrita pelo morador foi apresentada por Vinicius Esperança (2012), com pequenas variações de detalhes, em sua pesquisa, como podemos constatar: “Em 2007, os traficantes do Batan invadiram o Fumacê e assassinaram os líderes do grupo rival, dentro do Fumacê. No dia seguinte, realizaram uma festa de comemoração, no Batan, regada a bebidas e churrasco. Enquanto celebravam a vitória, foram

As disputas entre as fações rivais são identificadas pelos moradores como o principal motivo para que a milícia se instalasse na favela. Com a “guerra” entre o tráfico e seus inimigos a população passou a ser refém do medo e da insegurança. Foi nesse contexto acentuadamente conflituoso que a milícia se colocou na função de reordenar o território, estabelecendo um novo governo, com novas regras, mediar com conflitos e os recursos e estabelecer a tranquilidade, vendendo uma suposta “paz”.

Zaluar e Conceição (2007) definem esse tipo de organização criminosa como:

(...) policiais e ex-policiais (principalmente militares), uns poucos bombeiros e uns poucos agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, que tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes predadores (Ibid, p. 90).

Essa estrutura é muito próxima a dos grupos de extermínio que agiam nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com a diferença que a milícia não se limita apenas na proteção ou garantia de segurança, mas sim na ampliação dos negócios com a venda de produtos e serviços, dando um caráter econômico e extremamente lucrativo a essa atividade. O que difere a milícia de outros tipos de segurança privada é que o segundo é contratado para o serviço específico de segurança, mediado e acordado em ambas as partes; quando o serviço não é mais necessário o contrato acaba. As milícias, impõem-se – com a retórica de defender a favela do tráfico – independente da vontade dos moradores, e aqueles que não pagam as taxas estipuladas pelo grupo sofrem represálias dos mais variados tipos. Também há o fato de a milícia monopolizar certos serviços, quase sempre acima do valor de mercado.

Longe de ser uma novidade, aquilo que entendemos como “milícia” é uma descendência direta da “policia mineira” – que por sua vez descende dos grupos de extermínio. Zaluar e Conceição (2007) entendem que a experiência da “policia mineira” em Rio das Pedras é uma espécie de “gênese”, um modelo bem-sucedido seguido por outros grupos popularizando essas práticas ilegais. Na mesma linha Misse (2011) traça certa genealogia dessas organizações: a) nos anos 1950 foi criado pelo então detetive Le Cocq, o “Grupo de Diligências Especiais”, conhecido popularmente como “esquadrão da morte”, sua função era executar criminosos; b) nos anos 1960 (após a morte de Le Cocq) se criou a “Scuderie Le Cocq”, compostas pelos autodenominados “Homens de Ouro” da

surpreendidos por policiais militares que invadiram a casa onde estavam, via área do Exército, que fica nos fundos do Jardim Batan. No confronto, o grupo foi praticamente extinto” (ESPERANÇA, 2012 p. 90).

PM com a mesma função do grupo anterior; c) na década de 1970 proliferou uma série de “grupos de extermínio” na Baixada Fluminense também com o objetivo de “limpar a área”, matando ladrões e assaltantes que agiam na região; d) na década de 1990 surgiu a “polícia mineira” – em que o caso de maior sucesso foi a favela de Rio das Pedras⁸ – esse grupo passou a expandir sua “proteção” aos próprios moradores e não apenas ao comércio como era anteriormente realizada pelos outros grupos; e) e inspirado no sucesso de Rio das Pedras, surgiu uma organização mafiosa intitulada “Liga da Justiça”, chamada a partir de 2006 de milícia.

Sobre o atual fenômeno das milícias, Misse (2011) ainda faz uma ressalva importante:

O fenômeno das milícias é mais variado do que o nome aparenta, pois reúne modalidades diferentes de controle de territórios (cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008; CANO, 2008), embora todas tenham em comum a justificativa da “ausência do Estado” para ocuparem o lugar do tráfico de drogas e oferecer, em seu lugar, uma série de serviços e mercadorias ilegais (MISSE, 2011, p. 21).

No caso do Batan, dois moradores relatam que a invasão ocorrida em 2007 foi orquestrada por “moradores” com formação militar (policiais, bombeiros, DESIPE) que estavam de “saco cheio” dos conflitos entre firmas inimigas pelo controle do tráfico de drogas local. Segundo a visão desses moradores, diferente de outros lugares em que a milícia se impôs através de um domínio externo (vindos de outras regiões), por aqui foi um grupo de “moradores” que expulsaram os traficantes. Essa espécie de auto-organização comunitária (ilegal), esperou o momento certo para tomar o território, em vez de estabelecer uma “guerra” de disputa territorial, que inevitavelmente geraria constantes tiroteios, baixas e alto investimento financeiro. Uma vez que fazer a guerra é algo caro e perigoso no mundo do crime, a tática desse grupo foi esperar quando o tráfico estivesse vulnerável para estabelecer-se. O momento de comemoração entre os bandidos – quando estavam todos juntos e não espalhados como de costume – foi o ensejo oportuno para executar o plano de “paz” dessa organização. Por causa dessa estratégia, o morador entrevistado aciona a categoria “massacre” para definir essa tática, pois os bandidos não

⁸ Arias (2013) explica que nos anos 1990 a mudança nos quadros desse policiamento comunitário foi se alterando dando lugar a membros mais jovens, ambiciosos e com relações mais próximas com a polícia. Nessa mudança de atuação a polícia mineira dá lugar a milícia uma organização que de alto controle da vida cotidiano e associativa. Seus membros possuem relações policiais muito mais complexas que o simples clientelismo dos bairros pobres, eles faziam parte de grandes conglomerados políticos nos governos de Cesar Maia e Antony e Rosinha Garotinho.

tiveram a oportunidade de se defender nem de contra-atacar – como é comum nos momentos de guerra.

O interlocutor supracitado nesta seção afirma que esses “moradores” que expulsaram o tráfico não eram milicianos, mas talvez a milícia tenha entrado “por influência deles”. Outro morador alega que na realidade esse grupo de “moradores” tinham relações com a maior milícia do Rio de Janeiro antes mesmo da invasão.

[Morador e liderança] Esse grupo de policiais se juntaram com outros grupos da Carobinha, Sulacap e Jardim Bangu para conquistar o Batan no ano de 2007. Foi o próprio “Batman” [chefe da milícia de Santa Cruz] que emprestou os fuzis para tomar a favela (Trecho conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

A articulação entre esse grupo de “moradores” do Batan, conhecidos como Águia, e a Liga da Justiça, segundo esse informante, foi fundamental para viabilizar a conquista do território, inclusive emprestando armamento. Segundo as investigações da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) que subsidiaram a CPI das milícias em 2008, de fato havia relações dos líderes do grupo Águia com a Liga da Justiça, como revela o documento:

IV - Relatório Draco/IE (Delegado de Polícia Cláudio Ferraz), datado de 31.07.2008, e alusivo ao IP 022/08 (este originado do RO 1401/1405/2008, de 25.05.2008), o qual apurou o grupo miliciano que, na Favela do Batan, Realengo, Zona Oeste/RJ, seqüestrou o grupo de repórteres do jornal O Dia, investigações estas que identificaram os milicianos Odinei Fernando da Silva (Inspetor de Polícia Civil, lotado na 22a DP, vulgo Águia ou Zero Um); Davi Liberato Araújo (vulgo Zero dois); Alexandre de Souza Ferreira (vulgo Broa, RO 033-04215/2007 > Broa é mencionado no IP 035-05850/2008, onde, em declarações, pessoas documentaram terem visto ele praticando crimes a mando do Natalino e em benefício eleitoral da Carminha "Batgirl"), *este último, segundo detalhamentos do relatório, sendo integrante da Liga da Justiça*. No relatório são mencionados, ainda, como integrantes do grupo: José Antônio Rachel de Souza (que se dizia chamar Paulo, mas que atende pelo vulgo de “Boi”); André Luis de Mattos (vulgo Cocada); Wilson de Souza Guimarães e Gladson da Silva Leite (vulgo PI) (RELATÓRIO CPI DA MILÍCIA, 2008, p. 236, grifos meus).

No relatório, referente à tortura e sequestro dos repórteres do jornal O’Dia na favela do Batan, mostra a relação de um miliciano conhecido como “Broa”, integrante da Liga da Justiça. Isso revela como o grupo Águia era articulado com a maior milícia do Rio de Janeiro, mostrando a coerência das informações do interlocutor. Em função dos múltiplos tentáculos e da dificuldade de afirmar quem faz parte ou não da milícia, de como se articula e se apresenta publicamente, essa organização foi entendida pelos moradores, ora como milícia que realizou uma “carnificina”, “passando o rodo” no tráfico, ora como “moradores” que fizeram o que fizeram para “garantir a paz”. Essa

ambiguidade da milícia orienta a forma como os moradores legitimam esse grupo diferenciando-os moral e clientelisticamente da antiga firma do tráfico de drogas do Batan.

[Morador e Liderança] Os Águias não eram iguais às milícias de hoje em dia que extorque morador, vende droga e por aí vai. Eles apenas cobravam taxas do comércio e com o dinheiro dessas taxas eles distribuíam cestas básicas para as pessoas mais pobres da comunidade (Trecho conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

O interlocutor faz uma distinção fundamental entre a “milícia da época” e a “milícia hoje em dia” como organizações distintas. Ao afirmar que a milícia do Batan “não era igual à milícia de hoje em dia” ele atesta uma certa especificidade local a esse grupo, entendido como moralmente mais virtuosos, pois a milícia “hoje em dia”, em várias favelas, “vende droga” e “extorque morador”. A milícia também contribuiu em muito para o desenvolvimento de certas partes do Batan, como a localidade conhecida como morrinho, a partir de obras infraestruturais (MENDONÇA, 2014; DIAS, 2016). Araújo Silva (2017) observou em sua pesquisa a importância que a milícia (na figura do “padrinho”) tem para o “progresso” da região, entendido como “melhorias para a comunidade”, melhorias essas quase sempre de natureza infraestrutural. A milícia se coloca como “responsável por todo o progresso”. Nesse sentido, é interessante notar como essa representação do “responsável pelo progresso” confere à milícia uma qualidade progressista que se reflete em marketing político para sua legitimidade.

Os Águias são representados pelos moradores do Batan como uma milícia diferente, dotada de um senso de comunidade assistencialista, que distribuía “cestas básicas para as pessoas pobres”, ganhando, assim, a admiração dos moradores por estarem “fazendo alguma coisa pela comunidade”. Essa característica assistencialista foi fundamental para sua legitimação no território, fazendo com que muitos moradores lamentassem sua suposta ‘desarticulação’.

Diferentemente do domínio do tráfico que era organizado e estruturado por pessoas de “fora da comunidade” que não tinha apreço pelos moradores, a milícia, justamente por ser uma organização, pelo menos na teoria, de “crias” (pessoas oriundas do próprio Batan) eles tinham o objetivo de, além de expulsar os traficantes e garantir a “paz”, ajudar na urbanização de partes do Batan realizando atividades de responsabilidade do estado. Nesse sentido, os moradores preferiram o controle da milícia porque havia uma

espécie de compensação clientelista e paternalista, apesar da violência opressiva semelhante ao tráfico.

Burgos (2008) ao estudar o caso de Rio das Pedras identifica que a incapacidade do estado em dar soluções para o problema da segurança e de incluir as populações favadas no mundo do direito, fizeram com que muitas favelas da cidade cobisçassem a estrutura organizativa dos grupos milicianos. Estrutura essa na qual os moradores legitimam uma espécie de “pacto hobbesiano” no qual a segurança e a integridade física são entendidas como o bem supremo, e para alcançá-lo os moradores abriram mão dos demais direitos a favor do “Leviatã local”, encarnado na associação de moradores. Por mais que os moradores do Batan legitimassem a milícia local, a metáfora acionada por Burgos (2008) não se encaixa nesse contexto. No Batan não houve esse “pacto” em que os moradores escolhiam entre direitos ou segurança. Como a favela era controlada anteriormente pelo tráfico e a sua gestão do medo e do terror, a escolha dos moradores pela milícia se deu de maneira lógica porque eles, na época do tráfico, não tinham direitos, nem segurança; com a milícia continuaram a não ter direito, mas passaram a ter segurança.

Saul M. Rodriguez (2018) ao refletir sobre o militarismo na Colômbia e sua adesão social, chega à conclusão que a violência e a insegurança – geradas pelos históricos conflitos armados ao longo do século XX –, tornaram as pessoas mais dispostas a aceitarem uma “atmosfera militarista”, em parte por medo de serem mortas ou prejudicadas de alguma forma.

(...) a segurança é uma busca constante por um 'nível razoável de previsibilidade', tanto no nível local quanto no internacional, contra a 'desordem durável' (Hettne, 2010: 33) e, no caso particular considerado aqui, a segurança é também usado como um dispositivo retórico ou cobertura para o militarismo (RODRIGUEZ, 2018, p. 113, tradução minha).

No caso da Colômbia a necessidade de segurança foi fundamental para que o governo fomentasse o “militarismo civil”, onde se naturalizou a resolução de problemas sociais por segmentos militares em função de uma certa “fé no militarismo”. Esse paralelo entre a Colômbia e o Batan parece exagerado pelo fato do primeiro ser um Estado-nacional e o segundo uma pequena favela na Zona Oeste da cidade. No entanto, o que eu gostaria de chamar atenção é que o contexto de violência, ocorrido tanto no Batan quanto na Colômbia (dada as devidas proporções de intencionalidade), fizeram com que os moradores legitimassem esse controle social militarizado não só como uma adesão

política e moral (apesar que essa adesão aparece com frequência no caso do Batan), mas como uma atitude pragmática com a finalidade de autopreservação.

A maioria dos moradores do Batan ao entenderem que a milícia era melhor que o tráfico, o fizeram por uma avaliação e apreciação entre esses dois regimes, pois com a milícia: a) não havia mais a guerra entre facções; b) não havia opressão dos traficantes “de fora”; c) houve melhoria na infraestrutura urbana ; d) havia assistência social aos moradores mais pobres e, por fim e) havia regulação moral do território. Esses cinco elementos fizeram com que boa parte dos moradores apoiassem e legitimassem a milícia local no momento de seu estabelecimento. Essa adesão deve ser entendida como uma escolha comparativa. A firma do tráfico de drogas oprimia os moradores sem nenhuma compensação e a milícia se apresentava – igualmente opressiva – mas com uma nítida compensação clientelista.

A milícia do Batan ficou conhecida internamente pela sua regulação moral das condutas dos moradores com hábitos, identificados por eles, como desviantes, em especial o uso de drogas. Os eventuais desvios do padrão de moralidade definida por esse grupo eram coibidos a partir de punições físicas humilhantes e violentas, como relata um morador.

[Morador] Ah, a milícia... Quando eles chegaram, ainda tinham traficantes, o cara que não trafica, mas usa. O usuário. Aí tinham a regra deles, de não usar na rua. Mas sempre tinha alguém que dava um mole. E eles usavam de exemplo pra um castigo ou uma surra, ou alguma coisa pior e usavam de exemplo. Teve um caso que um garoto foi pego usando maconha na rua, os milicianos pegaram e foram dando uma surra nele no bairro todo pra usar de exemplo. A surra foi com um facão, com a parte interna do facão, sem ser a lâmina. Foi dando surra nele no bairro todo e gritando que “isso aqui é pra servir de exemplo pra ninguém fazer aquilo⁹” (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos).

A punição pública era uma forma simbólica de passar uma mensagem para os moradores que certos hábitos que ferisse a moralidade instituída pela milícia – como fumar maconha na rua – não seriam tolerados durante o domínio deles. A estratégia utilizada foi coibir qualquer pessoa que tivesse hábitos moralmente divergentes aos que

⁹ Tássia Mendonça (2014) em sua pesquisa identificou a importância do controle moral para a milícia: “O controle moral sobre o uso e comércio de drogas é um dos principais vetores que diferenciam a ação da milícia em relação ao tráfico. Assim, o grupo miliciano não apenas expulsou ou executou bandidos, mas também aplicava severas punições contra seus amigos, todos viciados e vagabundos. Essas categorias se referem a jovens que mesmo que não estejam envolvidos diretamente com o tráfico, possuem características que os qualificam como “indesejáveis”. O uso de drogas, as músicas que ouvem (notadamente os funks conhecidos como proibidos) e até mesmo o não exercício de uma profissão formal, identificou (e ainda identifica) alguns jovens do Batan como um certo problema a ser resolvido ou eliminado” (MENDONÇA, 2014 p. 32).

eles consideravam correto. Simples usuários de drogas, conhecidos como “viciados”, foram punidos com o máximo rigor independente da sua vinculação ao tráfico. Todos aqueles que não se enquadravam a esse novo padrão moral estabelecido pela milícia era automaticamente identificado como “pessoas de mal” em oposição a “pessoas do bem”, aquelas que se sentiam representadas com as novas regras de moralidade. Essa categoria de acusação moral apareceu diversas vezes no trabalho de campo como rotulação de pessoas comprometidas moralmente, em algum grau, com o tráfico de drogas, identificado como o mal maior a ser abolido ou corrigido.

A simples eliminação ou expulsão do sujeito identificado como desviante não tinha o mesmo efeito imagético que a humilhação da “surra no bairro todo”. A opção pelo suplício em vez da morte se justificou porque o primeiro era mais eficaz enquanto linguagem e transmissão de um recado que precisava ser dado a todos. A morte não necessariamente inibiria alguém de continuar “fumando maconha” porque as mortes em favelas quase sempre são localizadas em áreas específicas e as pessoas só sabem por terceiros, são raros os que testemunham essa ação. No caso da “surra no bairro todo”, os moradores puderam testemunhar “com seus próprios olhos” a insatisfação com certas condutas dos jovens, contribuindo para a regulação moral dos hábitos considerados inadequados pela milícia.

A milícia do Batan agia de forma ambígua com os moradores. Por um lado, eram enérgicos no ordenamento moral do território mobilizando várias técnicas de violência para exercer sua soberania política e moral; por outro lado, era permissiva com a transgressão de certas regras “proibidas” por aqueles identificados como próximos.

[Morador] Rapaz... antes da UPP? Olha, rapaz... o negócio era esquisito. Eu sempre tive aqui ponto de Sky. E na época eles [milícia] queriam que eu tirasse isso aqui e que eu botasse a parada deles. Um moleque chegou aqui:

— Pô, irmão. Tu tem ponto da Sky? Vai ter que tirar!

— Por que eu vou ter que tirar?

— Porque agora é milícia.

Eu falei:

— Olha só, avisa lá teu chefe lá que eu posso até ir lá, cara. Diz lá que eu sou guarda municipal, pô. Sou colega também. Trabalho com fulano, sicrano.

Falei assim mesmo.

— Não, não, não. tá tranquilo, irmão. Morreu o assunto. Tá tudo certo.

Então assim, polícia, guarda municipal, bombeiro, essas coisas eles não mexiam não. Agora, morador comum, quantas e quantas vezes eu fiquei sabendo aí “Pô, tive que tirar e botar o gato deles” (Trecho da entrevista com morador por volta dos 50 anos).

A margem de negociação com a milícia era a ocupação institucional da pessoa e o pertencimento que se constitui a essa ocupação, quase sempre organizações estatais de

formato militarizado. O fato de o interlocutor ser guarda municipal abriu-lhe uma rede de contatos e pessoas que ele pôde acionar para barganhar com o operador da milícia a continuidade de seu serviço de televisão a cabo legalizado. Em especial quando o interlocutor afirma “eu sou Guarda Municipal, pô. Sou colega também”. Essa frase demonstra um certo pertencimento imaginado pelo interlocutor, que o aciona estrategicamente e pelo operador que reconhece o morador como guarda municipal e desiste de forçá-lo a ter o serviço de TV a cabo da milícia. A dimensão militarizante da vida cotidiana foi fundamental para as mediações durante o período que o Batan ficou sob o controle da milícia.

A atuação da milícia do Batan pode ser caracterizada como um *ordenamento diferencial difuso* em que se impõem a todos. Com os grupos de moradores identificados pela milícia como “pessoas de mal” como os usuários de drogas, as pessoas que “queriam o tráfico de volta”, os “amigos de bandido”, os “aprendizes de bandidos”, entre outros, a milícia atuava com “tolerância zero” (MENDONÇA, 2014), ou seja, não tolerando nenhum desvio de moralidade e aplicava graves sanções àqueles que transgredissem essa barreira moral. Com o grupo de moradores que exercem profissões com treinamento militar e porte de armas, quase sempre associados a categoria de “pessoas de bem”, eles agiam de forma permissiva às regras, em especial a econômica e de prestação de serviço em função da proximidade e do pertencimento institucional que esses moradores tinham com a milícia. Essa tática pode ser entendida como forma de buscar legitimidade nesse grupo específico, uma vez que essas profissões são marcadas por um profundo corporativismo.

Para entender esse ordenamento diferencial difuso estruturado pela milícia é preciso atentar para a divisão social moral que havia no Batan e como essas divisões construíram unidades morais. A categoria “pessoas de mal”, empregada diversas vezes pelos moradores ao longo desse trabalho, seria uma espécie de categoria guarda-chuva que abarcaria uma série de tipos sociais no Batan, não só os traficantes. Em função de suas regras específicas que destoam das regras dominantes, eles são rotulados como desviantes e moralmente errados, categorizados como “pessoas de mal”. Becker (2008) explica que o desviante não é aquele que comete alguma infração, mas sim aquele que é rotulado como infrator. O desviante é alguém a quem esse “rótulo” foi aplicado com sucesso por alguém ou por um conjunto de indivíduos. Nesse sentido, o desvio não é

expresso pelo ato em si, mas por quem o praticou a partir da posição social dessa pessoa, assim como da posição social de quem o acusou.

Esses jovens que fumavam maconha sob o regime da milícia não eram apenas maconheiros e que por esse motivo sofreram sanções físicas. Eles pertenciam a um grupo potencialmente desviante que representavam uma possível reserva de mercado criminal, ou seja, foram punidos não por fumarem maconha, mas por se associarem e se vincularem moralmente ao tráfico, mesmo que nunca tivessem aderido a essa organização. É como se as drogas fossem a “porta de entrada” para outras práticas criminosas. Uma vez que a milícia se impôs pela força como o grupo social que, naquele momento detinha mais poder para rotular como desviante, determinados grupos específicos. Esse grupo de “pessoas de mal” eram principalmente os jovens, muitos negros com gostos (musicais, estéticos e de vestimenta) identificados como “de favelados”, no sentido pejorativo da palavra, considerados “indesejáveis” (MENDONÇA, 2014). Mas não eram só os jovens rotulados como essas pessoas indesejáveis, pessoas que tinham algum benefício do tráfico, vínculo ou identificação também eram consideradas “pessoas de mal” e igualmente “indesejáveis”.

Por outro lado, haviam as “pessoas de bem” que apoiavam a milícia por enxergar uma modalidade de gestão da ordem que regulava moralidades desviantes e que entendiam essas regulações como positivas; e as “pessoas de bem” que legitimavam a milícia por “não aguentar mais o tráfico” e o desgaste político de anos – que talvez sejam a maioria dos casos. Robert Park (1967) propõe o conceito de “regiões morais” para compreender a pluralidade de moralidade em contextos citadinos. Segundo o autor,

Não é preciso entender-se pela expressão “região moral” um lugar ou uma sociedade que é necessariamente ou criminosa ou anormal. Antes, ela foi proposta para se aplicar a regiões onde prevaleça um código moral divergente, por ser uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo (PARK, 1967, p. 65).

Por mais que esse conceito tenha seu valor para entender diferentes moralidades em uma mesma localidade, ele não é totalmente preciso para a realidade aqui apresentada, por causa de sua ênfase na dimensão territorial. Park entende os agrupamentos sociais urbanos como um “mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”, e por essa razão, existirão zonas nas cidades de moralidades desviantes, como as zonas de prostituição ou de vícios. No caso do Batan as duas tipologias sociais:

“pessoas de bem” e “pessoas de mal” não estão segregadas por certas regiões da favela, mas sim por cosmovisões distintas. Como as “pessoas de bem” fazem parte da moralidade hegemônica estabelecida pela milícia é como se estivessem conectadas pela crença de que a milícia é melhor por “colocar ordem”, “respeitar morador”, “proibir uso de drogas” etc, independente das múltiplas identidades que esses indivíduos possam pertencer, eles se identificam com essa premissa. Essa conexão entre pessoas diferentes em uma mesma direção moral pode ser entendida como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

O caso do jovem espancado com um facão e o do guarda municipal, são interessantes para entender o funcionamento dessa comunidade imaginada que tem na moralidade seu marcador social da diferença. Por essa razão, proponho a categoria de *comunidade moral imaginada* para dar conta da classificação desse grupo social. Por um lado, temos um jovem espancado por ser o ‘outsider’ (BECKER, 2008) exemplificando a categoria tipificadora do jovem usuário de maconha, representado como associado moralmente ao tráfico, e por essa razão, uma “pessoa de mal” no qual o castigo público serve de exemplo para outras “pessoas de mal”. Já o guarda municipal que transgrediu uma regra instituída pela milícia, não teve nenhuma punição por causa da posição social na qual ele pertencia, as forças auxiliares do estado. Essa é uma representação da “pessoa de bem” que está associada indiretamente a milícia. Por mais que o interlocutor em questão não tenha nenhum vínculo com a milícia ele tem privilégios que moradores ordinários não tem, mesmo que esses moradores ordinários apoiem a milícia. Assim como o usuário de maconha jovem vai ser associado a um possível exército de reserva do tráfico e condenado antes mesmo de qualquer vinculação objetiva com essa organização; o guarda municipal é visto pela milícia como um possível exército de reserva da milícia, onde, no fundo, eles são moralmente próximos e por isso, “colega também”. Essa posição privilegiada na hierarquia da comunidade moral imaginada faz com que esse morador tenha mais privilégio que outros, por esse motivo manteve seu ponto de Sky mesmo quando a milícia havia mandado tirar.

A atuação da milícia era difusa (para todos), mas de forma diferenciada a depender da posição social dos moradores. Moradores que infringissem as regras eram representados como desviante e como “pessoas de mal”, entendidos como traficantes em potencial. As pessoas que apoiavam a atuação da milícia eram consideradas “pessoas de bem”. Mas mesmo dentro dessa categoria os moradores das forças auxiliares

militarizadas, sobretudo, tinham mais privilégios que os moradores comuns por representarem um possível exército de reserva, um miliciano em potencial. Esse ordenamento diferencial difuso foi uma das características principais da atuação da milícia no Batan no final da década de 2000.

1.4 A tortura a equipe do jornal O’Dia e a suposta ‘desarticulação’ da milícia

O grupo Águia controlou a favela de 2007 a 2008 e foi duramente enfraquecido pela repercussão internacional do famoso e trágico caso da tortura dos jornalistas. Em maio de 2008 uma equipe do jornal O Dia foi torturada pelos milicianos na favela do Batan. O grupo fazia uma reportagem investigativa sobre o cotidiano da milícia e ao serem descobertos foram duramente torturados por mais de sete horas¹⁰. O relato do fotógrafo para a Revista Piauí é interessante para pensar como atuaram as redes de conhecimento e influência da milícia.

O chefe, o chamado 01, sentou na minha frente. Tentei negociar. Disse: “Tenho moral no jornal. Vamos esquecer as porradas todas. Você libera a gente, e não falamos mais disso. Não se mata jornalista. Veja o caso do Tim Lopes. Era meu irmão, era um amigo muito ligado.” “Então parece que o problema é com a família”, respondeu 01. “Você vai morrer e precisa saber que foi alcaguetado por amigos de dentro do jornal. Vou provar: você tem na sua baia de trabalho as fotos de um de seus dois filhos tocando guitarra. Seus filhos são lindos. Você mora na Zona Sul”, disse, completando em seguida com meu endereço exato. Gelei, e ele continuou: “Vocês são uns bundões. Foram alcaguetados por seus amigos. Temos informantes em tudo o que é jornal e televisão.” (...) Quando estávamos na altura da Estação Leopoldina, logo após a saída da avenida Brasil, entramos numa grande discussão. A repórter revelou que os torturadores a chamaram por um apelido pelo qual ela só era conhecida na redação. A certeza da traição nos deixou inseguros. (...) Com a possibilidade de ter sido traído por algum companheiro de trabalho, não posso falar com ninguém da redação d’O Dia. (...) Valeu a pena? Foi a profissão que escolhi. Mas o que mais dói é que fomos delatados por colegas da redação. Eu achava que nunca tinha tido inimigos (REVISTA PIAUÍ¹¹, 2011).

O doloroso relato do fotógrafo torturado mostra como a milícia tinha conexões profundas, inclusive com pessoas do próprio jornal em que trabalhava. Os milicianos tiveram acesso a coisas extremamente íntimas da equipe, como foto, endereço e apelido o que mostra que o informante da milícia era muito próximo da equipe. Essa capacidade

¹⁰ <<https://extra.globo.com/noticias/rio/jornalistas-sao-torturados-por-milicianos-no-rio-equipe-de-dia-foi-espantada-por-7-horas-na-zona-oeste-519747.html>> Acesso em: 25/05/2020.

¹¹ <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>> Acesso em: 21/0/2020.

de articulação com vários setores sociais demonstra toda a periculosidade dessa organização e a dificuldade de combatê-la.

Além dessa versão oficial do caso, outra versão nativa – e moralmente associada à milícia – foi capturada pelo trabalho de campo. A controversa narrativa desse morador e liderança comunitária afirma que um dos integrantes dessa equipe se utilizou do ocorrido para prejudicar conscientemente a milícia por causa de sua suposta “proximidade com o tráfico”.

[Morador e liderança] Na ocasião [da tortura] não eram apenas a repórter e o fotógrafo, tinha também o motorista que era morador do Batan. Ele era próximo do tráfico e depois passou a ganhar a vida honestamente como motorista. Após eles serem capturados e torturados, principalmente psicologicamente, nem a jornalista, nem o fotógrafo quiseram denunciar. Quem denunciou foi o motorista porque ele tinha interesse em ferrar a milícia e fazer como que o tráfico voltasse. Ele só denunciou porque sabia que isso daria problema pra milícia (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

O interlocutor dá a entender que nesse caso as representações para fora ficaram centradas na repórter e no fotógrafo quando, na verdade, o ator principal foi o motorista por ser morador e por ser associado, segundo ele, como alguém que foi identificado moralmente com o tráfico e por isso queria “ferrar a milícia”. A tentativa de rotular o motorista a um passado moralmente duvidoso (de proximidade com o tráfico) é o que explica ele querer “ferrar a milícia” e fazer o “tráfico voltar”.

Na prática, o interlocutor produz uma rotulação que recai sobre o motorista, que associa seu passado com o tráfico como algo que nunca será apagado, ou seja, o fato desse motorista supostamente ter tido alguma “proximidade com o tráfico” faz com que ele automaticamente não goste da milícia e busque estratégias para prejudicá-la. Essa associação coloca esse motorista na categoria social de “pessoas de mal” já que é alguém que se identifica com esse grupamento social. Mais uma vez é perceptível como os moradores dessa comunidade moral imaginada acionam categorias morais para assujeitar certos tipos de moradores, acusando-os de aproximação (prática, operativa ou moral) de uma certa representação do tráfico imaginada. Uma vez que o tráfico de drogas propriamente dito não operava mais diretamente na favela, sua representação era feita como categoria de acusação que rondava os moradores e suas identificações políticas.

Independente das acusações morais que envolviam o contexto da tortura dos jornalistas, o fato produziu um efeito prático na atuação da milícia, como afirma um jovem morador e liderança comunitária.

[Jonathan] Eu sempre achei que o Batan era uma favela de milícia, mas eu não escuto muito falarem dela. A milícia do Batan acabou?

[Morador] Depois que eles fizeram aquela merda [referência a tortura dos jornalistas] ela enfraqueceu (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 30 anos).

Após o lamentável e fatídico caso, a milícia passou a ser vista e representada de outra forma, não mais como uma auto-organização que buscava proteger a favela do tráfico de drogas, mas sim como um grupo tão perverso quanto o tráfico. Esse rebaixamento moral sofrido – não só pela milícia do Batan, mas pela ideia de milícia num todo – faz com que esse grupo perca grande parte do prestígio político e midiático anterior. Cano e Duarte (2012) relatam que o ano de 2008 representou uma inflexão para as milícias. Até então, as milícias eram defendidas e aceitas como grupo de segurança autônomo. Após o sequestro, a imprensa passou a “fazer pressão” para uma resposta do estado sobre esse problema, associando-os, agora, como parte do crime organizado. Os próprios operadores do estado que afirmava que a milícia era uma espécie de “mal menor”¹² se viram obrigados a darem uma resposta política em função do contexto dos megaeventos (DA MOTTA, 2017). A resposta foi dada com várias incursões no Batan e a prisão dos líderes da milícia fazendo com que esse grupo fosse desmobilizado e ‘desarticulado’, mas não extinto.

[Morador e liderança] Após a prisão do chefe [conhecido como 01] a milícia se enfraquece e os antigos que não foram presos não quiseram mais controlar o lugar (Trecho de conversa com morador e liderança por volta dos 50 anos).

A aparente ‘desarticulação’ da milícia se deu em relação ao ordenamento frontal do território, porém, mesmo após se “enfraquecer”, sua racionalidade operativa continuou rondando como uma técnica coercitiva fomentada por outros agentes (controversos) que buscavam moralizar o território coibindo os possíveis desviantes e desajustados. Grande parte dos moradores identificados de alguma forma com a milícia temeram, a volta do tráfico após essa ‘desarticulação’.

1.5 O “Xerife da paz” e o Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO)

¹² <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/carminha-jerominho-solta-diz-que-milicia-mal-menor-que-trafico-5008565>> e <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoas-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>> Acesso em: 25/06/2020.

Nesse contexto, um grupo de policiais e funcionários públicos moradores do Batan, liderados pelo tenente do Bope Wolney – também conhecido como “xerife da paz” –, se lançaram à associação de moradores, fazendo do líder, presidente por meio de uma manobra política chamada “eleição por aclamação”¹³. Na prática, ele se autoproclamou presidente da associação de moradores por não haver outra chapa para disputar a eleição. O policial explicou à época que tomou essa atitude porque a milícia havia tentado registrar uma chapa “deles”, mas ela não conseguiu ser homologada. Esse personagem além de presidente da associação de moradores, acumulou o cargo de chefe do Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) que funcionou também na associação de moradores durante quase um ano e foi sucedido pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Essa política de segurança foi negociada a partir de seu envolvimento com a esfera política e suas “relações de conhecimentos”:

Uma vez aclamado Presidente, Wolney passa se valer de seus conhecimentos no governo. Na época da ocupação do Batan, em 2008, Wolney foi um dos principais interlocutores com o governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública (SESEG), notadamente nas figuras do Governador Sérgio Cabral e do Secretário José Mariano Beltrame. Ele sempre demarca nas conversas a importância desse período, como foi ele mesmo quem sugeriu que a ocupação militar fosse transformada em algo permanente e como se colocou à disposição para liderar esse trabalho, uma vez que era policial militar. Entre 2008 e 2010, são inauguradas diversas iniciativas do poder público no Batan, na maioria das inaugurações Wolney se fez presente, ora ao lado do Governador, ora do Prefeito, ora do Secretário de Segurança (MENDONÇA, 2014).

Muitos moradores enxergavam essa figura como um “miliciano” por causa de suas práticas e técnicas de controle dos corpos e da moralidade dos moradores. Além de sua atuação política questionada por muitas lideranças comunitárias, identificando em sua estratégia política uma atitude antidemocrática.

[Moradora 1] Havia um presidente da associação dos moradores que era miliciano e do BOPE. Ele esculachava e batia em morador. Meu namorado sempre era revistado, mesmo ele sendo preto, ele não fazia parte do estereótipo

¹³ “Nós assumimos a Associação de Moradores através de uma eleição que se chama aclamação. Porque o povo naquele momento...Nós tínhamos a necessidade de ter uma diretoria formada, porque a milícia tentou implantar uma diretoria e não conseguiu. Aqui dentro na Associação, ela queria o poder também da Associação. Aí botou uma pessoa envolvida com eles, que é morador, pra ser o presidente. Mas ele não conseguiu registrar, porque ninguém queria compor a diretoria com ele. Ninguém queria compor. E ele não conseguiu registrar essa ata, dar forma legal à presidência. Foi aí que eu reuni moradores. Como falei: os policiais, funcionários públicos, viemos todos no dia 22 de Junho de 2008. Viemos para a associação e aqui onde foi feita essa eleição por aclamação. Nós pedimos a pessoa que estava aqui, que ele não tinha uma chance e estava atrapalhando a comunidade, [para] nós instalarmos o DPO, o Posto de Policiamento Comunitário. Ele simplesmente ficou relutante, mas ele teve que acatar. E aí nós demos respaldo legal a diretoria atual. Na diretoria atual você tem policiais, comerciantes e morador antigo” (MENDONÇA, 2014, p. 61).

clássico, não tinha cabelo na régua nem nada disso (Trecho de conversa com moradora por volta dos 30 anos).

[Morador 2] Logo após esse fato [tortura dos jornalistas] a UPP entrou na comunidade e a milícia logo tratou de colocar alguém deles na associação de moradores. Um policial do Bope ficou responsável por essa tarefa de evitar que o tráfico voltasse ou que tivesse algum movimento [associativo] a favor do tráfico (Trecho de conversa com morador e liderança por volta dos 50 anos).

Na primeira fala da moradora observa-se que a associação de miliciano está relacionada a forma de coerção física e psicológica que o tenente produzia no território. Ela o liga a milícia pelo fato de “esculachar” e “bater” em morador, além de sempre “revistar” o namorado que mesmo não apresentando características que possam associá-lo a uma certa estética identificada como desviante e conseqüentemente, de “pessoa de mal”. Na segunda fala, do morador, é possível perceber o que a milícia mesmo estando supostamente “desarticulada”, seus interesses, em especial o combate a qualquer elemento simbólico e político do tráfico, foram preservados a partir da figura de Wolney (Xerife da Paz). Por mais que esse personagem não seja miliciano, ele cumpriu uma função fundamental para a gestão da ordem e da moralidade do Batan, mobilizou seu capital político e da violência para evitar qualquer tipo de ameaça, real ou simbólica, do tráfico.

Burgos (2008) identifica, no caso de Rio das Pedras, como o movimento associativo era importante para a manutenção do poder local. Segundo ele a associação de moradores encarnava uma espécie de “Leviatã local”, articulando controle social e trabalho político administrativo com o objetivo de controlar a vida na favela. Ele adverte que esse contexto de Rio das Pedras foi um contexto produzido não paralelo ao estado, mas sim perpendicular. Ou seja, o estado foi coprodutor daquela realidade em que a milícia imperava:

O poder militar ‘autorizado’ pelo Estado empresta à associação uma impressionante capacidade de enforcement sobre a vida local; em contrapartida, a associação – fortalecida pela forma como o poder público lhe delegou a gestão do território – empresta ao poder militar uma legitimidade que ele dificilmente encontraria sem ela. Cria-se uma dinâmica institucional até certo ponto sofisticada, na qual uma força regula e impõe limites à outra, acabando por conferir ao ‘rito jurídico’ local mais transparência e estabilidade do que o encontrado nas favelas dominadas pelo tráfico (BURGOS, 2008, p.2).

A figura de Wolney é sociologicamente interessante, pois ele se apresenta como um morador que mobilizou uma auto-organização militarizada para combater tanto tráfico, quanto milícia. Muitos moradores, ao contrário, identificavam-no como um

miliciano por manter muitas das técnicas de poder da milícia, como “revistar” e “esculachar” morador e manter o controle da associação de moradores – que assim como em Rio das Pedras (Ibid) era fundamentalmente importante para os negócios da milícia. Por esse motivo, o tenente Wolney era uma figura ambígua, um morador não miliciano, mas que agia e mantinha uma estrutura de gestão da ordem igual da milícia.

O jornal Extra, em 2011 com a UPP instalada fez uma série de reportagens em que assinalava a ambiguidade do tenente Wolney como elemento central. “Apesar de UPP, tenente do Bope age como Xerife no Batan¹⁴” – 23/04/11; “Tenente do Bope atua como “xerife” no Batan e é alvo de críticas¹⁵” – 25/04/11; “Tenente do Bope é novamente acusado de agressão contra morador do Batan¹⁶” – 08/06/11. A síntese dessas três reportagens identificou esse personagem como uma espécie de “terceiro tipo de xerife” (nem miliciano, nem traficante), encarnando a própria lei, próximo da esfera política, com problemas com vários moradores e ameaçado por milicianos ao tentar coibir o gatonet.

[Morador] Eu lembro dele, eu sei quem é. Ele até hoje tá aí dentro. Ele foi do BOPE mesmo. Então assim, ele... mas isso porque na época era o secretário Beltrame e eles são muito amigos. Então ele foi lá, pediu um apoio para o Beltrame para que a Polícia Militar fizesse até DP aqui dentro, posto aqui dentro. Ele, com o apoio do Estado, ele montou essa situação aí, um destacamento. E cresceu, né? Porque a vagabundagem meteu o pé, ficaram os simpatizantes e os olheiros. Então, só que os caras ficaram de vara curta. Mas vou te falar? Isso aí com o tempo também, a gente sabe que ele nunca foi um homem sério, senão ele já estaria morto. Na época ele botou umas broncazinhas aí com bandido. Andou botando umas broncas e depois ele já estava com segurança, 4 ou 5 seguranças do lado dele. Mas a coisa foi esfriando e o tráfico vinha, provavelmente sabia quem era ele e parece também que foi chegando em um acordo. Tanto é que ele está aí até hoje. Ele circula pra baixo e pra cima tranquilo, no meio da bandidagem. Ele anda armado o tempo todo e ninguém se mete com ele (Trecho de entrevista realizada com morador por volta dos 50 anos).

O interlocutor revela a capacidade de articulação do então “Xerife da Paz” com a esfera política, apontando que o trabalho do DPO foi relativamente fácil porque “a vagabundagem” (os traficantes) saíram da favela depois que a milícia entrou. Apenas ficaram pessoas “simpatizantes” e os “olheiros”, grupos de menor escalão na hierarquia do tráfico. O morador em sua fala também atenta para a importância da capacidade de

¹⁴ <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/apesar-de-upp-tenente-do-bope-age-como-xerife-no-batan-1652407.html>> Acesso: 15/05/2020

¹⁵ <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/tenente-do-bope-atua-como-xerife-no-batan-e-alvo-de-criticas-de-moradores-1661152.html>> Acesso: 15/05/2020

¹⁶ <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/tenente-do-bope-novamente-acusado-de-agressao-contra-morador-do-batan-1989390.html>> Acesso: 15/05/2020

articulação com estado que o tenente Wolney tinha para trazer o DPO para a favela a partir da ‘desarticulação’ da milícia.

O morador ainda atenta para o fato de que o xerife da paz “nunca foi um homem sério”. No entendimento do interlocutor as “broncazinhas” colocadas não eram suficientes para fazer frente ao tráfico. Na realidade ele se beneficiou da conjuntura onde o tráfico havia saído da favela, questionando não o poder do tráfico, mas sim a conduta dos “simpatizantes”. Caso contrário, se de fato houvesse tráfico, “ele já estaria morto”. Por essa razão há indícios de que na realidade o “xerife da paz” era mais próximo do tráfico que da milícia, por essa razão mesmo após a saída da UPP do Batan ele continua andando armado no território sem ser incomodado pelo tráfico que passou a controlar o Batan.

Essa ambiguidade de Wolney que perpassa tanto as representações externas (como o jornal Extra) quanto internas (dos moradores), mostra a importância controversa desse personagem. Alternando entre ser ou não miliciano ele deu prosseguimento a comunidade moral imaginada, coibindo as “pessoas de mal” e defendendo as “pessoas de bem”. De uma forma geral, após a ‘desarticulação’ da milícia o Batan teve o mesmo ‘*modos operantes*’ de regulação e coerção cotidiana dos moradores. Mesmo após o fim da milícia, certos interesses morais foram preservados com a política de segurança do DPO na figura do tenente Wolney.

1.6 O projeto de pacificação e a glória dos anos iniciais

A pacificação de favelas começou em 2008 – quando ainda não havia nome para o projeto (BURGOS et al, 2011; MENEZES, 2015) – a partir da ocupação, por tempo indeterminado, do morro Santa Marta, em Botafogo. A estrutura dessa política era a ocupação da favela por forças policiais táticas (Bope) ou (BPChoque) com o objetivo de: recuperar para o estado o domínio de áreas controladas por criminosos armados; instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) dentro dessas favelas; alocação de policiais recém-formados e com formação em direitos humanos e policiamento comunitário. Após se estruturar, a premissa da UPP era garantir a integração da população favelada ao território e à sociedade democrática (DA MOTTA, 2017).

A bibliografia especializada entendeu que o projeto de pacificação representou uma inflexão na política de segurança do governo do Estado (BURGOS et al, 2011; LEITE, 2012 e 2014), mesmo com o baixo nível de formulação do projeto constituído a partir da “experiência prática” (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012). O enfrentamento frontal a bandos armados em favelas por meio de operações policiais extremamente violentas (guerra) que vitimaram centenas de pessoas foi o padrão da política de segurança escolhido pelo governo de Sergio Cabral, cujo caso sintomático foi a “chacina do Pan” em 2007 no complexo do Alemão. Após a repercussão negativa e as críticas por causa da atuação da polícia, na “chacina do Pan” e em outros casos, o governo decidiu mudar seu discurso de enfrentamento para o de recuperação dos territórios. A UPP foi uma inspiração da ocupação permanente do Alemão sem a truculenta violência que marcou ao longo da história a presença da polícia nesses territórios (MACHADO, 2010; PALERMO 2014).

Como afirmou Leite (2012) as UPPs desde o início estiveram longe de se generalizarem para as mais de mil favelas do Rio de Janeiro. A pacificação foi um projeto situado focado em áreas de interesse econômico – o que explica a relação dos empresários em sua formulação, planejamento, execução e financiamento – e estratégico dos megaeventos esportivos (BURGOS et al, 2011; LEITE, 2012; FLEURY E OST , 2013; GAFFNEY, 2015). Defini, em outros trabalhos, a pacificação como um dispositivo da ‘gestão capitalista do espaço’ (HARVEY, 2005) que teve nos megaeventos uma justificativa retórica para a promulgação do projeto de cidade empreendedora (DA MOTTA, 2017, 2018).

Em 2009 a favela recebeu uma unidade de polícia pacificadora (UPP), sendo o terceiro território a receber essa política de segurança. O Batan não fazia parte do circuito turístico da cidade, muito menos da franja olímpica, então o que justificava a instalação dessa política? A instalação da UPP Batan foi uma decorrência da repercussão midiática da tortura dos jornalistas pelos milicianos no ano anterior. Outra especificidade que faz da UPP do Batan uma UPP “diferente das outras” foi o fato de ser a primeira e única instalada em área de milícia. O contexto de sua instalação foi de relativa paz e tranquilidade pois o tráfico e a milícia estavam “desarticulados” e o DPO havia sido contundente na regulação das moralidades identificadas como desviantes. Por essa razão essa UPP não sofreu grandes resistências, não foi ocupada pelo Bope, nem pelo Choque e seu apoio no início foi majoritário.

Argumentei na primeira seção que o Batan passou a ser caracterizado como favela, por causa da fixação do tráfico de drogas no território. Com a chegada da UPP o Batan voltou a ter status de região da Zona Oeste, um sub-bairro ascendente de Realengo. Em minha primeira ida a campo pude presenciar essa mudança de status do Batan. Enquanto eu caminhava por uma rua, buscando conhecer a favela, fui abordado por um carro, com um casal que aparentava ser de meia idade, perguntando se eu sabia onde havia casas para alugar naquela localidade. Esse exemplo é significativo para mostrar a mudança de categoria geográfica que o Batan passou com o processo de pacificação.

[Morador] A maioria recebeu bem, pô. Então assim, alguns não viram com bons olhos porque acaba aquela facilidade, né? A facilidade do arrego. Então, se você vê por outro lado, deixou muita gente na mão. Aqueles que trabalhavam [diminuição da voz] para o tráfico, se viu, vamos dizer, desempregado. Isso aí não é emprego, mas na visão deles, estão desempregados. Então, pra esses simpatizantes, a situação não foi um bom negócio. Agora, pra moradores como nós, porra, foi excelente, filhão! Como a maioria, 99% aprova (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos).

Para o interlocutor apenas as pessoas beneficiadas pelo tráfico e seus agentes não apoiaram a pacificação, as “pessoas de mal”. Para o restante dos moradores, “pessoas de bem”, a pacificação não chegou a representar uma novidade. A UPP do Batan em seus anos iniciais foi um aprofundamento da estrutura da comunidade moral imaginada agora com contornos institucionais-legais, não mais controlada pelos milicianos, nem pelo “Xerife da paz” e seu personalismo, mas por uma equipe de policiais legalmente instituído para o cargo.

[Morador] Olha, na época da milícia o que imperava era o autoritarismo. Pode isso e não pode aquilo. Essa é a diferença. A palavra-chave que eu via, o que eu vejo hoje é o autoritarismo. “Você tem que comprar meu gás. Você não vai comprar lá fora. Vai comprar aqui. Se você comprar lá fora eu te expulso daqui”. Então assim, na UPP não. Na UPP, como em qualquer lugar, é o direito de ir e vir do cidadão. Mas, com milícia, isso não existe. Você não tem o direito de ir e vir. O consumo tem que ser aqui dentro, a cerveja tem que ser aqui. Tudo tem que ser aqui dentro. Então, a diferença que eu vejo é essa (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos).

Por mais que os moradores do Batan, em sua maioria (“pessoas de bem”), apoiassem a milícia em detrimento do tráfico, esse apoio era muitas vezes circunstancial e comparativo, e não identificativo. Muitos desses moradores se sentiram oprimidos em especial pelo monopólio de serviços que a milícia tinha, quase sempre com valores mais altos do que os praticados pelo mercado local. Com a UPP, de certa maneira, a liberdade de circulação de pessoas e mercadorias foi devolvida aos moradores da comunidade.

Muito da sua popularidade inicial se deu porque ela conseguiu unir a livre circulação de pessoas e mercadorias com a coibição ao tráfico e a moralidades desviantes.

Christopher Gaffney (2015) nos ajuda a compreender a importância da circulação para os novos arranjos econômicos nas favelas cariocas. A circulação de bens, pessoas e informações são fundamentais para as relações de poder e garantia da acumulação de capital. Portanto, o autor propõe que, em geral, as intervenções realizadas no âmbito dos grandes eventos esportivos – entre elas o projeto de pacificação – tinham como finalidade aumentar, medir e controlar as circulações na cidade, garantindo a acumulação de capital através das “novas geografias de consumo”. Na história recente das favelas cariocas a forte presença do tráfico de drogas controlando e vigiando os acessos da comunidade se tornaram um empecilho para o desenvolvimento econômico do território, que não fosse diretamente ligado às drogas ilícitas. Aliado a isto, a constante ameaça de violência entre facções rivais e/ou destes com a polícia, contribuíram para esta falta de circulação de capital.

O caso do Batan é um pouco diferente do descrito por Gaffney, que centra sua análise no tráfico de drogas. No caso de uma favela controlada pela milícia a dimensão da vigilância e da violência são menores que em favelas controladas pelo tráfico, pois os controles das fronteiras da favela não são tão rígidos, assim como o medo da invasão da polícia é quase nulo. Por outro lado, a milícia restringe a concorrência ao mercado em função de sua organização econômica baseada no monopólio coercitivo, algo pouco visto em favelas de tráfico. Mesmo nessa configuração um pouco diferente, a pacificação representou o fim dessas barreiras comerciais monopolistas da milícia, abrindo espaços para outros atores se lançarem no mercado local, reestabelecendo a concorrência (GAFFNEY, 2015).

O primeiro comandante da UPP Batan foi o capitão Eliezer que ocupou o maior cargo da política de pacificação de 2009 a 2011 e foi uma figura fundamental para o “sucesso” dessa política nos primeiros anos de sua criação. As representações atribuídas a sua atuação variam de excessivamente rude e enérgico com o controle das moralidades, a eficiente e atuante no controle da criminalidade. Essas duas representações ajudam a entender como essa atuação – rude e eficiente – contribuiu para a legitimação da UPP junto aos moradores.

[Morador e liderança] Nos primeiros anos da UPP com o comandante Eliezer a UPP era muito linha dura, ele era rude e revistava todo mundo, agredia menor

de idade que estivesse na rua tarde ou usando drogas (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

O Instituto de Estudo da Religião (ISER) produziu em 2013 um documentário sobre o Batan. Na ocasião, o vídeo apresentou algumas falas de lideranças religiosas e lideranças políticas (e institucionais) entre essas lideranças houve a narrativa do comandante da UPP sobre sua atuação no território: Major Eliezer– “Ser firme, ser enérgico, não significa ser rude, ser mal. Você ser enérgico, a polícia é enérgica” (Documentário ISER, 2013, 6:41 a 6:45 minutos). Nesse mesmo sentido, uma liderança religiosa corrobora a fala do morador apresentado acima, sobre a atuação do capitão Eliezer: Jair – “O capitão Eliezer, ele era esse pulso firme. Ele andava na rua meu irmão, se tivesse que dá tapa ele dava, se tivesse que botar pra casa ele botava. Menor depois de 00:00 horas na rua? Documento... vai buscar” (Documentário ISER, 2013, 6:24 – 6:40 minutos)!

É possível notar que as práticas de coerção física, como “agredir menor de idade que estivesse na rua tarde ou usando drogas” é uma técnica de controle moral no território, anteriormente praticada pela milícia e pelo DPO sucessivamente. Essa continuidade de uma tática “linha dura” no combate ao tráfico de drogas e seus elementos simbólicos revelava a proximidade moral e de tecnologia de controle dos corpos pela milícia, o DPO e a UPP. Alguns moradores, inclusive, chegam a acusar que durante esse período a UPP era permissiva com a milícia, criando até mesmo uma certa cooperação entre esses dois poderes.

[Morador e liderança] Na gestão do Eliezer, era de uma lado a UPP atuante e linha dura no combate ao tráfico, e do outro lado a milícia que estava tanto na associação de moradores [gestão do Wolney], quanto no controle ao tráfico na parte da noite, onde a UPP era menos atuante. (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

Nesse sentido, havia uma espécie de gestão compartilhada e continuada que conectava a milícia – ou o que sobrou dela – o tenente Wolney, agora não mais como DPO, mas como presidente da associação de moradores e a pacificação na figura do capitão Eliezer responsável pela segurança e pelo ordenamento territorial do Batan. Os três segmentos convergiam acerca da necessidade de combater o tráfico e seus possíveis exércitos de reserva, independente dos métodos ilegais e de violações dos corpos dos moradores, jovens sobretudo. No caso estudado, percebe-se que “os fins justificam os meios”, mesmo que esses meios sejam extralegais, desumanizados ou tiranos, eles são

acionados para garantir uma espécie de bem maior coletivo e almejado pelos “moradores de bem”, o fim do tráfico e sua influência simbólica.

[Morador] Olha, eu me lembro do Eliezer quando comandou aqui. O pessoal dizia que ele era ignorante pra lidar com as coisas. Eu não acho... Meu irmão, o cara que estuda, bota no sangue a farda, então aquilo ali faz parte. Eliezer assim, o pessoal tinha mais receio dele pelo jeito dele. Sério, muito sério! (...) A relação do Eliezer com a comunidade eu diria que era estreita também, mas ele, eu acho que assim, por ele vestir a farda, era um pouquinho desconfiado das coisas. Eu andei conversando muito com ele, ele até me confidenciou algumas coisas com relação a moradores. Moradores que se diziam participativos, mas na verdade, estavam próximos dele sondando e levando pro tráfico. Aí, foi quando ele me falou que pessoas que se diziam participativas, no intuito de colaborar, de expandir o negócio ali pra melhorar. Porra nenhuma! Então, ele tinha pessoas infiltradas dentro da comunidade também, pra colher e levar pra ele. Ele falava: “tinham pessoas aqui minha, da minha confiança. Policiais que vieram morar aqui dentro, alugou o espaço e viviam no meio ali, sondando e me traziam tudo”. Aí eu falei: Legal major! Legal! Sabe muito, sabe muito (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos).

A capacidade estratégica do comandante da UPP fez com que ganhasse admiradores e críticos. Trazer policiais de sua confiança para o Batan com o objetivo de sondar quem eram as pessoas com alguma proximidade com o tráfico ou que quisessem, de alguma maneira, que o tráfico voltasse, era uma das estratégias elaborada pelo comandante. Essa visão estratégica fazia com que ele pudesse se antecipar diante das situações e assim ser “efetivo” e “atuante”. Essa característica específica do comandante Eliezer fez com que o morador lhe atribuisse a qualidade de alguém que “sabe muito”.

Podemos perceber que no tempo social do Batan houve vários ordenamentos distintos. O tráfico de drogas a varejo foi o primeiro grupo a controlar o território (da década de 1980 até 2006), inicialmente esse tráfico era organizado pelos moradores locais; após esse período inicial o tráfico foi se modificando em especial suas hierarquias na qual as pessoas “de fora” da favela passaram a ocupar importantes cargos. Após esse período, a milícia passou a controlar o território com uma profunda dimensão moral e de regulação dos corpos e de meios simbólicos contrários a uma associação com o tráfico; a milícia do Batan se configurou como um poder cujo pilar fundamental era a retórica e prática antagônica ao tráfico de drogas. Ao torturarem os repórteres do jornal O’Dia a milícia no Batan se desarticulou (não totalmente) passando a operar de outra forma, mais escondida e com outros tipos de representantes, ora identificados como miliciano, ora não, como o caso do tenente Wolney e sua política a partir do DPO. Por fim, os anos iniciais da UPP foram marcados por uma legitimidade mascarada pelo medo e receio das práticas extralegais representadas pelo capitão Eliezer.

Após a experiência inicial do tráfico, todos os ordenamentos territoriais que o sucederam estavam comprometidos com a coerção e a regulação moral dos moradores identificados simbolicamente como traços ou resquícios de um modo de vida próximo ao tráfico – moradores que escutavam funk (proibidão ou putaria) alto, que tinham corte de cabelo da moda, que usavam gírias de facção, que se vestiam como “favelado”, que usavam algum tipo de drogas. Milícia, DPO e UPP (nos anos iniciais) se comprometeram, conjuntamente, a resguardar o território contra o tráfico e seus hábitos, formando uma certa continuidade de métodos de coerção. A milícia por ser um grupo ilegal não está preocupada com a dimensão da legalidade; porém o DPO e a UPP são instituições operadoras do Estado e precisam, do ponto de vista normativo, zelar e resguardar a legalidade jurídica. Contudo, tanto para DPO, quanto para a UPP na gestão do capitão Eliezer, “os fins justificavam os meios”, ou seja, defender a favela do tráfico era mais importante do que respeitar a cidadania e integridade física dos moradores.

1.7 Governamentalidade militarizada

Ao se debruçar sobre os escritos da literatura anti-Maquiavel do século XVI e XVII, Michel Foucault (1979) se preocupou com a “arte de governar”, entendendo que existem práticas múltiplas de governos em que muitas pessoas podem governar, como o pai de família, o superior do convento, o pedagogo, o professor em relação à criança e assim por diante. “Existem portanto muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade” (p. 165). Nesse contexto, o autor lança mão de um dos seus mais importantes conceitos, a governamentalidade, entendida por ele como:

E com esta palavra quero dizer três coisas: 1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 1979, p. 171).

A noção de governo é fundamental para compreender essa conceituação. Foucault (1995) entende o governo como algo amplo, e não somente como referência normativa a

“estruturas políticas e à gestão dos estados”. Na verdade, para ele, governo significa “dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos”. Quem governa, não são apenas as formas instituídas e legítimas de dominação, mas sim os modos de ação mais ou menos calculados que se destinam a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Ou seja, “governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (Ibid, p.244). É importante aqui fazer uma distinção que governar não é imposição, para governar se faz necessário o uso da liberdade, inclusive como condição de possibilidade para o governo.

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo "governo" dos homens, uns pelos outros - no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas - a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) - mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua pré-condição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Rose, O'Malley e Valverde (2012) buscam deixar o conceito de governamentalidade de Foucault mais operativo, transformando-o em uma espécie de agenda de pesquisa sociológica. Segundo eles, uma análise da governamentalidade precisa levar em consideração:

(...) identificar estes diferentes estilos de pensamento, suas condições de formação, os princípios e saberes dos que se apropriam e os que geram, as práticas em que consistem, como são levadas a cabo, suas polêmicas e suas alianças com outras artes de governo. A partir dessa perspectiva, é nítido que cada formulação de uma arte de governo incorpora, explícita ou implicitamente, uma resposta as seguintes perguntas: quem deve ser governado? Por que deveriam ser governados? Como deveriam ser governados? Com que fins deveriam ser governados? (ROSE, O'MALLEY E VALVERDE, 2012, p. 116, tradução minha).

Embalado pelas provocações dos autores, pretendo resgatar, no trabalho de campo, evidências que mostrem: 1) como se deu os governos da Milícia, DPO e UPP (anos iniciais)? 2) Quais as técnicas de poder acionadas? 3) quais os objetivos? 4) Quais as alianças? 5) E qual a interrelação entre esses governos?

A milícia se instaurou no Batan matando e expulsando os traficantes que lá residiam. Eles se aproveitaram do momento de deslegitimidade que o tráfico passava para instalar um regime autoritário e clientelista. Os Águias, liderados pelo 01, foi uma coalizão de moradores da própria comunidade (maioria das forças militarizadas) com milicianos de outros lugares. O DPO (regime provisório) se instalou com a suposta ‘desarticulação’ da milícia após a repercussão da tortura da equipe do jornal O Dia. Seu líder era o tenente do Bope, Wolney, conhecido como “xerife da paz”. Por sua vez a UPP se estabeleceu como uma resposta política definitiva do governo do Estado do Rio de Janeiro a tortura ocorrida no Batan. O capitão Eliezer era a personificação dessa política na prática.

Do ponto de vista das técnicas de poder acionados, a milícia se utilizou da execução de traficantes, no primeiro momento. Após essa primeira fase ela focou em humilhações públicas, principalmente a usuários de drogas, como forma de mensagem simbólica de seu poder. O DPO focou em agressões físicas e a revistas periódicas a certos moradores identificados como suspeitos de ligação com o tráfico. A UPP também se utilizou de agressões físicas a pessoas suspeitas. Mas teve como técnica auxiliar a infiltração estratégica de pessoas que passam informações ao comandante para coibir a organização do tráfico de drogas.

Os objetivos da milícia era lucrar com a exploração econômica de certos serviços na comunidade e expulsar traficantes e usuários de drogas para construir uma espécie de regime moral-exploratório. O DPO tinha como objetivo principal manter a comunidade a salvo do tráfico e dos usuários de drogas enquanto aguardava a chegada da pacificação. Quando finalmente chegou a UPP ela tinha como interesse institucional acabar com o controle de traficantes com fuzis, entretanto no Batan esse propósito havia sido concretizado pela milícia e DPO. Então a UPP manteve como princípio fundamental coibir todo tipo de tráfico e usuários de drogas na comunidade.

A milícia tinha como aliados outros milicianos de bairros próximos que ajudavam na condução e apoio tático a eventual problemas ou confrontos. Alguns segmentos policiais também eram aliados desse grupo, em especial com a não realização de operações e incursões. O DPO tinha como aliado o alto escalão político do governo do Estado por causa de seu líder, amigo próximo de muitos políticos de parte dessa cúpula. A UPP tinha aliança com o resto de milícia que havia sobrado no Batan, inclusive se utilizando desta ajuda para patrulhar a favela na parte da noite. A associação de

moradores, sob controle do tenente Wolney, comandante do DPO antes da UPP, também era aliada da UPP, principalmente em questões estratégicas.

A milícia foi quem implementou essa racionalidade de governo (ilegal) no qual a moralidade tinha uma centralidade fundamental no plano micropolítico. A coibição ao tráfico e a coerção a usuários de drogas era o programa político assinado pela milícia de forma extrema. O DPO, após a suposta ‘desarticulação’ da milícia, deu continuidade a esse programa político, porém de forma suavizada. Execuções e humilhações públicas deram lugar a agressões físicas e revistas periódicas, tão autoritárias quanto as anteriores, mas com respaldo institucional-legal. Com a UPP esse respaldo institucional-legal foi aprofundado, pois a UPP simbolizava o estado (com ‘E’ maiúsculo). Esse caráter legalista não afastou as agressões físicas, que foram aprofundadas com as táticas de colocar pessoas infiltradas para monitorar, mostrando que o programa político da milícia continuava, mas com outra roupagem.

Por mais que houvesse diferenças entre esses múltiplos regimes no que tange às técnicas de poder, objetivos e alianças, a racionalidade política mantinha-se a mesma. É possível afirmar que o Batan de 2007 a 2011 teve como marca política uma *governamentalidade militarizada* onde forças legais e ilegais militarizadas controlaram a favela e instituíram um mesmo tipo de racionalidade ancorada na moral e na coerção aos desviantes.

Sônia Fleury (2012) ao refletir sobre o processo de pacificação no Rio de Janeiro, identifica uma contradição na execução dessa política, onde o que se viu foi o aparato policial fortemente desenvolvido, enquanto as políticas sociais não tiveram esse mesmo empenho em sua consumação, não garantindo a expansão da tão esperada cidadania. Ela conclui que a UPP representou uma “militarização do social” ao focar no aparelho policial em detrimento das políticas sociais. Esse quadro pode ser generalizado para quase todas as UPPs, menos a do Batan, como anunciado anteriormente ela se configura como “uma favela [de UPP] diferentes das outras”. Se o Batan ocupava a margem (a sombra) do ponto de vista das promessas da pacificação (DA MOTTA, 2017); do ponto de vista da militarização ele ocupou o centro (a luz) porque antes mesmo do Santa Marta ter uma UPP o Batan passava por um processo de militarização do social. Militarização essa institucionalizada na forma de uma racionalidade política que perpassou diferentes regimes legais e ilegais.

2 A Crise no projeto de pacificação e a expansão da violência

2.1 Mudança de comando da UPP Batan: o início da crise

No final de 2011 o capitão Eliezer foi substituído do comando da UPP Batan pelo tenente Martins. Essa substituição modificou o ordenamento territorial, tanto do ponto de vista da relação com a pacificação e a expectativa com o projeto, quanto da reorganização do mundo do crime e seus contextos. Uma das mais importantes características das UPPs era a troca de comando de tempos em tempos para evitar um envolvimento mais amplo com a favela e minimizar possíveis corrupções. A troca do comandante não foi recebido com bons olhos pelos moradores do Batan que identificavam em Eliezer um importante aliado no combate, frontal e simbólico, ao tráfico e o uso de drogas, coibindo qualquer possibilidade de reestruturação. A fala de uma liderança religiosa no documentário do ISER é significativa desse momento.

Jair – “Com o miliciano, ou você é do bem, ou você é do mal, não existe meio termo. Com o policial da UPP você pode ser do bem, você pode ser do mal, você pode ser viciado, você pode roubar, você pode... entendeu? Porque não há o interesse de fazer o trabalho direitinho. É o que policiais me falam, entendeu? Então, em termos de segurança na época dos caras [milícia], era bem melhor que hoje” (Documentário ISER, 2013, 4:27 – 4:51 minutos).

Jair – “Não tem o tráfico armado, não tem troca de tiro, não tem invasão de facção rival. Mas o pequeno furto tem, as esticas tem, os viciados tem, os ladrãozinho tem, os marrentos tem, os funk proibidão tem, os esculhambados tem, tem tudo isso. E você não pode reclamar muito, ah vai lá fala com a UPP, vai lá e reclama com a UPP” (Documentário ISER, 2013, 5:08 – 5:27 minutos).

A fala corresponde ao contexto aberto após a substituição do comando da UPP no Batan. Ao acionar as categorias “bem”, “mal”, “viciado” e “pode roubar”, o morador confere, a essa nova fase da pacificação, uma característica permissiva com essas pluralidades morais. O receio que os “moradores de bem” tinham da favela voltar a ser “o que era antes” (época do tráfico), fez com que esse segmento social definisse que o correto era a lógica de atuação pautada na governamentalidade militarizada, identificada na época da milícia como “bem melhor”. A justificativa a essa formulação pode ser entendida a partir de outro fragmento da fala: “porque não há o interesse de fazer o trabalho direitinho”. Essa frase evidencia a crítica ao modo de atuação da UPP nesse período (comandada pelo tenente Martins). A UPP permitia essas múltiplas moralidades desviantes porque não tinha o interesse de cumprir sua função de polícia e coibir tais desvios com rigor, como realizado anteriormente pela milícia, pelo DPO e pela UPP na gestão do capitão Eliezer. A liderança religiosa explicou que por mais que não houvesse o tráfico organizado e institucionalizado, certas práticas e hábitos como o “furto”, a

“estica”, os “viciados”, os “ladrãozinho”, os “marrentos”, os “funk proibidão” e os “esculachados”, gerou receio a respeito do futuro do Batan, uma vez que a UPP não coibia esses tipos de práticas e hábitos realizadas por “pessoas de mal” que desviavam do padrão correto de comportamento. Essa mudança na moralidade colocava a comunidade moral imaginada em risco.

Bauman (2003) nos lembra que comunidade tem uma ligação estreita com a ideia de segurança. A comunidade moral imaginada do Batan, pautada pela governamentalidade militarizada, buscou garantir a reprodução da vida dos “moradores de bem” a partir da segurança, estruturando a realidade social local. Com a mudança no comando da UPP a segurança de anos anteriores começara ruir, ainda que lentamente. Ainda assim por mais que esse contexto abalasse a vida dos moradores, gerando receio e apreensão, eles ainda conseguiam exercer suas rotinas sem grandes perturbações.

Nesse período, não dava para afirmar que a UPP se vinculava moral e/ou politicamente ao tráfico, até porque o tráfico começava a se reorganizar ainda timidamente. A crítica dos moradores é sempre comparativa: a UPP atuava, mas não como antigamente. Por mais que houvesse apreensão de drogas e de suspeitos ela era considerada menos operante por tolerar a manifestação moral das “pessoas de mal”.

Esse desgaste da pacificação após a saída de Eliezer aprofundou as críticas dos moradores ao programa. Essas críticas, direcionadas ao tenente Martins (sucessor de Eliezer), partiam dos mais variados grupos de moradores do Batan. O tenente Wolney (“xerife da paz”), que nesse período ocupava a associação de moradores, era crítico a essa forma de atuação do novo comandante, como mostra suas falas no documentário do ISER.

Wolney - Não sei se é falta de estratégia, de se mexer na escala de serviços. Mas alguma coisa tem que ser feita. O roubo de bicicleta, invasão de casa, isso é latente, isso é visível (Documentário ISER, 2013, 4:54 – 5:07 minutos).

Wolney - O comandante atual da UPP ele, eu sinto que ele fica um pouco melindrado com determinadas coisas. Eu acho que ele tinha que ser mais ativo, na ação policial (Documentário ISER, 2013, 5:29 – 5:42 minutos).

Wolney - Cadê o policiamento a pé? Cadê? Você não encontra. Com 150 homens? Ora, faça-me o favor (Documentário ISER, 2013, 6:05 – 6:13 minutos)!

As críticas do então presidente da associação de moradores e policial do Bope, tratavam sobre a dimensão operacional da UPP. Pela sua formação militar, Wolney acumulou expertise sobre táticas e estratégias de policiamento e fez com que cobrasse uma mudança no método de atuação, dando certas pistas de que a mudança na escala de

serviço e policiamento a pé poderiam ser mais eficientes. Dessa forma a UPP poderia ser mais “ativa” na “ação policial”, pois o Batan, na sua visão, havia regredido do ponto de vista da segurança por causa do “roubo de bicicleta” e “invasão a casa”. Cano, Borges e Ribeiro (2012) entendem que uma das características gerais das UPPs foi a diminuição dos crimes letais e o aumento dos crimes não letais contra a pessoa e a propriedade. O Batan, assim como praticamente todas as favelas, teve aumento nesse tipo de crime destacado pelo tenente do Bope. O que diferencia essa comunidade das demais é que essas críticas ganharam ressonância coletiva pela mudança de comando e pelas acusações de ineficiência na atuação policial da UPP, contribuindo para o prematuro desgaste do projeto.

O tenente Martins comandou a UPP Batan de 2011 a 2012 e nesse período o projeto de pacificação começou a ser questionado, principalmente do ponto de vista operacional, pois agora tolerava as expressões subjetivas das “pessoas de mal”. Todo o esforço feito pela milícia, pelo DPO e pelo capitão Eliezer no início da UPP, foi sendo substituído por uma prática, no entendimento dos críticos, mais permissivas com os comportamentos desajustados de certos segmentos de moradores. Essas críticas à atuação operacional da UPP foi a primeira manifestação de descontentamento com a pacificação desde sua criação. Essa mudança representou uma inflexão na forma como os moradores viam a pacificação no Batan.

As primeiras favelas a receberem UPP (Santa Marta, Cidade de Deus e Jardim Batan) foram também as primeiras a sentirem sua crise, curiosamente no mesmo período e por razões semelhantes. Menezes (2014 e 2015) aponta que entre 2011 e 2012 os moradores dessas duas primeiras favelas perceberam que o projeto “começava a entrar em crise”, crise essa intensificada nos anos seguintes cujo marco foi a morte do pedreiro Amarildo em 2013 na favela da Rocinha.

Consolida-se, progressivamente, a percepção dos moradores de que “está tudo voltando a ser como antes”. Algumas das “pistas” para isso são: a) as trocas de tiro cada vez mais frequentes; b) o aumento do número de pessoas fumando maconha em lugares públicos da favela; c) a presença de sofás no meio da rua, que são usados para dificultar a passagem das viaturas policiais; d) a retomada da utilização de “radinhos” (i. e., olheiros), que permitem aos traficantes mapear a circulação dos agentes da UPP pelo território; e) o retorno de pontos de venda de drogas (“bocas”) “sedentários” e “permanentes”¹⁵; e f) a sugestão de que alguns traficantes têm circulado pela favela portando não apenas pistolas, mas também fuzis (MENEZES, 2014, p. 677).

A retomada gradual das atividades criminais pelo tráfico de drogas foi o centro da crítica dos moradores para identificar uma crise no projeto das UPPs, por mais que só tenha ganhado eco nos anos seguintes. No mesmo período, 2011, policiais da UPP do morro da Coroa foram atacados por uma granada lançada por traficantes locais. Vital da Cunha (2014) identifica esse fato como uma inflexão na cobertura pública da política de pacificação, emergindo o “medo do retorno do medo”, ou seja, “colocava em dúvida a possibilidade de sustentação e eficácia das UPPs ao longo do tempo” (ibid, p. 55).

Na maioria das favelas de UPP a nova relação da polícia com o tráfico causou uma “situação de indeterminação”. Uma vez que essa política não era apenas uma operação policial rotineira (que os moradores estavam acostumados), ninguém sabia exatamente do que se tratava, nem como agir nessa nova conjuntura. O tráfico de drogas, por exemplo, passou a atuar de forma mais discreta. Quando a UPP se “rotinizou”, moradores, traficantes e policiais conseguiram identificar “quem era quem”, as práticas do tráfico de drogas foram pouco a pouco retomadas, causando nos moradores a percepção de que estava “tudo voltando a ser como antes” (MENEZES, 2014 e 2015). O impacto da retomada das atividades criminais pelo tráfico foi diferente no Batan, comparado com as outras favelas de UPP.

Por aqui, quem pacificou o território e expulsou o tráfico de drogas e seu controle territorial foi a milícia, dessa maneira, quando a UPP se instalou, não houve alterações significativas no ambiente dos moradores, pois o DPO havia conseguido impedir que o tráfico voltasse após a ‘desarticulação’ parcial da milícia. Assim, o que garantiu o suposto sucesso inicial da pacificação no Batan, não foi a novidade criada com a ocupação permanente da polícia e/ou receio de como agir nessa situação, mas o fato da UPP se vincular a governamentalidade militarizada da milícia e do DPO e continuar fazendo uma espécie de “caça às bruxas” ao tráfico de drogas e aos usuários de drogas.

A saída do comandante Eliezer e a retomada gradual do tráfico fez com que o sentimento de crise dos moradores do Batan se acentuasse mais do que em outras favelas – por mais que a presença do tráfico só fosse sentida pelas bocas de fumo móveis e pelos usuários de drogas. Diferente de outros lugares, não houve nesse período a colocação de barricadas, traficantes com fuzis e trocas de tiros. O Batan foi a única favela de milícia a receber uma unidade de polícia pacificadora e seus moradores haviam se “livrado do tráfico” há muito tempo. Quando as atividades do tráfico foram retomadas, mesmo que gradualmente, criou-se a “situação de indeterminação” (MENEZES, 2014 e 2015) que o

início da pacificação não havia criado. Do final de 2011 até 2016, quatro comandantes passaram pela gestão da UPP e nenhum conseguiu retomar o caminho da gestão da ordem operacional da época da milícia, do DPO e do comandante Eliezer. Isso significou que a governamentalidade militarizada, marca dos ordenamentos territoriais anteriores do Batan, havia sido desmantelada.

Nesse período as críticas foram mais popularizadas, aumentando gradativamente a descrença no projeto de pacificação. Muitas das queixas dos moradores tinham como fundamentos a insegurança no território e a retomada das atividades pelo tráfico de drogas a varejo. A partir de 2015 até 2018 as críticas se generalizam e a gestão da ordem no Batan se rearranjou a partir de uma série de acontecimentos sincrônicos que abalaram a estrutura da UPP, transformando-a em ruínas.

2.2 “Salários atrasados”, “desmotivação” e a “tentativa de arrumar algum”: a crise financeira do Estado do Rio de Janeiro e a crise ética da UPP

No final de 2014 e início de 2015, a cidade foi atingida por uma crise fiscal de proporções estupendas. O carioca sentiu o impacto dessa nova conjuntura em áreas como saúde, educação, mobilidade e, principalmente, segurança. O rebaixamento do salário do funcionalismo público e os diversos cortes de pessoal, contribuíram para o alto índice de endividamentos e desempregados, criando um cenário desesperador para a maioria da população fluminense.

A versão oficial do governo aponta dois grandes motivos para a crise vivida pela cidade do Rio de Janeiro, cujo ápice foi o decreto de calamidade pública em 2016. Primeiro, a baixa arrecadação dos royalties do petróleo, que em 2015 recuou 25% e em 2016 caiu 29%, criando um déficit de R\$ 14,5 bilhões de reais aos cofres da União¹⁷. Segundo, o recuo da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que em 2015 arrecadou menos 0,48% do ano anterior, sem contar a correção da

¹⁷ <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/receita-de-royalties-do-petroleo-cai-29-e-deve-sermenor-desde-2009.html>> Acesso: 10/09/2018

inflação¹⁸. Ainda, segundo o governo, a crise no setor petrolífero foi o responsável pela queda das duas receitas.

Eduardo Costa Pinto (2019) também entende essa crise como desdobramento da queda no preço do petróleo e da arrecadação do ICMS que contribuiu fortemente para o declínio do PIB e o aumento do desemprego, criando um estado de “convulsão econômica”. Ele salienta que com a crise fiscal veio uma grande crise política a partir da operação Lava Jato que descobriu uma série de esquemas de corrupção que atingiu vários partidos, mas sobretudo o MDB (antigo PMDB) que comandou o Rio de Janeiro de 2006 a 2014. Esse contexto contribuiu, tanto para a expansão da milícia e do tráfico de drogas, quanto para a vitória de Wilson Witzel, candidato da extrema-direita na eleição para governador de 2018.

Bruno Sobral (2017), por outro lado, defende que a causa do problema do Estado do Rio de Janeiro não está, nem na retórica do governo de que gestões anteriores geraram uma “gastança” sem precedentes e por isso houve um inchaço na máquina pública produzindo a crise; nem no discurso da oposição que afirma que a crise foi causada pela renúncia de receita por causa das isenções fiscais. Independente do lado (governo ou oposição), todos apontam para um problema de gestão como a grande causa da crise. Ainda segundo Sobral, a verdadeira raiz do problema está na “debilidade produtiva estadual”, causada pela negligência política em não dar respostas aos índices de desindustrialização nacional que atingiu mais fortemente a sociedade fluminense, o que levou a uma trajetória problemática de arrecadação, “ocultada” pelas receitas do petróleo e gás. Assim, o autor explica que o estado tem uma “estrutura produtiva oca”, o que significa que existe um “desadensamento de importantes cadeias de produção levando ao agravamento das condições que impedem a indústria de transformação se constituir no motor chave de crescimento econômico e do progresso técnico” (Ibid, p.11). As consequências desse processo para o Rio de Janeiro é que sua economia fica mais suscetível a sofrer, diretamente e com mais intensidade, os rebatimentos de qualquer crise, seja nacional e/ou internacional.

Independente das causas da crise (foco político e/ou econômico), esse fato produziu profundos efeitos para a população carioca. Hirata e Grillo (2019) destacam três

¹⁸ <<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2016-01-06/arrecadacao-do-icms-sofre-queda-estado.html>> Acesso: 10/09/2018

importantes consequências que afetaram o Estado do Rio de Janeiro: a) o aumento do desemprego acima da média nacional no período da crise (2014-2017); b) o aumento da pobreza e da desigualdade social (causada pelo desemprego), revertendo uma tendência anterior; c) a perda no poder de compra das famílias mais pobres, sobretudo no item “alimentação e bebidas”.

A segurança pública, no contexto da crise do Estado, também foi diretamente afetada com atrasos de salários de policiais, falta de materiais básicos, fim de gratificações pagas e diminuição de contingente policial. Todas as UPP foram atingidas por essa crise e tiveram, cada uma a sua maneira, formas e intensidades diferentes. No Batan, a exemplo das demais, a crise do Estado potencializou as críticas feitas pelos moradores, contribuindo para o completo descrédito da pacificação. A falta de orçamento para os projetos sociais e a reorganização governamental do Batan foram fatores decisivos para a posição tomada pelos moradores.

[P5 da PM] Hoje em dia a gente não consegue mais ter o mesmo prestígio do início, porque quando a UPP entrou, veio com vários projetos sociais. Isso fez com que a relação fosse ótima entre moradores e policiais. Hoje em dia esses projetos sociais acabaram e os moradores não conseguem entender isso (Trecho de conversa com P5 da Polícia Militar).

A conversa com o policial revela que a legitimidade e o “prestígio” da UPP se deu em função dos “vários projetos sociais” do início. E quando a crise financeira do estado afetou o funcionamento desses projetos, os moradores passaram a não mais legitimar a UPP como antes. É como se os moradores culpassem a UPP pelo fim dos projetos, “eles não conseguem entender” que o encerramento de tais atividades é culpa do estado, segundo a visão desse PM. O policial não comentou as críticas em relação à volta do tráfico, ele focou a explicação do descrédito da UPP na falta de projetos sociais.

[Jonathan] Qual a maior dificuldade que vocês estão enfrentando?

[P5 da PM] A falta de dinheiro e repasse. O Estado não vem honrando com os compromissos, gerando péssimas condições de trabalho. Vou te dá um exemplo... a gente tá sem papel pra imprimir. Sem contar o décimo terceiro que não foi pago ainda. Tudo isso deixa o policial desmotivado para trabalhar (Trecho de conversa com P5 da Polícia Militar).

É possível identificar, na fala do policial, que o maior descontentamento acerca do projeto era a “falta de dinheiro e repasses”. Isso afetava o funcionamento da UPP em coisas básicas e triviais como a falta de papel para imprimir documentos. Outro ponto é a associação entre falta de pagamento e motivação para o exercício da profissão. Com o atraso de salários e gratificações os policiais passaram a atuar no território de forma

“desmotivada”. Esse fato pode contribuir para reordenamentos éticos do efetivo policial que podem fazer uso de métodos extralegais (ilegalismo) para conseguir se sustentar e ganhar o dinheiro que não vinham recebendo em seu trabalho formal. Como aponta a fala de um jovem morador e liderança comunitária.

[Jonathan] A UPP sabe que o tráfico está voltando a agir na comunidade?

[Morador e liderança] Sabe sim! Mas eles não podem fazer nada, porque estão sem receber. Eu tenho vários amigos policiais, e os caras não tão recebendo. O jeito deles sustentarem a família é tentando arrumar alguma coisa. (Trecho de conversa com morador e liderança por volta dos 30 anos).

O morador e liderança comunitária destaca que nesse contexto de crise, policiais estariam ingressando em esquemas corruptivos para “arrumar alguma coisa”, pois precisavam “sustentar a família” e como estavam “sem receber” essa era uma das formas possíveis de burlar a crise. Essa associação pragmática entre crise e corrupção que o morador e liderança aciona é o que explica a retomada das atividades do tráfico de drogas a varejo e a não atitude combativa da polícia, pois “não podem fazer nada” porque “estão sem receber”. Logo, esses relatos elucidam o sentimento, tanto do morador quanto do policial, acerca da falta de dinheiro para o projeto e como isso tem afetado, não só a retomada das atividades do tráfico de drogas, como na insegurança dos moradores. Em campo os relatos de insegurança em 2016, momento auge da crise, eram recorrentes, como mostra o fragmento a seguir de uma reunião comunitária organizada pelo comando da UPP.

Em uma reunião comunitária¹⁹ realizada toda última sexta-feira do mês na sede da UPP, cerca de 30 pessoas se enfileiravam nas cadeiras ordenadas em linhas para expor seus questionamentos ao comando da UPP. A reunião começou com as falas burocráticas das instituições presentes, naquele dia só havia o comando da UPP nas figuras do comandante Carvalho e do P5 e três representantes da empresa de energia elétrica Light. Esses dois grupos foram responsáveis pelas falas iniciais. Após esse protocolo uma mulher branca de cerca de uns 40 anos pediu a palavra e relatou, em tom de denúncia, que sua filha havia sido “assaltada por um carro de cor prata em uma rua movimentada do Batan”. Ela enfatizou no final de sua fala que “o Batan estava muito inseguro”. Após seu desabafo o comandante Carvalho perguntou a moradora, que acabara de relatar sua experiência, se ela e a filha “foram à delegacia”? Ele fala que “sabe que é chato e demorado”, mas que precisa que as pessoas “façam o boletim de ocorrência” para que possa constar na “mancha criminal”, “senão fica boato”. Ele não pode “deslocar viatura e patrulhamento pra essas áreas sem tá na mancha criminal”,

¹⁹ “As reuniões “comunitárias” organizadas pelos comandos militares possuem frequência mensal e costumam agrupar representantes de diferentes órgãos públicos, do setor privado e de organizações comunitárias, além de outros moradores e o comando da polícia” (DAVIES, 2014, p. 28). No Batan esses encontros acontecem na última sexta-feira do mês, sempre no horário da manhã, das 10:00 até 12:00 horas, podendo haver variações para mais ou para menos. Esse espaço de interlocução se apresenta como um local em que os moradores podem expor suas reivindicações, “cobrando das autoridades” competentes (seja a prefeitura, o Estado ou empresas privadas) seus direitos (Ibid, 2014); e ouvir as justificativas institucionais para os seus problemas e reivindicações.

ele sabe que a moradora “não está mentindo”, mas ela “precisa registrar a ocorrência na delegacia”, ele “trabalha com dados”. Ele explica que “têm pouco efetivo” e que a “área é muito grande e o efetivo é pequeno”, ele chega a falar que o Batan é um dos “menores efetivos de todas as UPPs”. Portanto, ele privilegiará as “áreas que estiveram formalmente registradas”. O “sonho” do comandante é ter uma viatura em cada entrada do Batan, mas isso é impossível devido ao pequeno número de policiais (Caderno de Campo, 2016).

Nesta curta cena é possível perceber, novamente, a narrativa que enlaça crise do Estado, falta de dinheiro e aumento da insegurança. Ao relatar a trágica experiência do assalto de sua filha a mulher expôs sua insatisfação com a insegurança, sentida por muitos moradores nos últimos anos. Por sua vez o comandante questionou a apresentação retórica da moradora, que estava desajustada aos parâmetros formais e era necessário registrar essa queixa em uma delegacia para que ele pudesse trabalhar em cima da “mancha criminal”. Rocha, Carvalho e Davies (2018), inspirados pelas reflexões de Boltanski, entendem essa situação como parte de um processo de “dominação gestonária” no qual o setor público – ao incorporar técnicas de gerenciamento e gestão das grandes empresas aliado ao discurso técnico-científico – exigem “provas de realidades” com altos níveis de conhecimento técnico e específico para acatar as reivindicações dos moradores. Os autores ainda salientam que esse tipo de dominação, muito característica da UPP, é uma forma de rebaixamento da crítica, onde somente as reivindicações “ajustadas” serão levadas em consideração.

O comandante além de não aceitar a reivindicação da moradora justificou a insegurança no Batan e os casos de roubos e furtos em função da diminuição do efetivo policial da região, afirmando que o Batan era a UPP com a “menor quantidade de policiais”, dificultando, assim, o patrulhamento e as rondas. Isso revela como o Batan de 2014 a 2018 foi diretamente afetado pela crise econômica do Estado em que moradores e policiais sentiram esses efeitos e produziram narrativas críticas sobre a situação vivida. Dessa forma, o Batan foi sentindo cada vez mais a UPP politicamente desmobilizada com falta de pagamentos, infraestrutura e contingente policial. Essa desmobilização contribuiu para a retomada das atividades do tráfico e dos furtos e roubos gerando um sentimento de insegurança que veio se potencializando.

Um dos desdobramentos da crise financeira do Estado do Rio de Janeiro foi uma espécie de crise ética na qual a UPP Batan foi acusada por moradores e lideranças locais. Com os “salários atrasados”, a “desmotivação” e a “tentativa de arrumar algum” as críticas à UPP se transformaram em acusações de corrupção envolvendo policiais.

A última pauta da reunião comunitária do Batan e a mais polêmica foi a questão dos mototaxistas. Após a fala do comandante sobre a questão das viaturas na favela, um mototaxista se levantou da plateia e perguntou ao comandante:

[Mototaxista] Como fica o nosso trabalho, comandante?

A pergunta do trabalhador deixou o comandante visivelmente constrangido e irritado, mudando sua expressão facial que até o momento era de relativa tranquilidade.

[Comandante] Quem regula o transporte é o município. Eu fiz poucas exigências: habilitação, capacete e, principalmente, organização. A comunidade [Batan] está acostumada com a desorganização; a UPP tem ordem! Eu só queria um espaço pra não ficar moto na rua, vocês não cumpriram o acordo”. Eu não quero dinheiro sujo, quero executar a lei.

Outro mototaxista retruca a versão do comandante que por sua vez interrompe a fala do trabalhador expressando certa revolta com as indagações. O comandante continua o monólogo afirmando que:

[Comandante] Vocês [mototaxistas] não querem cobrança, eu não vou estragar minha carreira, desculpem a expressão, por causa de merda! Agora, comigo, só o que está na lei.

Mais uma vez os mototaxistas retrucam o discurso do comando da UPP e novamente são interrompidos pelo comandante.

[Comandante] A CTB fala que não é pra ter mototáxi. Eu abri uma exceção com poucas exigências e vocês não cumpriram. A prefeitura não faz a parte dela, fica muito puxado para UPP. A regra está lá pra ser cumprida.

Um mototaxista levantou de sua cadeira e em tom de súplica fez um pedido ao comandante.

[Mototaxista 1] Pô Comandante, olhe pra gente com olhos humanitários. Nós somos pais de família.

O comandante fez cara de cético e deu o exemplo do transporte por vans:

[Comandante] Nós apreendemos seis vans semana passada, vocês não ganharam todo esse tempo? Então, hoje vocês perderam! Comigo não tem jeitinho, se tiver na lei beleza, se não... Depois que o decreto de vocês saírem, vocês vão poder se legalizar; tá pra sair já. Vocês não foram humanos comigo, agora é lei.

[Mototaxista 2] A associação deixou ter três motos do lado de fora e o restante na garagem. Seu fulano [nome do membro da associação de moradores] deixou!

[Comandante] Na hora de organizar vocês ela [Associação de moradores] aparece, agora na hora de vir aqui eles somem. Fala lá com Fulano [nome do membro da associação de moradores].

[Mototaxista 3] Mas comandante como a gente vai trabalhar?

[Comandante] Quando o decreto sair.

[Mototaxista 4] Comandante o senhor está destruindo oito famílias!

[Mototaxista 2] O Batan é a única comunidade que mototáxi não pode trabalhar.

Durante o lamento dos trabalhadores a expressão facial do comandante era tomado por uma indiferença que era visível a todos da plateia, inclusive para os mototaxistas, deixando-os irritados e apreensivos.

[Comandante] Eu só vou cobrar o que estiver na CTB [Código de Trânsito Brasileiro].

[Mototaxista 1] Mas nós fomos coagidos por policiais da UPP a pagar uma taxa pra poder trabalhar.

[Comandante] E porque que vocês não denunciaram?

[Mototaxista 1] Nós temos medo de covardia!

[Comandante] Vocês têm provas? Se tiverem é só me mostrar que eu exonero na hora e troco de unidade. Só faço o que tá na lei.

Após essa última fala, o comandante encerra a reunião comunitária. Sem chegarem a um acordo com a UPP os mototaxistas se levantam injuriados e se retiram da sede da UPP (Caderno de campo, 2016).

A situação narrada acima mostra o conflito existente entre os mototaxistas e os policiais da UPP em meados de 2016. O transporte de passageiros por motocicletas é uma prática corriqueira em favelas e periferias brasileiras, por mais que não existisse, até recentemente, um decreto que amparasse normativamente essa atividade. No caso do Batan, o problema se deu em função de um suposto esquema de suborno realizado por policiais da UPP. Essa suposta extorsão ao ganhar caráter público pelos mototaxistas reforçaram ainda mais a desconfiança no comando da UPP, alvo de críticas em gestões anteriores que se acentuaram na atual administração da pacificação. Essa crítica de corrupção da UPP ataca diretamente a imagem do comandante e isso explica sua postura na reunião. Sua atitude de indiferença aos mototaxistas se expressa menos como um dever jurídico de manter a “ordem” ou a “lei”, palavras usadas várias vezes pelo comandante; e muito mais como uma vingança aos mototáxis por terem publicizado o esquema de corrupção orquestrado pelos policiais locais. Ao agir com rigor na fiscalização o comandante mostra que existe uma correlação de forças desproporcional em área de UPP em que a administração central detém a capacidade de impor sua vontade independente dos marcos da lei.

Cano, Borges e Ribeiro (2012) alertam para o problema do mototáxi em favelas com UPP. Por causa da falta de uma base legal que regulamente essa profissão tão comum em favelas do Rio, houve lugares em que o comandante chegou a uma negociação amistosa com os mototaxistas; enquanto em outros a UPP tomou a decisão unilateralmente acerca dessa atividade e das regras. Por esse aspecto de regulação que a polícia exerce em favelas de UPP, os autores advertem sobre o risco de o comandante local assumir a posição do novo “dono do morro”. O comandante, na situação dos mototaxistas, mobilizou o excesso de autoridade que a figura do comandante de UPP representa para se vingar das acusações de corrupção feitas pelos trabalhadores informais. Timothy Mitchell (2015) alerta que o estado não está separado da sociedade e que essa

suposta separação – que os politólogos *mainstream* costumam fazer – é um mecanismo de poder. Seguindo essa premissa e deslocando-a para uma micropolítica das relações estatais, entendo que o tenente Carvalho se colocou como o “dono do morro” de forma legalizada e exerceu sua soberania política mesclando sua posição pessoal de vingança e sua posição institucional de comandante da UPP assumindo, como alerta Mitchell, o papel de estado e sociedade.

O caso em questão mostra como gradativamente as críticas à pacificação se aprofundaram ganhando novos contornos. A UPP além de ser vista como inoperante no combate ao tráfico de drogas a varejo que vinha retomando suas atividades passou, paulatinamente, a ser considerada corrupta e perdeu o pouco de popularidade e base social com os efeitos da crise econômica. Ao coibir os trabalhadores considerados pela favela como “honesto” e “pessoas de bem” e não atuar incisivamente contra o tráfico e seus agentes, a UPP foi perdendo legitimidade, como mostra a fala de um membro da associação de moradores que acompanhou o caso dos mototaxistas de perto.

Alguns dias após a reunião comunitária que acirrou o conflito entre mototaxistas e a UPP, me dirigi a associação de moradores para conversar com o membro que havia sido citado pelo comandante.

[Jonathan] Seu Fulano, como está a questão dos mototaxistas?

[Fulano da associação de moradores] Continua a mesma coisa, eles não podem circular, só quando sair a lei. Mas eles estão trabalhando escondidos, sem uniforme. Mas se o comandante pegar ele vai rebocar as motos.

[Jonathan] Achei meio exagerada a posição do comandante...

[Fulano da associação de moradores] Esse comandante é engraçado, ele tolera maconha, mas não tolera trabalhador trabalhando, pessoas de bem. Antigamente ele não ajudava, mas não atrapalhava. O erro foi dos policiais dele que subornou os mototaxistas.

O morador e liderança contou que o valor que os policiais haviam pedido para os motociclistas, mas não me recordo. Ele ainda explica que os mototaxistas tinham áudios comprovando o suborno e que ele mesmo foi mostrar ao comandante. Ele não entrou em detalhes da conversa que teve com o comando da UPP só falou que eles se desentenderam. Ele ainda lamenta o fato de o comandante não punir os policiais que participaram desse esquema. Por causa desses motivos a liderança abandonou o caso e orientou os trabalhadores a procurarem seus direitos na justiça.

[Fulano da associação de moradores] Eu só posso ir até um determinado ponto, porque nem no meu enterro eles irão!

A expressão preocupada em seu rosto após a sua fala, dialoga diretamente com sua fala em si. A mesma diz respeito a impossibilidade dele ajudar de forma mais substantiva os trabalhadores e o receio que, em virtude de sua ajuda, algum mal possa lhe ocorrer.

[Jonathan] Seu Fulano, como a comunidade vê o atual comandante?

[Fulano da associação de moradores] O comandante não é bem-visto pela comunidade porque ele tolera muita coisa errada. Ele é o comandante que está a mais tempo no Batan. Na gestão dele foram três homicídios, com ele o tráfico ganhou força, tem estica, gente fumando maconha na sua porta, gente vendendo droga, gente armada e ele não resolve (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

As falas do morador e liderança coadunam o sentimento coletivo dos demais moradores do Batan a respeito do comando da UPP no período de 2015 a 2016. No trabalho de campo não encontrei ninguém que concordasse com as atitudes do tenente Carvalho. Ao contrário, muitas críticas eram tecidas a sua forma de conduzir a pacificação. É importante não perder de vista que o presente comandante foi o que pegou o auge da crise econômica do estado e seu trabalho foi afetado por essa conjuntura, como relatou o P5 citado anteriormente neste trabalho. De uma maneira geral os moradores viam no tenente Carvalho uma figura, que assim como os outros comandantes depois do Eliezer, não atuava no combate ao tráfico e consumo de drogas e não resolvia os problemas de insegurança do território. A diferença para os demais foram as críticas a relações corruptivas com o tráfico e o atrapalho ao trabalho dos “moradores de bem”, a exemplo do caso dos mototaxistas.

Esse contexto aberto com a saída do capitão Eliezer do comando da UPP Batan no final de 2011, até o ápice em 2015 e 2016 com o tenente Carvalho, foi responsável por uma mudança no tipo de governo vigente. Se anteriormente milícia, DPO e UPP com o Eliezer representavam um tipo de governamentalidade militarizada, que apesar das diferenças, compartilhavam o mesmo programa político anti-tráfico e antidrogas, nesse período o modelo de racionalidade governamental foi radicalmente distinto do anterior. Tráfico e UPP passaram a se alinhar politicamente.

A UPP destituiu o pertencimento moral e governamental com a comunidade moral imaginada do Batan, desmobilizando o programa anteriormente executado. A cooperação entre tráfico e UPP foi vantajoso para as duas partes. Do ponto de vista do tráfico, o comércio varejista de drogas ilegais pôde se reestabelecer em pouca quantidade e em partes específicas, mas com a garantia do comércio sem a necessidade do controle territorial, sem precisar criar postos de trabalho na cadeia produtiva de base (olheiros, fogueteiros e soldados) e sem a necessidade de investir em armamento e na “guerra”. Esse conjunto de fatores tornava essa atividade lucrativa, por mais que fosse exercida discretamente e sem a pujança característica das firmas do tráfico. Por outro lado, a polícia

entrava na corrupção do tráfico para fugir da crise do estado e garantir a manutenção da renda e do poder de compra.

É importante destacar que essa cooperação entre a firma do Batan e os policiais da UPP na gestão do tenente Carvalho foi pontual e estratégica, longe de ser uma vinculação moral harmônica. Antes da posse do atual comandante houve uma tentativa de estabelecimento do tráfico no Batan contida pela UPP em 2014 na qual uma intensa troca de tiros pode ser testemunhada por moradores e policiais – essa parte será trabalhada na seção 2.4. Gostaria de adiantar que, uma vez que essa tentativa de invasão não deu certo, o tráfico optou por fazer um suposto acordo com policiais da UPP em vez de confrontá-los, aproveitando-se do momento mais agudo da crise do estado e da precarização do trabalho policial (2015 e 2016).

A gestão do tenente Carvalho foi sintomática por representar o auge da crítica ao projeto de pacificação. O afrouxamento da tática de coerção ao tráfico (e aos usuários de drogas), aliado às denúncias de corrupção, aos supostos acordos com o tráfico e a insegurança causada pelo aumento dos roubos e furtos, criou um cenário conturbado que foi aprofundado pela crise financeira do governo do Estado. Não se trata de dizer que a crise pela qual passou a cidade provocou o processo de deslegitimação da UPP, pois como argumentei anteriormente esse processo não ocorreu “do nada”, mas foi fruto da mudança da tática política a partir da saída do comandante Eliezer. Todavia, o que gostaria de ressaltar é que com a crise esse processo de deslegitimação chegou ao auge e aprofundou as críticas existentes criando situações oportunas para relações políticas entre policiais e traficantes. Como consequência isso criou para os moradores um contexto de insegurança e apreensão, uma vez que o tráfico havia voltado a comandar a favela, a UPP não atuava e aumentaram os roubos por bandidos de outras áreas.

2.3 Fim da Unidade de Polícia Pacificadora do Batan

No dia 20/03/2018 a favela do Batan foi surpreendida com o anúncio público do fechamento da UPP por ordem do gabinete de intervenção e o deslocamento do contingente policial para o batalhão da região. Após suposto estudo da polícia militar do RJ e do gabinete de intervenção chegaram à conclusão que seria melhor deslocar esses policiais da UPP para reforçar o batalhão de Bangu.

Existem várias UPPs que estão sendo avaliadas, em função do seu desempenho para a finalidade que se destinava e que podem contribuir para a recomposição desse efetivo da PM. Já existe um estudo anterior que está sendo avaliado. Algumas UPPs, certamente, irão recompor efetivos do batalhão. Provavelmente, Vila Kennedy entrará nesse pacote. Batan também vai entrar na recomposição de efetivos e até de adestramento do pessoal novamente. Uma série de ações que vão corroborar para o retorno dessa capacidade operacional (General Mouro Sinott, responsável pelas operações na secretaria de segurança do RJ²⁰).

O fechamento da UPP do Batan por mais que tenha sido surpreendente pela forma como ocorreu – um anúncio público pela imprensa – não representou propriamente uma novidade. Na verdade, esse pronunciamento só instituiu algo visível na percepção dos moradores. A UPP recebeu muitas críticas ao longo do tempo modificando sua atuação com a saída de vários comandantes. Os moradores testemunhavam a ineficiência dessa política a tempos; o anúncio do fechamento referendou algo eminente. Contudo, os moradores foram surpreendidos pelo contexto que se seguiu após esse fechamento, modificando radicalmente as relações com o território. Alguns moradores buscavam compreender esse ocorrido relacionando-o com a crise do Estado, como o exemplo a seguir.

Na sede da Associação de Moradores na semana do anúncio do fim da UPP conversei com alguns moradores, que também são lideranças comunitárias, que estavam na associação no presente dia. Após algum tempo de conversa sobre temas aleatórios, perguntei sobre os acontecimentos dos últimos dias.

[Jonathan] E esse negócio de fim da UPP?

[Morador e liderança 1] Ah! A UPP acabou por causa da crise, né?

[Jonathan] Como assim?

[Morador e liderança 1] Os policiais estavam sem receber, aí meteram o pé. Mas a culpa dessa crise foi do PMDB, do Cabral e do Pezão por serem corruptos e desviarem milhões.

A politização da liderança deslocando a culpa da crise da escala individual (policial) para a escala macro (política) foi algo que me surpreendeu bastante. Ele ainda afirmou que a “UPP foi só polícia, não veio o social”. Outro membro da associação, que estava mais afastado de onde estávamos conversando, complementou.

[Morador e liderança 2] O que acabou foi o nome UPP. Os policiais continuam lá na base deles e os projetos sociais que eles desenvolvem continuam lá também (Trecho de conversa com moradores e lideranças comunitárias).

O que causou estranheza para os moradores e os policiais foi, a UPP “acabar”, mas os policiais continuarem lá. Por mais que não houvesse patrulhamento ostensivo,

²⁰ <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/gabinete-de-intervencao-decide-fechar-2-upps-na-zonaeste-do-rio.ghtml>> Acesso: 19/09/2019

nem apreensão de ocorrências, os projetos sociais (poucos que restaram) coordenados pelos policiais não sofreram alterações com essa nova conjuntura.

Levei a equipe do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana do PPCIS/UERJ até a sede da UPP Batan para tentar conversar com a comandante que à época (2018) comandava. Estava a coordenadora do núcleo, uma assistente de pesquisa dela e eu. Quando chegamos na bela sede da UPP Batan vimos tudo dentro da normalidade. Não parecia que a UPP havia acabado. Policiais passavam para cima e para baixo, e havia muitas viaturas paradas na porta da sede. Nos aproximamos de um policial armado com um fuzil, que aparentemente fazia o patrulhamento do local, e perguntamos se a UPP estava aberta e se podíamos entrar. Ele foi solícito com a equipe e mostrou a direção da porta.

Entramos no prédio e a coordenadora do nosso núcleo pediu para falar com a comandante para um grupo de policiais que estavam próximos. Um deles foi até um outro cômodo falar com o comando. Enquanto esperávamos a resposta ficamos ao lado de 3 policiais que estavam sentados perto de uma televisão, um deles com roupa de educação física. Timidamente puxamos assunto e depois do quebra-gelo perguntamos sobre o fim da UPP. Eles não souberam responder se acabou ou não, mas falaram que estavam trabalhando normalmente. Eles continuam com os programas sociais com a natação e jiu-jitsu – que até rendeu medalhas aos participantes do projeto nas competições, conta um policial orgulhosamente. Esse mesmo policial ainda falou sobre a precariedade que vem passando a UPP e nos mostra [apontando para a janela] que aquelas viaturas paradas estão com defeito e não estão sendo usadas para patrulhamento.

O outro policial voltou falando que não poderia nos atender porque a comandante estava em reunião e a subcomandante estava ocupada fazendo suas coisas e que seria difícil falar agora. A coordenadora, então pergunta quando eles poderiam conversar sobre o tal falado fim da UPP no Batan? O policial pediu que aguardássemos e voltou novamente para onde a subcomandante estava e perguntou a ela mais uma vez. Dessa vez ele não demorou muito e logo voltou com um papel (guardanapo) com um e-mail inscrito e entregou-o a coordenadora. O policial complementou dizendo que sobre o fim da UPP que eles ainda estavam funcionando enquanto não saísse o decreto que forçam eles a voltar ao batalhão e que ainda estava muito confuso e que não saberia ao certo quando ia acabar e se ia acabar (Caderno de campo 2018).

Os policiais também foram pegos de surpresa com o anúncio do fim da UPP no Batan. Eles não sabiam ao certo o que estava acontecendo e nem como agir. A postura do comando da UPP em se esquivar do delicado acontecimento revela uma tentativa de não publicizar os bastidores da pacificação. O e-mail que a subcomandante disponibilizou para a equipe jamais foi respondido, apesar das inúmeras tentativas de contato. Vale lembrar que qualquer comentário da comandante poderia colocar a imprensa em alerta, nesse período as forças de segurança da cidade estavam na mão da União e qualquer fala pública poderia acirrar essa relação entre polícia e exército.

Um morador e liderança comunitária sintetizou todo o processo da crise da UPP até seu fechamento de forma brilhante.

[Morador e liderança comunitária] Com o passar do tempo a UPP foi se desarticulando e as coisas começaram a mudar. E de pouquinho em pouquinho o tráfico ia voltando para a comunidade. A UPP começou a perceber que haviam

esticas do tráfico e os policiais iam lá e prendiam esses bandidos que eram levados pra delegacia. Na delegacia eles diziam que aquela droga era para consumo e que eles eram usuários, portanto não podiam ser presos. Então os policiais começaram a se cansar de toda vez levar os suspeitos pra delegacia e não dar em nada. Então eles começaram a participar do esquema cobrando certas propinas pra fazer vista grossa à venda de drogas. E com isso a UPP foi perdendo o controle do território e o tráfico ficou cada vez mais forte (Conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

O fim da UPP representou um momento de turbulência para quem vive ou frequenta o Batan. Esse fato fez com que a comunidade tivesse seu estatuto de região da Zona Oeste rebaixado, retornando à categoria de favela, categoria essa que está diretamente relacionada com a dimensão violenta da produção do espaço, como mostrei no capítulo 1. Por mais que a UPP não estivesse, na opinião dos moradores, agindo de maneira correta, combatendo a presença do tráfico de drogas e trazendo a sensação de segurança, com seu fim uma série de perguntas emergiram no imaginário social formulado por esses moradores. Quem controlará o território agora? É importante recuperar que a favela foi governada pelo tráfico, passou para a milícia, depois da milícia com a UPP e da UPP com o tráfico; mas e agora?

2.4 O tráfico no Pós-UPP: da “tranquilidade” à “guerra”

*Mas o Pimpão deixou bem claro
Que o bonde foi pra ficar
Desentocou os Ar,
Os Meiota e os Ak.*

*Os crias tudo fechado
O bloco partiu nervoso
E quem avistar milícia
Puxa a cara e ranca o coco*

*Se pompeu vir de gracinha
Taca a 20 que eles voltam
Eles peidam pra caralho
Com o barulho do meiota*

*É ParaFAL e Para-AR
Cada ponto um maçarico
O Batan tá dominado
Tudo Amigo dos Amigos*

Na faculdade, no Iraque

*Na Brasil, no Botafogo
Os menó tão afiado
Atividade é em dobro*

*E no miolo a bala come
Não passa nada e nem pode
Tem o Ak de luneta
Tem lá no primeiro poste*

*Tá tudo monitorado
Nosso bonde tá pesado
O bonde do Pixadão
Só tem coração gelado*

(Mc da baixada)

O trabalho até aqui tem indicado em vários momentos que o tráfico ao longo do tempo foi se reorganizando no território. Nesta parte proponho mostrar mais sistematicamente a presença do tráfico a partir de experiência das pessoas que conviveram cotidianamente e testemunharam essa rearticulação. Moradores, lideranças e policiais todos tiveram percepções das movimentações que os grupos armados tiveram e como essas movimentações se acentuaram com o fim da UPP. Com isso busco aparar as arestas que o trabalho até aqui tem deixado acerca da real reorganização do tráfico e indicar uma mudança em sua lógica de atuação.

Após sua quase extinção em 2007 causada pela invasão da milícia, o tráfico no Batan no período da governamentalidade militarizada (representadas pelas gestões da milícia, DPO e UPP na época do Eliezer) foi desarticulado. O que restou foi residual e hierarquicamente baixo, que se transformaram em simples usuários de drogas e/ou “pessoas que sondavam a área passando informações” para os graduados da facção. Os bandidos com os maiores cargos que não foram mortos fugiram para favelas amigas próximas, em especial a Pedreira (Costa Barros) de onde o antigo dono ‘Pixadão’ era oriundo e a Vila Vintém (Padre Miguel), reduto do ADA mais próximo. Nesse período, as atividades do tráfico ficaram bastante restritas, não havendo funcionamento, nem extensivo, nem velado, o que significou que nessa temporalidade específica o tráfico havia sido extinto.

Com a saída do capitão Eliezer da UPP em 2011 o tráfico foi se reestabelecendo, beneficiado pela não atuação enérgica dos outros comandantes. Nesse momento, o tráfico

passou a atuar principalmente por esticas e com contingente reduzido. Ao passo que a UPP perdia legitimidade e afrouxava o cerco aos criminosos, a firma ia, aos poucos, se estabelecendo, priorizando a questão econômica com a venda de drogas em detrimento do poder político. Havia uma relação diretamente proporcional entre a volta do tráfico e a crítica à UPP.

Na maior parte da vida útil da UPP o tráfico de drogas, assim como a milícia, agiu de forma bastante velada, discreta e quase imperceptível. Durante o trabalho de campo eu me fixei mais na parte central da favela, e nessa parte nunca testemunhei nenhum traficante com posse de armas ou em posição de olheiro ou ainda vendendo droga até 2019, mas essa suposta tranquilidade que encontrei foi costurada com o tempo, por meio de uma tentativa de confronto frustradas e supostos acordos contextuais.

O primeiro episódio dessa suposta “tranquilidade” seu deu em 2014, curiosamente com uma tentativa de invasão do tráfico para reestabelecer seu antigo poder, como mostra o relato do policial:

[P5 da PM] Ouvi uma história que uns três anos atrás [2014] houve uma tentativa de retorno do tráfico organizado pelo dono do morro.

[Jonathan] E como foi isso?

[P5 da PM] Pelo que me contaram eles [traficantes] vieram pela mata e trocaram tiros com os policiais da UPP, mas os policiais conseguiram fazer eles recuarem.

O policial não quis entrar em detalhes, mas disse que essa troca de tiros simbolizou uma tentativa de o tráfico voltar ao que era antes (Conversa com P5 da polícia 2016).

O Caso descrito pelo policial repercutiu na mídia em 2014. O Jornal O’Dia em sua versão online escreveu, “Intenso tiroteio assusta moradores do Batan, Realengo”; a reportagem assinada por Tiago Frederico explicava que:

Um intenso tiroteio assustou moradores da Favela do Batan, em Realengo, na Zona Oeste do Rio, na noite deste sábado. Bandidos tentaram invadir a comunidade, quando se depararam com policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Houve confronto, mas ninguém ficou ferido, de acordo com a assessoria de imprensa das UPPs.

O tiroteio aconteceu pouco antes das 19h. PMs foram checar uma denúncia na localidade conhecida como Morinho, quando se depararam com os criminosos. Após o confronto, os bandidos fugiram.

Segundo a assessoria de imprensa das Unidades de Polícia Pacificadora, uma ação de varredura foi feita na região, com o apoio de militares de outras unidades e do Grupamento de Intervenções Táticas (GIT) das UPPs, mas ninguém foi preso. O caso foi registrado na 33ª DP (Realengo).

De acordo com policiais que estavam de plantão no 14º BPM (Bangu), responsável pelo policiamento na região, os bandidos seriam traficantes do Morro da Pedreira, em Costa Barros, Zona Norte. Os marginais teriam conseguido fugir após roubar um táxi Doblô²¹ (Jornal O'Dia, 12/10/2014).

A UPP do Batan sempre foi considerada um caso de “sucesso” – representada pela cor verde – por não ter sofrido com intensas trocas de tiros como ocorrido em outras áreas sob o controle da pacificação. Apesar desse otimismo muitas vezes veiculado, o Batan passou por momentos de confrontação da ordem instituída. Como mostra a fala do policial e a reportagem, grupos de traficantes armados tentaram tomar o controle por completo do território. Se no período anterior (quando o comandante Eliezer foi substituído pelo tenente Martins) a crítica dos moradores era centrada na falta de atuação da polícia na coibição de práticas desviantes, dos furtos e do uso de drogas com o passar do tempo essa crítica se qualificou ao controle do tráfico, que anteriormente jamais havia tentado invadir o Batan após o controle da milícia.

Após essa tentativa frustrada de domínio, o tráfico optou por um suposto acordo com os policiais da UPP na gestão do tenente Carvalho. Em vez de confrontá-los e ter que custear uma guerra assimétrica em que a possibilidade de perdas econômicas e de material humano são grandes, eles optaram por um suposto pacto, aproveitando-se do momento mais agudo da crise do Estado e da precarização do trabalho policial (anos de 2015 e 2016). O tráfico ficava com a venda de drogas em pontos específicos, sem armamento e de forma discreta; e a UPP fazia uma espécie de segurança para essa venda e tinha partes dos dividendos da comercialização desse material ilegal.

Grillo (2013) explica que o tráfico de drogas precisa negociar a redução da repressão policial pagando subornos sistemáticos a policiais corruptos. Porém, pelo fato da instituição polícia não ser coesa alguns plantões aceitam o suborno, outros não. Essa situação é análoga a da UPP, consequentemente, certos comandantes aceitaram negociar com o tráfico e outros não. Na mesma linha, Barbosa (2005) entende que o tráfico se acopla ao estado, criando não um poder paralelo, mas um “poder tangencial” que necessita criar relações de vizinhanças com o aparelho do estado e negociar um “alvará de funcionamento” com a polícia. Nesse sentido, podemos compreender esse processo

²¹ <<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-10-12/intenso-tiroteio-assusta-moradores-do-batan-em-realengo.html>> Acesso: 08/05/2020

como um aumento da oferta de “mercadorias políticas”, entendidas por Misse (1999) como:

Chamo de « mercadorias políticas » ao conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos « políticos » (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de « corrupção » é um dos tipos principais de « mercadoria política » ilícita ou criminal. O « clientelismo » é, por sua vez, uma forma de poder baseada na troca de diferentes mercadorias (políticas e econômicas), geralmente legal ou tolerada, mas moralmente condenada por seu caráter hierárquico e sua estrutura assimétrica. As fronteiras entre « clientelismo » e « corrupção » por serem moralmente tênues, no Brasil, tendem a reforçar e ampliar o mercado informal político ilegal e criminal (MISSE, 1999, p. 288-289).

Tráfico e UPP na gestão do tenente Carvalho estiveram ligados, segundo a percepção e experimentação cotidiana dos moradores do Batan, por oferta e procura de “mercadorias políticas”. Formaram um poder tangencial em que, do ponto de vista do tráfico, a redução da repressão policial era fundamental; já a perspectiva dos policiais era a oportunidade de escapar da falta de salário e gratificações orquestradas pela crise do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2015, mais uma demonstração da presença do tráfico no Batan, um comerciante foi morto a tiros em seu próprio bar a mando da firma local. Segundo a reportagem do jornal O’Dia, assinada por Adriano Araujo,

O comerciante Francisco Carlos Vieira de Souza, de 41 anos, estava no bar, na Estrada do Engenho Novo, quando homens chegaram no local e dispararam vários tiros. Segundo informações, Carlão, como era conhecido a vítima, estava recebendo ameaças de morte e já havia comunicado aos policiais da UPP da comunidade.

Perguntada sobre o relato de ameaça feito por Carlão um dia antes de sua morte, a Coordenação de Polícia Pacificadora se limitou a dizer que as informações foram passadas para a Polícia Civil, que investiga o caso através da Delegacia de Homicídios. Os moradores também denunciam que houve uma diminuição no número de policiais da unidade policial da favela²².

Esse foi o primeiro assassinato de repercussão pública no Batan desde que a UPP se instalou na comunidade. Se a primeira troca de tiros entre traficantes e policiais da UPP em 2014 representou a volta do tráfico, esse episódio evidenciou sua presença, que mesmo velada, mostrava autoridade contra os inimigos. Segundo informações do Blog

²² <<https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-29/dono-de-bar-e-assassinado-no-batan.html>>
Acesso: 11/05/2020

Crime News²³, esse comerciante, supostamente, teria “relações” com a milícia que comandava o território antes da chegada da UPP, e por isso foi morto a mando do traficante conhecido como “Pixadão”, que comandava o tráfico de drogas nessa época.

No primeiro dia de 2017 o jornal O’Dia noticiou a morte de um policial por traficantes da favela do Jardim Batan, como relatou a reportagem:

Rio - A violência no Rio já fez uma vítima fatal logo no primeiro dia do ano. É o policial militar André William Barbosa de Oliveira, lotado no 3º BPM (Méier). Ele foi encontrado morto na mala de seu carro na manhã deste domingo na Rua Clodoaldo de Freitas, em Guadalupe. Há informações de que ele teria sido sequestrado por criminosos em uma festa no Batan, Zona Oeste do Rio, onde estava com a namorada²⁴ (Jornal O’Dia, 01/01/2017).

Além do jornal supracitado, a morte desse policial estampou a capa de outros jornais, inclusive os televisionados. Eu tive acesso a esse caso vendo o jornal em minha residência. Dada a repercussão de mais uma morte em uma UPP de sucesso, resolvi voltar a campo e conversar com um morador e liderança que tive intimidade no trabalho de campo realizado para a monografia de graduação. Me desloquei de surpresa, ainda na mesma semana, para a associação de moradores para tentar entender o que acontecia na favela.

[Jonathan] Tu ficou sabendo da morte de um policial aqui no ano novo?

[Morador e liderança] Sim. Pelo que eu ouvi dizer tava rolando um baile de final de ano lá no [nome do lugar]. Parece que tinha um polícia armado nesse baile e que houve uma confusão e então foram lá e mataram ele.

[Jonathan] As pessoas que mataram tinha envolvimento com o tráfico?

[Morador e liderança] Acho que sim.

[Jonathan] Isso significa que o tráfico está voltando pra comunidade?

[Morador e liderança] A tendência é piorar... Assim, algumas favelas com UPP, tipo Alemão, Lins [fala o nome de outra favela que não me recordo] o tráfico voltou pesado. Não é o caso do Batan, aqui ainda tá leve (Trecho conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 30 anos).

A fala do morador é reveladora de um momento de certa apreensão coletiva. Na última pergunta ele não responde se o tráfico voltou para a favela, em vez disso projeta um futuro que se ancora no momento presente (KOSELLECK, 2006). Ao mesmo tempo que ele produz uma distinção entre o Batan e outras favelas com UPP, onde sua comunidade, por comparação, tem um tráfico “mais leve”. A estratégia usada por este

²³ <<https://crimesnewsrj.blogspot.com/2015/04/comerciante-e-executado-mando-do.html>> Acesso: 11/05/2020

²⁴ <<https://odia.ig.com.br/conteudo/rio-de-janeiro/2017-01-01/corpo-de-pm-e-encontrado-no-porta-mala-do-carro-na-zona-norte.html>> Acesso: 11/05/2020

interlocutor de assumir implicitamente que há organização criminosa no Batan, mas de forma distintiva e singular, revela uma tentativa de “limpeza simbólica” (MACHADO E LEITE, 2008) de sua comunidade; uma espécie de “re-moralização” que aciona a categoria ‘tranquilidade’ como forma de positivar, distintivamente, a presença da firma do Batan.

Em outra conversa, em 2018, momento que retorno ao campo para a pesquisa de mestrado, dois moradores e lideranças dividem comigo o receio da nova conjuntura que se abriu com a volta do tráfico e o fim da UPP, mas que também definem distintivamente o Batan, que apesar dos últimos acontecimentos ainda é considerado por eles uma favela tranquila em comparação com outras.

[Jonathan] E o tráfico aqui no Batan?

[Morador e liderança 1] Eu tenho medo que uma guerra estoure e que o tráfico volte com força já que agora não tem mais UPP.

[Morador e liderança 2] Assim, boca de fumo e pessoas usando drogas tem em qualquer lugar... No Batan não seria diferente.

[Morador e liderança 1] Tem na Zona Sul!

[Morador e Liderança 2] Mas no Batan é tranquilo! Não tem bandido de fuzil, é raro ter venda de drogas de dia ou pessoas usando drogas de dia (Trecho da conversa com moradores e lideranças comunitárias).

Mas uma vez a presença do tráfico é camuflada pelos moradores por meio do discurso da tranquilidade. No final de 2017 e início de 2018 o Rio de Janeiro passou por uma onda de aumento nos índices de criminalidades, fruto da desmobilização das políticas de segurança implementadas no contexto dos megaeventos. Nas mídias formais e digitais, veiculou-se o aumento dos confrontos em favelas com UPP. O tráfico havia voltado a controlar os territórios que outrora foram da pacificação com múltiplos confrontos frontais e revides institucionais, como as operações policiais. Por esse motivo, os moradores do Batan fizeram questão de, ao tematizar a presença do tráfico, distingui-lo de outras áreas com UPP. Para esses moradores, o tráfico do Batan ainda era tranquilo comparado a pujança da violência que afetava o estado naquele período. Por mais que a presença do tráfico fosse evidente— pela capacidade de mobilizar uma alta quantidade de violência, matando comerciante que tinha relação com a milícia e policial armado no baile —, ainda sim esse tráfico era pouco perceptível objetivamente o que fez com que fosse entendido como “tranquilo”.

O relato de uma moradora elucidou a tensão no Batan após o fim da UPP e o retorno “tranquilo” do tráfico. Ainda que não houvesse um conflito declarado entre

facções rivais nem entre a UPP, no imaginário do morador do Batan essa tranquilidade era parcial e fadada ao fracasso.

[Jonathan] Como que tá o Batan atualmente?

[Moradora] As coisas no Batan são bem tranquilas, tem tráfico, mas não tem arma... aqui é muito tranquilo!

A moradora explica, de forma convicta e convincente, que o motivo pelo qual tráfico e a UPP não brigavam.

[Moradora] O tráfico quer saber de vender a droga dele, não precisa ficar de fuzil nem nada disso...

Ainda sobre a atuação do tráfico e sem nenhum pudor ou censura em sua fala, a moradora relata como se desenvolve as tensões e o receio de uma disputa de quadrilhas rivais no Batan.

[Moradora] Tem uma parte no Batan que é ADA e a outra é TCP. Algumas vezes, um mata um de cada lado, mas não tem guerra nem nada do tipo... Se eles não forem olho de querer todo o Batan, aqui tende a ficar calmo, mas se eles forem olho grande pode estourar uma guerra (Trecho de conversa com uma moradora por volta dos 60 anos).

Nessa importante fala, a palavra “tranquilo” ainda é evocada, mas com ressalvas, já que uma “guerra”, também acionado por outro interlocutor, pode ocorrer a qualquer momento. Tranquilidade e guerra são categorias que ajudam a entender o Batan, principalmente em seu caráter processual. Ao longo do tempo o tráfico que voltava a ser presente tendo como característica ser “tranquilo”, vai dando lugar a uma “guerra” eminente.

Aquilo que os moradores mais temiam aconteceu em meados de 2018, a “tranquilidade” deu lugar à guerra por meio de disputas pelo controle do território entre facções no Rio de Janeiro. Um longo tiroteio aconteceu no dia 08/06/2018 e foi noticiado nas mídias televisivas e online, representando um marco para os moradores do Batan: “as coisas voltaram a ser como eram antes”. O portal G1 Rio de Janeiro fez uma matéria com o seguinte título: “Após término da UPP do Batan, facções rivais disputam o controle do tráfico na região; confrontos são constantes”.

Um tiroteio intenso acordou os moradores da comunidade do Batan, em Realengo, na Zona Oeste do Rio, na madrugada desta sexta-feira (8). Desde o fim da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no mês passado, uma facção rival tenta controlar o tráfico de drogas na região.

Os disparos começaram por volta de 23h30. Uma família teve até que sair de casa, por medo. “Esta noite foi pior porque vários elementos passaram armados, inclusive aqui em frente à minha casa. Eu e minha família saímos até de casa, fiquei com medo”, contou um morador.

Ele ainda disse que a violência aumentou na comunidade desde o fim da UPP. A unidade, instalada em 2009, foi transformada em Companhia Destacada do

Batalhão de Bangu no dia 14 do mês passado²⁵ (Reportagem G1 Rio de Janeiro 08/06/2018).

A presente reportagem tematiza o início da guerra que assustou os moradores da presente favela. Esse episódio mostra a passagem do tráfico “tranquilo” para a “guerra” onde a firma precisou reestabelecer as conexões políticas no território. Um interlocutor relatou as motivações políticas da invasão à região.

[Jonathan] Como é que está o Batan hoje em dia?

[Morador e liderança] Tá complicado...

[Jonathan] Como assim?

[Morador e liderança] O tráfico tá começando a colocar a cara de novo. Semana passada o Batanzinho [TCP] se juntou com as favelas do Amarelinho, Camará, Fumacê e as dissidências do Batan e tomaram o Batan. Depois o pessoal da Vintém se juntou com o morro do 18 e retomaram o morro para o ADA. Agora o chefe daqui é [nome do bandido] da Vila Vintém.

Seguindo as pistas deixadas pelo morador buscarei reconstruir essa narrativa da guerra do Batan e sua relação com a crise de uma das mais importantes facções do Rio de Janeiro, o Amigos dos Amigos (ADA). Em função das dificuldades de fazer pesquisa com pessoas envolvidas no mundo do crime, optei por reconstruir essa narrativa de crise a partir de dados secundários: crônicas da criminalidade pelo Blog Crime News²⁶ e matérias policiais investigativas pelas mídias tradicionais. Dessa forma, busco lançar alguma luz acerca dos últimos acontecimentos do mundo do crime carioca a partir de sua micropolítica, servindo de pano de fundo e contexto para as relações de poder nas favelas.

A facção Amigo-dos-Amigos (ADA) passou por uma grande crise em 2017 com desavenças internas, mudanças de facção e seu enfraquecimento. Dois eventos foram cruciais para essa crise: a expulsão da facção do chefe do complexo da Pedreira, conhecido como “Coroa” ou “Samuca”, e a guerra na Rocinha entre o dono “Nem” e o

²⁵ <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/apos-termino-da-upp-do-batan-moradores-reclamam-de-confrontos-entre-criminosos-para-controlar-o-trafico-na-regiao.ghtml>> Acesso em: 17/06/2020

²⁶ “Criado em 2010 para contar histórias sobre os maiores acontecimentos de facções no Rio de Janeiro. Em seguida, virou um acervo de histórias dos principais traficantes que atuaram no estado do Rio de Janeiro. Virou um blog de notícias diárias de todas as comunidades do Rio de Janeiro”, essa é a definição oficial da página em seu site. Tenho ciência que a utilização dessa fonte de dados e informações é muito pouco confiável, pois seu conteúdo não é verificável, assim como seu criador, identificado como MG. Apesar de todos esses problemas ainda sim optei por usar essas informações para construir minha narrativa do crime porque ela, em algum sentido, revela a micropolítica das relações faccionais no Rio de Janeiro, evidenciando elementos e detalhes fundamentais para a compreensão desse mundo obscuro. Minha estratégia foi analisar os comentários anônimos na postagem, pois ali estavam informações complementares que a blog não apurou, além da disputa de narrativa da versão correta dos fatos. Além disso compondi esses dados com reportagem das grandes mídias que apresentam credibilidade maior que o blog. A partir dessa construção busquei entrar na micropolítica do crime sem ficar refém de fontes não confiáveis.

“frente”²⁷, “Rogério 157”. Tais eventos reordenaram as relações políticas e de amizade entre as facções criminosas na cidade, além de apontarem para uma nova forma de atuação centrada na racionalização econômica.

Após a prisão do “Nem” da Rocinha em 2011, quem passou a administrar a favela foi seu braço direito e primeiro na hierarquia do tráfico local, “Rogério 157”. Sua gestão foi marcada por muitas reclamações dos moradores, que identificavam sua forma de gerência análoga a da milícia. Arias (2013) aponta que a própria gestão do “Nem”, com sua estratégia de “centralização política”, assemelhava-se à milícia. Porém, foi na gestão do “Rogério 157” que essa dinâmica se aprofundou, passando a focar não nas relações políticas, mas na econômica. Ele começou a cobrar altas taxas para o comércio, gás, vans, mototáxi etc. Essas taxas eram muito lucrativas para “sua quadrilha, mesmo que desagradasse os moradores e partes dos traficantes ligados ao “Nem”. A reportagem do G1 Rio de Janeiro²⁸ revelou a discrepância de preços entre a favela e o asfalto:

Na favela, só uma pessoa vende gás, com o preço definido pelos bandidos: quase R\$ 100, praticamente o dobro do que é cobrado no restante da cidade. Em mensagem de áudio, um morador conta que o preço é imposto com uso da força.

"Só ele [pode vender]. Se alguém vier vender gás aqui dentro, essa pessoa com certeza vai perder a mercadoria, ou vai tomar porrada, ou então morre. Não tem outra opção, a gente paga o preço que ele quer", conta, explicando que os traficantes punem tanto outros vendedores quanto os moradores que tentarem comprar o produto fora da comunidade:

"Pra você comprar um botijão de gás fora, você tem que fazer de uma forma, de botar dentro de uma caixa de papelão grande, que ninguém saiba que você está transportando pra cá. Já teve pessoas que perderam o botijão e tomaram porrada, e ainda tiveram que pagar R\$ 300 pelo gás".

A cobrança de taxas atinge também o comércio de água mineral na comunidade. "Esse galão de vinte litros aqui é R\$ 20, enquanto lá fora, em alguns lugares custa R\$ 8, R\$ 10. Tudo é o preço que ele quer", diz o morador (G1 Rio de Janeiro 21/09/2017).

“Rogério 157” era um traficante reconhecido e conceituado pelos seus feitos, tendo grande participação no pacto de não agressão entre o ADA e o Terceiro Comando Puro (TCP) e os acordos comerciais com o Primeiro Comando da Capital (PCC) – que havia rompido a união com o Comando Vermelho (CV) e passado a fornecer armas e drogas para as facções ADA e TCP. Internamente, “Rogério 157” não era unanimidade,

²⁷ O termo “frente” é uma categoria nativa que significa o mais alto cargo da hierarquia de uma facção no Rio de Janeiro. O “frente” é aquele que administra, controla o território e toma as decisões pontuais na ausência do dono – proprietário legítimo da favela.

²⁸ <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/moradores-da-rocinha-relatam-extorsao-praticada-por-trafficantes-que-controlam-a-comunidade.ghtml>> Acesso: 12/05/2020

havia alguns bandidos que não concordavam com suas práticas atuais, sua forma de administrar a Rocinha desagradava o dono, “Nem”, que então, começou a pensar em substituí-lo.

O traficante conhecido como “Perninha”, segundo na hierarquia do tráfico, começou a convencer outros soldados e lideranças que “Rogério 157” entregasse o cargo, pois desagrava o chefe. Não demorou muito para que chegasse uma carta do presídio autorizando que “Perninha” ocupasse o lugar de “frente” na administração da favela. Contudo, essa carta chegou primeiro às mãos de “Rogério 157” que não aceitou a ordem e começou a executar os bandidos ligados ao “Nem” e qualquer um que pensasse que estivesse contrário à sua gerência.

Ele mandou executar os três bandidos do mais alto grau na hierarquia da Rocinha e ligados ao “Nem”. Essas mortes foram a gota d’água para a facção ADA. As favelas que enviaram bandidos para a Rocinha (Vila Vintém, São Carlos e Pedreira) retiraram seus contingentes até que as coisas fossem resolvidas internamente. O último ato que decretou oficialmente a guerra foi a morte de homens ligados à esposa de “Nem” e sua expulsão da favela.

Após tal fato, homens fortemente armados vindo de outras favelas falaram que “Rogério 157” teria alguns dias para entregar o cargo ou enfrentaria o “bonde do Nem”. Ele não acatou a ordem das lideranças e a guerra começou com tiroteios diários na favela²⁹. Foram 6 dias de intensos confrontos, gerando o fechamento de vias que ligam a Zona Sul à Barra da Tijuca e estampando as capas dos principais jornais da cidade em plena crise das UPPs. Nesse conflito, o rebelado da Rocinha, inicialmente, buscou apoio junto ao TCP, que prontamente se negou, pois não queriam desfazer a amizade ADA-TCP, conhecida como TCA. Então, o CV ofereceu recursos e apoio, aceitos prontamente por Rogério 157, que estava isolado e sem facção. Esse foi, e ainda é, o cenário em uma das maiores favelas da América Latina.

Vale ressaltar que, após a desassociação entre CV e PCC, a facção paulista passou a fornecer apoio para as duas outras facções do Rio, com o objetivo de rivalizar com o Comando Vermelho. Por intermédio do PCC as facções ADA e TCP perceberam que era melhor uma trégua nos confrontos e um pacto de não agressão em que uma favela não

²⁹ <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1921789-entenda-a-guerra-na-rocinha-e-as-rotas-de-fuga-usadas-por-criminosos.shtml>> Acesso, 12/05/2020

invadiria a outra e não haveria roubos nas áreas de interesse das duas; em alguns casos as favelas rivais poderiam ir no baile funk da outra, algo terminantemente proibido no passado. O objetivo inicial era criar uma nova facção o Terceiro Comando dos Amigos (TCA), porém, essa aliança não pode ser institucionalizada por causa de alguns dos líderes do ADA que não viam com bons olhos essa união. Como o caso do “Celsinho da Vila Vintém” que não queria o nome envolvido na criação de uma nova facção, pois isso aumentaria sua pena que estava no final. A presente trégua geraria uma lucratividade muito maior e não traria o ônus da guerra. Em algumas favelas específicas essa união formou o TCA, em outras a união foi apenas estratégica e comercial. Essa associação nasceu com os dias contados porque a facção ADA se encontrava em uma profunda crise de comando e autoridade.

Não é de hoje que ocorrem divergências e cisões no interior das facções criminosas no Rio de Janeiro. Todas as facções em momentos distintos passaram por desavenças em suas lideranças e territorialidades. A atual crise do ADA se deu devido à expulsão de um importante bandido da facção, por outra grande liderança na cadeia, em um contexto de expansão e reordenamento de linhas de força na facção.

O desentendimento começou quando bandidos ligados ao traficante “Coroa” – um dos líderes do ADA que controla, de dentro do presídio, o complexo da Pedreira em Costa Barros, Zona Norte do Rio –, foram até a comunidade vizinha, conhecida como Quitanda avisando que agora a presente favela seria administrada integralmente pelo “Coroa”. Mesmo o “frente” da Quitanda, “Puma”, sendo um dos braços direitos de “Coroa”, isso não o impediu de ter sua hierarquia despossada. A alegação defendida foram os excessos de roubos na região de Costa Barros e Pavuna e o não consentimento com as favelas aliadas nesses bairros. Esse fato estaria trazendo muitas operações policiais ao complexo e dificultando a liberdade do “Coroa”.

Inconformados, os bandidos ligados ao “bonde do Puma” saíram da Quitanda e esperaram a decisão nos presídios. Dias depois, houve uma reunião entre as lideranças das facções e os ânimos se exaltaram. “Celsinho da Vila Vintém”, principal liderança da facção no Estado, acusou “Coroa” de ter agido de forma exagerada e errada; “Puma” tinha grande amizade com Celsinho. O líder havia questionado a gestão do “Coroa” e as favelas que administrava, pois em sua gestão o ADA havia perdido muitas favelas importantes para facções rivais; em contrapartida, “Coroa” lembrou o episódio da invasão do

presídio em 2002 insinuando que Celsinho era um traidor e o clima entre as lideranças ficou ainda mais pesado.

A cúpula do ADA resolveu, após a reunião, devolver a Quitanda para o “Puma” ou então eles iriam expulsar todos os bandidos ligados ao “Coroa” do complexo da Pedreira. Além disso, eles também decidiram por expulsá-lo da Facção. “Coroa” se viu sem uma facção para protegê-lo e então prontamente negociou sua entrada no TCP, que nesse contexto estava em “paz” com o ADA. Essa mudança fez com que outros bandidos abandonassem o ADA e entrassem para o TCP devido ao grande carisma e influência de “Coroa”. É importante destacar que Celsinho vetou a criação da facção TCA, enquanto “Coroa” era a favor. Isso contribuiu para que o chefe da Vila Vintém ficasse isolado na facção, desse modo, após a expulsão do “Coroa” outras lideranças (favoráveis ao TCA) decidiram abandonar a antiga facção e “fechar” com o TCP.

Com o enfraquecimento da facção, muitos membros dissidentes do ADA migraram para o TCP almejando uma estabilidade maior, pois a facção tinha crescido em tamanho, força e arrecadação. Muito se especulou que o ADA chegaria ao fim, pois seus líderes (em bem menor número) não queriam ficar isolados e vulneráveis. Celsinho, a principal liderança do ADA nos dias de glória, não se abateu com a decisão da maioria da antiga facção e ordenou que suas favelas continuassem ADA. Ele foi seguido por chefes do morro do 18 e São Carlos.

As outras favelas do estado se filiaram ao TCP, incluindo “Nem” da Rocinha aliado histórico de Celsinho. Apesar do desconforto da mudança de facções – “pula pula” em categoria nativa –, ADA e TCP continuam com boas relações permanecendo o pacto de não agressão e de respeito mútuo, mesmo sabendo que seria por pouco tempo. No final de 2017 a suposta paz – que não vinha “bem das pernas” – começou a ruir com os conflitos entre as Favelas do Batan e Batanzinho.

Após as dissidências do ADA integrarem o TCP muitas favelas mudaram de facção, incluindo o Batan e suas favelas satélites. O bandido conhecido como “Jamaica” – que tem forte ligação com a favela do Amarelinho (TCP) – decretou que o Batan deixaria o ADA. Entretanto, o “Celsinho” da Vila Vintém – dono da maioria das favelas em Realengo e Padre Miguel – não aceitou essa mudança. Ele decretou que o Batan seria ADA e que “Jamaica”, se quisesse, ficaria apenas com o Batanzinho (anexo do Batan do outro lado da Av. Brasil). Segundo informações do Blog Crime News, após fechar esse

acordo, os bandidos do Batanzinho foram até o Batan e picharam os muros com dizeres “TCP – Tropa do Jamaica” insinuando que não sairiam do Batan. Essa atitude gerou um enorme mal-estar e conseqüentemente trocas de tiros. No final de 2017 o gerente do Batanzinho apareceu morto na favela do Batan o que simbolizou o início de fato da guerra.

Figura 1 – Imagem de uma pichação após o golpe do TCP.



Fonte: Jessica Galdino

Depois desse episódio, ainda em 2017, houve uma tentativa de invasão do Batanzinho (TCP) ao Batan (ADA) que não foi bem-sucedida e a favela permaneceu com a mesma facção. Em junho de 2018 um novo capítulo dessa guerra foi escrito com o “golpe de estado³⁰” dado pelo então frente do Batan, conhecido como “Brasil”, que decretou que o Batan agora seria TCP e os traficantes que não acatassem essa ordem seriam expulsos da comunidade. Os dissidentes foram para a Vila Vintém e prometeram voltar e retomar a favela. No mesmo dia, de madrugada, a Vintém voltou ao Batan, expulsou o “Brasil” – que se escondeu no Batanzinho – e garantiu o controle da favela ao ADA. Em 2019 foi a vez do ADA invadir o Batanzinho. Essa guerra está longe de terminar, novas batalhas serão efetuadas e a sensação de medo toma conta dos moradores do Jardim Batan.

Algumas semanas depois dessas guerras (em julho de 2018) fui ao campo e encontrei uma paisagem diferente da anterior. Anteriormente as pichações com a sigla ADA só eram vistas em partes do interior da favela. Após o confronto entre Batan e Batanzinho pichações com a sigla ADA se proliferaram pela maioria das ruas da comunidade, inclusive nas áreas centrais. Uma pichação específica (na área central) me chamou a atenção, pois dizia ADA e em baixo, “Trevão”. Essa expressão faz referência ao traficante preso há anos, um dos fundadores do ADA e dono de muitas favelas na Zona Oeste (a mais conhecida é a Vila Vintém), Celsinho³¹. Próximo a essa pichação, do outro lado da rua, outro grafite em forma de homenagem a um homem, que não deu para ler o nome, mas uma frase nesse grafite, com vários elementos textuais inclusive trechos da bíblia sagrada, me chamou a atenção: “Deus é o dono do lugar”. Além de ser uma expressão religiosa, ela está presente em várias músicas de funk “proibidão³²” do ADA. A meu ver, isso representa uma reafirmação simbólica do tráfico frente à favela. Uma forma de manifestar aos moradores que estavam de volta, sob o comando da Vila Vintém.

Figura 2 – Pichação do ADA em um beco da região central.

³⁰ “Golpe de Estado” é o termo usado quando uma ala de uma facção se une a uma outra facção inimiga com o objetivo de despossar a hierarquia vigente.

³¹ A mítica da Vila Vintém, local que fiz campo para a monografia, afirma que o Celsinho fez pacto com o “diabo” para obter o poder que detém. Algumas pessoas passaram a simbolizá-lo com a figura de um tridente – fazendo alusão a esse pacto. Por isso seu vulgo é “Trevão”.

³² <<https://www.youtube.com/watch?v=TCH6jzzqVSw&t=148s>> Acesso em: 30/06/2020.



Fonte: Jessica Galdino

Muitos moradores com quem conversei davam conta que após esse episódio as pessoas que passaram a controlar o tráfico do Batan eram desconhecidas por elas, não eram crias da comunidade, tirando algumas exceções. Os maiores cargos criminais eram ocupados por pessoas de outras favelas, principalmente a Vila Vintém – cenário comum na criminalidade do Batan como argumentei no capítulo 1. Dessa forma o ADA se

blindava de possíveis invasões e estruturava possíveis guerras, montando um cerco de várias favelas próximas da mesma facção.

A reconstrução da crise da facção ADA mostra uma modificação na atuação econômica das facções criminais no Rio de Janeiro. A belíssima reportagem do *The Intercept_Brasil*: “O fim de uma facção³³”, produzida por Cecília Olliveira e Yuri Eiras, aponta que:

2017 prometia ser um grande ano, mas não no bom sentido. *As vendas de drogas*, que andavam bem nos anos FHC e Lula, *também estavam sofrendo com a crise econômica brasileira*. Além disso, o fim do ciclo dos grandes eventos (Copa e Olimpíadas) ajudou a quebrar uma espécie de *pax mafiosa* que reinou nos anos de fartura: os traficantes venderam como nunca, se organizaram devido às UPPs em algumas áreas, foram esquecidos pela polícia em outras e reduziram o número de tiroteios (*The Intercept_Brasil* 13/12/2018, grifos meus).

Nessa mesma linha, Hirata e Grillo (2019) sinalizam para uma “possível perda da lucratividade da venda de drogas” (ibid, p. 27). Os autores apontam para o fato do tráfico de drogas está mais permissivo com os crimes contra o patrimônio (roubos) – práticas que anteriormente era reprimida; e a práticas análoga aos grupos milicianos, como a cobrança de taxas sobre serviços básicos. A hipótese é que: a crise e a consequente perda de poder de consumo da população afetaram tanto os comércios legais como os ilegais, não se restringindo às dinâmicas do roubo e receptação, mas também ao tráfico de drogas (Ibid, 27).

Corroboro essa hipótese dos autores, entendendo que a crise econômica do Brasil também afetou as organizações criminosas do Rio de Janeiro. Há indícios que a venda de drogas se tornou menos lucrativa que anteriormente e o tráfico precisou se adaptar a essa nova conjuntura, modificando sua estrutura produtiva. Novas atividades financeiras foram praticadas para complementar a renda das firmas e facções no Estado do Rio. Algumas dessas atividades descaracterizaram as organizações criminosas e causaram muitas críticas por parte dos moradores de favela. Defendo que a crise do ADA esteve no centro dessa questão, como mostrei a partir da reconstrução da micropolítica do crime. Aponto para três tendências do tráfico de drogas relacionadas diretamente com a crise financeira da economia das drogas ilícitas: a) a cobrança de taxas ao comércio e o monopólio de produtos como água e gás de cozinha; b) o excesso de roubos em áreas

³³ <<https://projects.theintercept.com/brasil/o-fim-de-uma-facciao/>> Acesso: 12/05/2020

próximas à favela (incentivado por algumas firmas); c) a mudança constante de facção, o “pula-pula”.

Como aponta Duarte (2019) o discurso de legitimidade da milícia como ordem protetora se baseava na distinção com o tráfico. Nos últimos anos essa estrutura ruiu deixando a fronteira entre essas duas organizações cada vez menor. A cobrança de taxas e o monopólio de certas mercadorias na favela da Rocinha é um indicativo de um processo de *milicialização do tráfico de drogas*. Assim como as milícias se lançaram ao tráfico de drogas para expandir sua lucratividade, o tráfico se lançou no universo das taxas e do monopólio de certos produtos como água e gás para escapar da crise. A Rocinha não é um caso isolado, outras favelas controladas pelo tráfico também praticam essas taxas e/ou o monopólio de mercadorias coercitivamente estabelecido. Isso mostra uma mudança na organização do tráfico para solucionar a crise financeira e aumentar a lucratividade, mas que pode cada vez mais afetar a relação com os moradores que, em sua maioria, desaprovam essas práticas.

A origem do conflito entre “Coroa” e “Celsinho” tem a ver com os excessos de roubos na mesma área. Grillo (2013) explica que o roubo, também conhecido no mundo do crime como “157”, é um dos principais vilões da violência urbana; apesar de sua importância para o universo criminal, essa prática contribui, e muito, para a sensação de insegurança nas cidades e para a repressão policial. Por esta razão o próprio crime coloca uma série de restrições aos roubos em suas áreas, mas a fronteira entre longe e perto da área da favela é sempre muito tênue. O roubo em excesso pode trazer a repressão policial para as favelas da região e atrapalhar a comercialização das drogas ilícitas. A origem do desentendimento se deu exatamente por isso: de um lado, ladrões causando excesso de roubos legitimado pelo patrão – para burlar a crise econômica da boca – em áreas próximas de uma favela amiga; do outro, a favela “sufocada” com operações policiais por causa dos roubos que ela propriamente dito não cometera, atrapalhando, assim, a já difícil venda de entorpecentes. Nesse novo contexto de escassez da boca de fumo, os assaltos se tornaram uma opção viável de complemento de renda. Todavia, essa nova modificação causou também uma reação em cadeia de desentendimentos entre “patrões” aprofundando a crise no ADA.

A mudança constante de facção na criminalidade carioca, o “pula-pula”, tem redefinido a estrutura de poder de certas facções. Acredito que essas práticas estejam ancoradas em uma *nova racionalidade econômica*. Essa categoria não deve ser entendida

como um processo de esclarecimento econômico dos bandidos cariocas, que passaram a maximizar e individualizar seus lucros. Muito menos pode ser entendido como um simples utilitarismo econômico formando um *bandido economicus*, ou algo do tipo. O diagnóstico que gostaria de levantar, baseado nos elementos da minha pesquisa, é que há uma tendência na criminalidade do Rio de Janeiro de centralizar esforços individuais ou de grupos no lucro imediato, na diversificação de fontes de rendas (mesmo que essas fontes desagradem os moradores de favela) e a mudança indiscriminada de facções visando um plano de carreira mais estável (e rentável). Isso que denominei, provisoriamente, como nova racionalidade econômica, está estreitamente relacionada as novas práticas resultantes da diminuição da lucratividade da economia das drogas ilícitas. Dessa forma, temos a tendência de um tráfico mais individualizado e menos coeso.

Como questionou Barbosa (2005) sobre o tráfico: “Estamos, de fato, entrando em uma terceira fase – o “tempo dos ‘bondes’” (p. 384)? Com isso, o autor se perguntava se a criminalidade de meados dos anos 1990 até final da década de 2000, seria definida pelo dinheiro, dissolvendo a “solidariedade entre as lideranças” das irmandades dos comandos? De forma profética, as inquietações de Barbosa parecem se confirmar nos últimos anos. A dissidência entre “Rogerio 157” e “Nem”, assim como os líderes do ADA que seguiram o “Coroa” e romperam com a facção demonstram a “segmentação” do tráfico. Aliado a isso, o caráter rizomático dessa organização ajuda aos bondes dissidentes instituírem novas hierarquias em outras facções, que não são as suas de origem. “Rogério 157” quando saiu do ADA e entrou para o CV não começou de baixo, pelo contrário, ele ingressou na facção como um dos líderes, o “patrão” da Rocinha. As constantes mudanças de facções são feitas pela motivação de lucratividade ou algum tipo de benefício individual, ou ao bonde (um pequeno grupo ligado por afinidade cotidiana).

A quase extinção do ADA é um reflexo do aprofundamento da segmentação das firmas e facções criminais, por meio de uma racionalidade econômica que centra esforços no lucro em detrimento da irmandade ou da legitimidade com os moradores de favela. Poderíamos dizer que, inspirado pela argumentação de Barbosa (2005), estaríamos na quarta fase da criminalidade carioca, uma fase em que o pilar é a maximização do lucro a qualquer custo para burlar a crise econômica que afetou o mundo do crime carioca.

Outro morador contou uma versão diferente desse conflito. A desavença entre o Batan e o Batanzinho se deu em função de uma rivalidade interna entre traficantes que, anteriormente, eram amigos. Mas o estopim desse conflito foi, segundo o interlocutor, porque um traficante passou a se relacionar com a mulher de outro traficante.

[Jonathan] O senhor ficou sabendo do problema que teve aqui com o Batanzinho, quais foram os rumores que circularam? Ano passado teve um problema com troca de facção, depois voltou...

[Morador] É, houve uma situação aí... Rapaz isso aí envolve lance de mulher. Tinha um cidadão preso que era do Batanzinho e ele pegou a semiaberta e se envolveu com a mulher do chefe daqui de dentro do tráfico. Se envolveu com a mulher do cara aqui e ele não saía daqui de dentro. Ele ia e ficava lá e cá, lá e cá, lá e cá. E meu irmão... A gente sabe que bandido o coração é na sola do pé; se diz teu amigo, mas nunca é teu amigo. Se você cometer um deslize ele te mata por qualquer motivo que seja. Então, eu penso assim. Entre bandido não há amigos. Eles falam que é amigo, mas não existe amigo. Então assim, o... Só que tem um detalhe. Isso aí já havia uma rivalidade entre eles lá. Já havia uma rivalidade. Mas esse menino frequentava aqui dentro. Antes dele ser preso, ela já era mulher dele. Era mulher dele. Ele foi preso e o que ela fez? Ela pulou pro cara daqui. Então assim, ele começou a frequentar aqui e tal, os cara arrumaram uma oportunidade, foi e matou ele. Aí, isso aí fez só aumentar o ódio entre eles. Então, eles não se dão. Aí, houve um tempinho aí que era uma guerra danada. Toda semana era tiro, filhão. Aí, o 14º chegou, aos poucos foi adentrando pra dentro do Batanzinho, prendeu lá, matou umas meia dúzia e sossegou o facho. Então, hoje tá nessa calmaria aí. E agora a guerra é [voz baixa] entre Fumacê e Batan.

[Jonathan] Voltou ao que era antes?

[Morador] Voltou, voltou. A guerra voltou de novo (Trecho de entrevista com morador).

Essa versão da guerra é interessante, pois desloca a versão anterior citada em que a guerra no Batan teria sido um desdobramento de uma conjuntura inaugurada nas cadeias pelos chefes das facções. Essa forma interna de ver o conflito deve ser encarada como tão verdadeira quanto a explicação conjuntural dada pelo outro morador. Uma trama etnográfica leva em consideração essas múltiplas formas de uma determinada situação e opera heurísticamente com ela. Nesse sentido, o fato de um traficante ter se relacionado com a mulher de seu chefe foi uma das causas da guerra no Batan. E como se sabe no tráfico de drogas se relacionar com a mulher do outro – em especial quando esse outro é hierarquicamente mais elevado – é uma “mancada” grave que quase sempre leva a crises internas e conflitos grandes como mostra Grillo (2013) em seu trabalho.

A ideia de “tranquilidade” do tráfico, acionada pelos moradores do Batan, foi produzida conjunturalmente. Rocha (2013) ao estudar o caso do morro do Pereirão, identificou que a “tranquilidade” que os moradores de lá acionavam, só era possível por

uma série de “diferentes eventos encadeados”: o assassinato do principal traficante local que enfraqueceu o poder do tráfico e a vizinhança com o Bope, que dificultava um novo fortalecimento. A exemplo do Pereirão, o Batan teve seu tráfico “tranquilo” por causa de: a) a tentativa frustrada de tomar a favela pela força; b) a escolha de negociar a oferta de “mercadorias políticas” com a UPP; c) a não necessidade de controle territorial, pois quem controlava a favela visivelmente era a UPP; d) a diminuição dos postos de trabalhos na firma local e e) a não rivalidade com outras favelas inimigas. Esses elementos foram as condições de possibilidade para a “tranquilidade” do tráfico do Batan.

Tanto os conflitos externos (reorganização das linhas de forças das facções a partir de uma racionalidade econômica), quanto os internos (um bandido ter relações com a mulher do outro) contribuíram para o fim da “tranquilidade” do tráfico dando lugar a guerra e a sensação de que “as coisas voltaram a ser como antes”. Com a saída da UPP em 2018 o tráfico perdeu um dos pilares de sua estruturação no Batan. Sem o controle territorial da UPP, que mesmo sendo de fachada, inibia a presença de facções rivais, o tráfico se viu obrigado a ter que reestruturar a cadeia produtiva, tendo que aumentar o monitoramento e o contingente armado na favela. A saída da UPP contribuiu para que as facções rivais tivessem coragem de invadir o Batan na hora conveniente. Afinal de contas, não foi apenas a UPP Batan que foi fechada, o destacamento da Água Branca, parte da UPP que cuidava da favela do Fumacê, grande rival do Batan, também foi encerrado. Todo esse contexto contribuiu para essa violenta guerra, com várias fases, e testemunhada pelos moradores dessa comunidade.

2.5 “Ai irmão, perdeu”: insegurança e aumento dos crimes patrimoniais

A insegurança vivenciada pelos moradores foi um tema bastante acionado durante o trabalho de campo. Como descrito na seção que aborda a crise financeira do Estado, o aumento dos assaltos na comunidade foram fundamentais para a perda de legitimidade da UPP do Batan, contribuindo para o aprofundamento de sua crise. Desde 2015 os moradores reclamam desses pequenos furtos, porém com o fim da UPP aumentaram esses incidentes. O mais interessante é que o período em que o tráfico voltou a ganhar força na comunidade foi o mesmo em que se acentuaram os roubos e furtos. Essa curiosa relação será abordada mais à frente. Por ora é interessante notar como os moradores foram forçados a mudar certos hábitos em face dos perigos do atual contexto cotidiano do Batan.

[Morador] E sem contar que agora tem aquela nova modalidade, né... dos assaltos nas portas de casa. Você tá sentado ali com teu celular, com teu tablet, computador, os cara passam de moto ou de carro, vê que você tá na porta com o celular, volta “Aí irmão, perdeu!” Do nada.

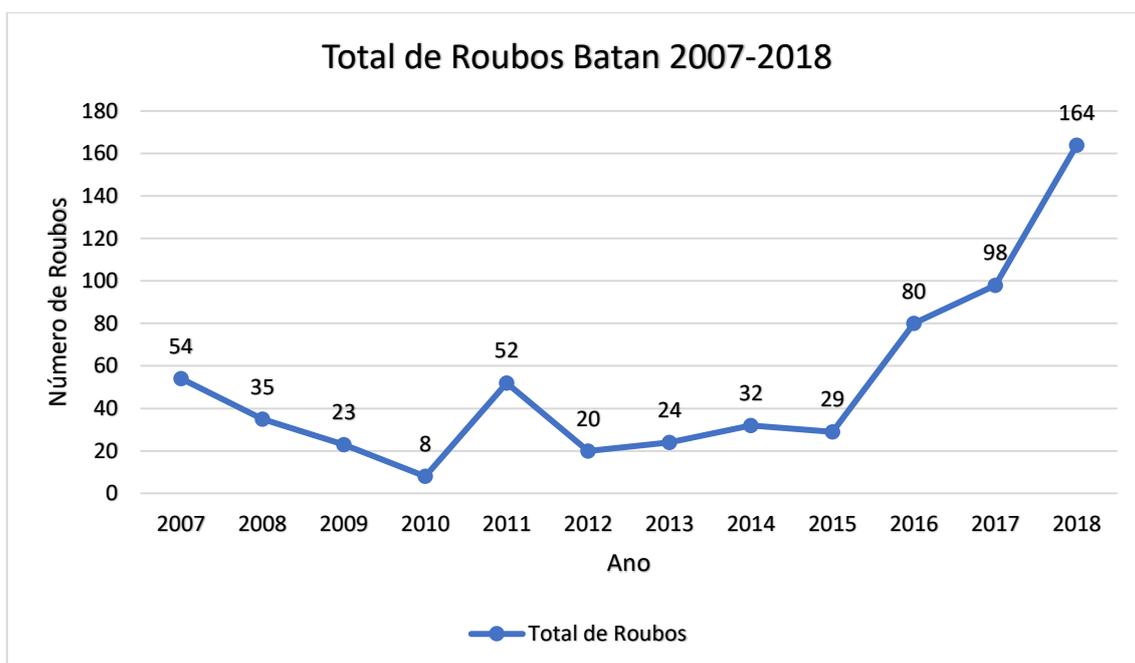
[Pesquisadora do CIDADES] Mas tá tendo assalto aqui?

[Morador] Demais! Principalmente de carro. Nos casos que eu fiquei sabendo, o pessoal fala que é da Vila Kennedy. Os 2 que perderam o carro aqui dentro, aqui pra cima, eles pagaram o resgate pra recuperar o carro e o carro tava na Vila Kennedy (Trecho da entrevista com morador por volta dos 50 anos).

A prática de roubos, como descrita pelo morador, tem amedrontado as pessoas que vivem e circulam pela favela. É importante salientar que a insegurança no Batan está diretamente relacionada com o fim da UPP. Por mais que a pacificação, quando ainda funcionava, estivesse descredibilizada e operando com dificuldades, ainda sim a presença da polícia na comunidade inibia, em certo sentido, a atividade criminal dos grupos rivais. Com seu fechamento se intensificaram os roubos.

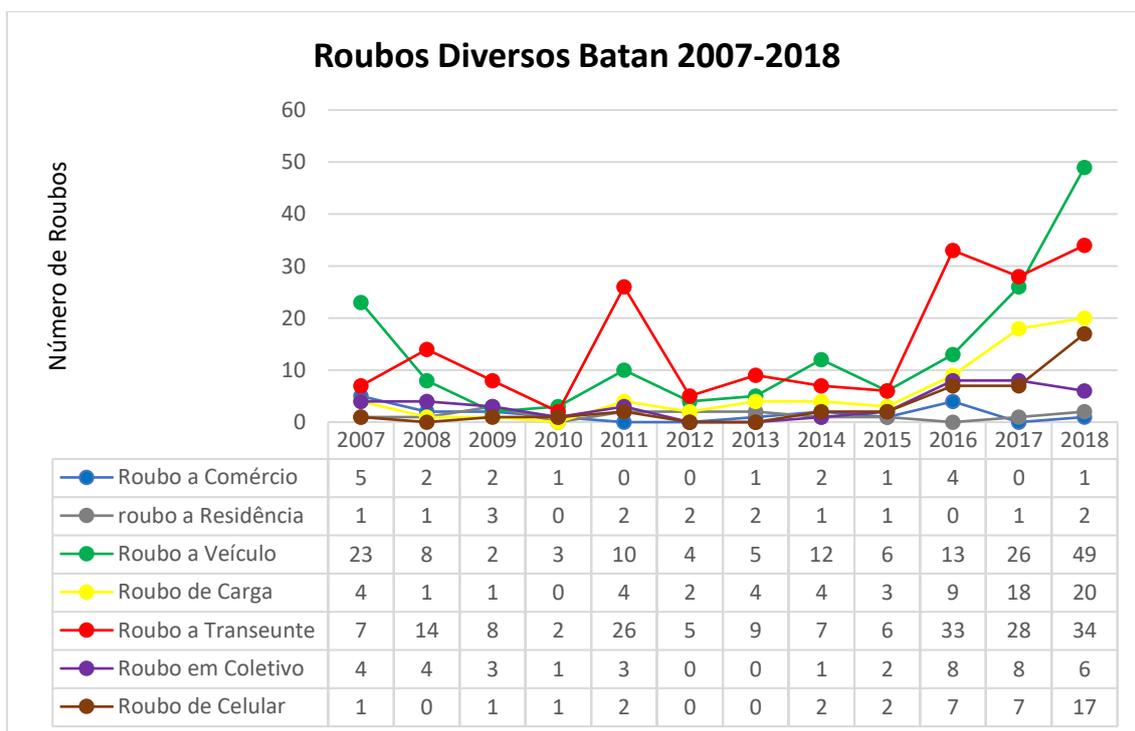
A preocupação do morador com os crimes patrimoniais no Batan se justifica estatisticamente. Os dados oficiais do Instituto de Segurança Pública têm corroborado os relatos locais de insegurança e medo, como demonstram os gráficos 1 e 2. Desde 2015 houve um aumento significativo nos roubos na favela, fruto da crise da UPP. Os números de 2018 (ano do fim das atividades da UPP), mostra que os roubos aumentaram 67% se comparados a 2017. Os roubos que tiveram aumentos mais perceptíveis foram o roubo de celular, roubo de carga, roubo a transeunte e roubo de carro. Esses dados evidenciam o momento de insegurança que vem passando os moradores do Batan.

Gráfico 1 – Total de Roubos Batan 2007-2018



Fonte: Dados obtidos no site do ISP.

Gráfico 2 – Roubo diversos Batan 2007-2018



Fonte: Dados obtidos no site do ISP.

Se prestarmos atenção na fala do morador o roubo a transeunte e o roubo a veículos foram os que mais aumentaram de 2015 em diante. Ele explica que os responsáveis pelos roubos de carros são os traficantes da Vila Kennedy, favela dominada

por uma facção rival a do Batan e que tem suas entradas pela avenida Brasil, facilitando a abordagem. O período em que se acentuou os roubos na comunidade foi na crise da UPP e seu *boom* (de 2017 a 2018), exatamente quando foi fechada a UPP do Batan. Logo, com o fim da pacificação os moradores puderam perceber uma eclosão de ocorrências de crimes patrimoniais.

Esse aumento dos crimes patrimoniais no Batan está diretamente relacionado a essa nova racionalidade econômica característica da quarta fase da criminalidade carioca, como argumentei anteriormente. O crime organizado, especificamente no Rio de Janeiro, tem cada vez mais se diversificado, buscando novas práticas financeiras para complementar a renda das drogas ilícitas que estão em crise. Como aponta Grillo (2013) os roubos são fundamentais para o mundo do crime, mesmo sendo arriscado. Ao contrário do caso que apresentei anteriormente onde o excesso de roubos prejudicou uma favela amiga na geopolítica do crime. Neste caso, bandidos de uma favela rival (segundo os moradores, bandidos da Vila Kennedy) passaram a assaltar, principalmente veículos, chamando a atenção das autoridades para o Batan, e não para a sua favela. As operações policiais, fruto das inseguranças provocadas por esses roubos, terá o Batan como foco e não a Vila Kennedy. Por mais que o tráfico de drogas coloque uma série de restrições aos roubos e furtos (GRILLO, 2013), esse em especial, não desagrada o “dono do morro”, pois não levam nenhum tipo de risco ou prejuízo para sua favela.

Ao fomentarem essa prática, os rivais do Batan cumprem uma dupla função: lucram com os roubos de carro e pedestre em um contexto de escassez econômica e prejudicam uma favela inimiga, com a possibilidade de operações policiais em função do aumento da insegurança. Nesse sentido, essa nova racionalidade do crime carioca, além de remodelar as relações de força do mundo do crime e criar novas oportunidades financeiras para as firmas e facções, também tem criado novas estratégias de prejuízo as “áreas de Alemão” (inimigo).

Algo intrigante é o fato de uma favela dominada por tráfico ter índices de crimes patrimoniais tão altos. A respeito desse fato o morador é contundente e explica de forma lúcida e inteligível essa aparente contradição.

[Jonathan] – Mas e o tráfico? Não tá fazendo nada?

[Morador] Eu tenho pra mim, mas só que é o seguinte... não são todos os pontos do tráfico aqui que eles usam arma não. Por exemplo, aqui no [nome da localidade] eles não usam arma, só usam radinho. Então assim, a gente tava até reclamando com eles do movimento “Po, os cara tão roubando aqui e vocês não

fazem porra nenhuma...” Ele “Po, tio... a gente não tem arma... a gente tá aqui só de olheiro.” Então assim, não são todos dos pontos. Onde você vai ver armamento mesmo é lá na [nome da localidade]. Ali é o foco deles. Lá no [nome da localidade], ali na [nome da localidade], tem aquela viela, a rua de cima, ficam ali pra dentro de fuzil e na [nome da localidade] parece que esses dias não tá vendo mais porque a polícia tá batendo ali direto. Aqui não tem local pra eles ficarem nesse pedacinho aqui. Eles ficam do [nome da localidade] pra lá (Trecho entrevista com morador por volta dos 50 anos).

O tráfico no Batan adotou a tática de permanecer em locais específicos, estrategicamente posicionado para facilitar a fuga em caso de invasão ou operações policiais. Os criminosos se estabelecem na parte próxima à área de mata, conhecido como Gericinó, trasladando para outras regiões da favela em motos e carros com certa discrição. Do fim da UPP em 2018 até meados de 2019 o tráfico optou por uma atividade mais discreta e menos bélica, orientados por uma racionalidade econômica. A estratégia de “entocar os armamentos” se justificou para evitar perdas econômicas, principalmente de apreensões em operações policiais. O armamento é um elemento fundamental para os bandidos, é o que faz ele ser quem é: “Pelo menos no contexto da criminalidade carioca, em que policiais e criminosos se armam até os dentes, um bandido nada pode sem uma arma. Nem bandido é” (GRILLO, 2013, p. 211). Quando o bandido falou ao morador que não poderia fazer nada em relação aos roubos que ocorriam no território, sua justificativa se deu por causa da falta de armamento. Elemento fundamental para inibir as ofensivas criminais de grupos rivais.

Essa tática tem deixado grande parte dos moradores descontentes. Afinal morar em uma área de tráfico é supostamente sinônimo de fim de roubos patrimoniais. Dessa forma, os traficantes vão tendo dificuldade de se legitimar internamente, abrindo brechas para outras facções. A falta de empatia entre moradores e traficantes pode gerar situações de conflito, sejam denúncias para a polícia, apoio ao golpe de Estado, apoio a outra facção ou grupos milicianos.

Essa conjuntura de insegurança aumentou a sensação de incerteza nos moradores, pois a volta do tráfico não simbolizou uma pacificação dos crimes patrimoniais, pelo contrário a forma de atuação do tráfico contribuiu para sua expansão. Nesse sentido, rumores da volta da milícia ganharam força nas conversas cotidianas entre os moradores. A possibilidade, não só do controle moral, mas principalmente do controle ao roubo e a gestão da “paz” com a volta da “tranquilidade” é o que embala o horizonte de expectativa em relação à milícia. Bom, mas sabemos que a prisão do 01 provocou a suposta ‘desarticulação’ do grupo Águia – a milícia do Batan. Foi justamente essa desarticulação

que abriu margem para a volta gradual do tráfico. Mas será que após essa sucessão de fatos a milícia se desarticulou?

2.6 A presença espectral da milícia.

O ano de 2018 inaugurou para os moradores do Batan um contexto de apreensão. Ainda no início do ano a UPP local foi fechada pela intervenção federal, o que acendeu ainda mais o alerta dos moradores. No meio do ano a aparente “tranquilidade” da atuação do tráfico deu lugar a guerra com as disputas entre facções rivais, cercadas de desconfianças, alianças e traições. Em 2019 a conjuntura aberta pelo fim da UPP se aprofundou e criou um cenário de profundas transformações para os moradores da favela. Se outrora milícia e UPP davam o tom do ordenamento territorial e da gestão da paz com um profundo controle moral, essa articulação foi afrouxando-se e realocando, não mais na milícia, mas no tráfico, criando uma gestão territorial aparentemente “tranquila”, onde cada peça desse jogo sabia sua função. Com o acirramento das disputas faccionais o tráfico voltou definitivamente forçando os moradores a se adaptarem a esse novo controle político que a tempos não era exercido neste lugar. Mas o Batan foi conhecido internacionalmente por ser uma favela de milícia. Por onde anda a milícia nessa trama?

Durante o trabalho de campo o assunto que as pessoas mais evitavam mencionar era a milícia. Quando iniciei essa jornada no Batan a UPP estava no meio de sua vida útil, desprestigiada e afetada pela crise econômica e funcionando nesses limites. Sempre soube que tal favela fora controlada pela milícia, mesmo que raramente isso fosse mencionado. Para ter acesso a essa informação tive que ter paciência e somente quando fixei o campo criando relações mais próximas com alguns interlocutores que, finalmente, tratei desse espinhoso tema. Uma das características que eu pude perceber da milícia no Batan é que ela se apresentava como um *espectro*. Algo que se ancora no passado para projetar um futuro, que não tem uma forma organizacional fácil de ser definida, mas que todos sentem sua presença de uma forma ou outra. Ou seja, uma presença fantasmagórica que busca reviver algo que passou e que, na prática, fica em um limbo entre estar ou não presente.

Depois da prisão do 01 – antigo líder do grupo Águia que atuava no Batan – e a CPI das milícias, os grupos paramilitares passaram a atuar “no sapatinho” (Cano e Duarte 2012) optando pela discrição e descaracterização. Entre a prisão de seus líderes e a entrada da UPP a lógica moral de atuação da milícia permaneceu na figura do tenente Wolney

(“xerife da paz”), figura que até hoje os moradores não sabem se era ou não miliciano. Nos primeiros anos da pacificação a milícia – à época enfraquecida localmente – voltou a se articular, dessa vez com os policiais da UPP, para manter a ordem moral pregada. Com a mudança do comando da UPP, a milícia foi perdendo força moral e política dando espaço para uma rearticulação do tráfico de drogas. Por mais que a experiência da milícia tenha sido relativamente curta no Batan e o tráfico tenha ficado mais tempo, é como se a milícia permanecesse como uma espécie de fantasma – alguém que viveu e que não aceita a morte e que faz de tudo para aterrorizar o cotidiano com a intenção de reviver o passado. A metáfora da milícia análoga a um fantasma pode parecer excessivamente dramática, mas vai fazer sentido ao longo dos relatos dos moradores do Batan com quem conversei.

A conversa na sede da associação de moradores percorria normal e em tom descontraído. Até que ao ser perguntado sobre as mudanças recentes no Batan o jovem morador e liderança comunitária relatou sobre seu medo de haver uma guerra no território e acaba soltando que existe um rumor de que os “paramilitares” estariam presentes na comunidade. Ao se dar conta do que acabara de falar sua expressão facial mudou completamente. A descontração deu lugar a tensão e arrependimento. Após a pausa em sua fala, ele começou a expressar seu “vacilo” com atos corporais teatralizados. Primeiro ele se benzeu, depois levantou as duas mãos ao céu em sinal de clemência e por fim bateu na boca repentinamente. Minha cara de surpresa ao ver aquela cena foi tamanha. Tratei rapidamente de encerrar esse assunto para evitar mais constrangimento, mas foi inevitável o climão (Caderno de campo).

O surpreendente desfecho de uma conversa que parecia amistosa e descontraída, me deu um *insight* sobre a possibilidade da milícia e tráfico estarem no mesmo território ou disputarem, em um futuro muito recente o controle da comunidade. A fala desse jovem morador e liderança revelou o quanto o tema milícia é constrangedor para a maioria dos moradores. Mesmo supostamente desarticulada ela sempre obrigou os moradores a uma posição de reserva sobre esse tema, o que justificou a teatralização acionada pelo interlocutor ao tratar desse assunto. Machado e Leite (2008) identificam o silêncio como um “dispositivo de defesa” – que não deve ser entendido nem como “passividade” ou “desinteresse” –, uma “resposta adequada diante do risco de morte e da inexistência (ou extrema precariedade) de soluções institucionais” (ibid, p. 70). Os rumores e possibilidade sobre a volta e/ou rearticulação da milícia percorreu o campo do início ao fim. Alguns moradores chegaram a falar sobre a possibilidade da formação de uma nova milícia no Batan.

[Jonathan] Pra onde foi a milícia?

[Morador e liderança] Após a prisão do chefe a milícia se desarticulou. Os antigos que não foram presos não quiseram mais controlar o lugar. Mas, existem novos policiais, bombeiros... que moram no Batan, não os mesmos que fizeram

parte da milícia no início porque esses saíram da favela... que estão esperando um momento oportuno para retomar a comunidade.

O morador ainda faz uma distinção importante sobre a forma de agir da milícia atualmente e do passado.

[Morador e liderança] A milícia hoje em dia não é a mesma da época. Hoje em dia qualquer um pode ser miliciano. Milícia passou a assaltar, a extorquir e a traficar. Naquela época não existia esse tipo de coisa (Trecho de conversa com morador e liderança).

Uma possível rearticulação da milícia, que renovou seus quadros, é apontada pelo interlocutor. Uma das características principais do antigo grupo Águia – que controlou a favela no passado – era ser composto, em sua maioria, por moradores da comunidade com treinamento militar e presença nas instituições do estado. A milícia no Batan tinha profundas raízes locais, por esse motivo sua principal técnica de poder era o controle moral de corpos desviantes. Essa possível rearticulação, como apontou o morador, não é a mesma de antes e conseqüentemente sem o mesmo prestígio ou legitimidade. Em função das alterações da atuação dos grupos paramilitares, priorizando o econômico em detrimento do controle moral, muitos moradores passaram a não mais apoiar a milícia como antigamente. Uma vez que a “milícia passou a assaltar, a extorquir e a traficar”, elementos associados ao tráfico, sua gerência atual não se distingue do tráfico como no passado (DUARTE, 2019). A milícia passou por um processo de *traficalização*, ou seja, se distingue pouco ou nada do tráfico do ponto de vista das práticas territoriais. Por mais que exista uma possibilidade de retorno da milícia, tudo indica que não será a mesma de antes e nem terá os mesmos meios de atuação política, econômica e das moralidades de antes.

Ainda intrigado com a possibilidade de milícia e tráfico estarem se movimentando para uma guerra, procurei buscar informações com interlocutores do mais alto grau de confiança. Eu queria entender, a partir da visão e da experiência dos moradores, como o tráfico havia voltado se aquela favela era de milícia. Um dos meus interlocutores chave me explicou como se dava essa relação que, aos meus olhos, era turva e complicada de entender.

[Jonathan] Mas aqui não era uma favela de milícia?

[Morador] Olha, eles falam que tem, inclusive a gente sabe que circula aqui um pessoal à paisana. Não se sabe se é milícia... Agora esses dias mesmo aconteceu aqui na esquina aqui na [nome do lugar]. Parou uma Blazer ali, um sujeito à paisana com pistola e fuzil e... parou simplesmente e ficou ali. Ninguém sabe se era milícia ou se era vagabundo. A verdade seria, o que eu sei, aí não sei se procede à informação, se é verdadeira ou falsa, é que eles têm um trato, uma ligação entre tráfico e milícia. Ou seja, o acesso dos serviços da gatonet, como é

que se diz... também da internet. Então existe um acordo entre eles. Eu não me meto com vocês e vocês não se metem com a gente.

(...) Não, eu não tenho certeza. Pelo o que eu sei, pelos comentários que eu sei, é que a milícia ela atua aqui. Mas ela atua só pra arrecadar. Ela não atua pra repreender. Como eu te falei, eu acho que existe um acordo comum entre o tráfico e a milícia. Você vende tuas drogas e o meu serviço aqui é TV a cabo e internet e os depósitos de gás.

(...) Então assim, a milícia já tá, como qualquer outras, como o Rio das Pedras, como qualquer outro lugar, eles tão se aliando [ao tráfico], cara. Só que, como eu te falei não existe amizade entre essas duas classes. O que existe é interesse. Você não entra no meu campo e eu não entro no teu. Mas assim, eu acho que pra intimidar às vezes, é o que te falei. Para uma Blazer, desce 2, cabeças fortemente armados “Vou fazer uma presença aqui”; “Tamo aqui, hein! A gente existe!”. Aí fica pra lá, pra cá, roda, vê um suspeito e pergunta “O que você tá fazendo aqui?”. Então dali, vai minando a informação, vai um passando pro outro”.

(...) Então assim, a milícia ela existe. Realmente ela existe. Mas, assim... Dentro daquele contexto que eu acabei de falar. São *água* e *óleo* que não se misturam, mas que tão ali unidos só pra ter isso aqui ó [levantou a mão e esfregou os dedos fazendo alusão ao dinheiro] (Trechos de entrevista com morador).

O esclarecedor relato do morador foi fundamental para compreender as relações entre tráfico e milícia – que anteriormente não conseguia enxergar. Milícia e tráfico no atual contexto do Batan são, como salientou o morador, “água e óleo”; estão no mesmo lugar, mas não se misturam. É como se fizessem parte de campos morais distintos que se unirão para lucrar em vez de lutar pelo domínio total do território.

É importante fazer um adendo nesse contexto. Muito se fala acerca das “narcomilícia³⁴” ou da união “5.3³⁵” ou ainda “trilícia³⁶”, como é chamada a milícia aliada ao tráfico. Nos últimos anos muito se comentou sobre a aliança entre milícia e o terceiro comando puro (TCP). Entretanto, esse acordo era para ter sido firmado com a facção ADA, mas por causa da crise interna foi alocada contextualmente no TCP. A reportagem da revista *Veja*³⁷ na versão online, assinada por Leslie Leitão, nos ajudam a compreender melhor esse contexto.

Desde o início da expansão das milícias pelo Rio de Janeiro, há duas décadas, uma das grandes preocupações das autoridades é a quase inevitável ligação desses grupos paramilitares com o tráfico. Na Zona Oeste, a Liga da Justiça, maior quadrilha de milicianos do país, era quem vinha fazendo essa costura de relações. Há mais de um ano a Polícia Civil havia detectado o estreito

³⁴ <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/milicianos-trafficantes-ja-se-uniram-em-180-locais-no-rio-rv1-1-24007767.html>> Acesso: 13/05/2020

³⁵ <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/04/5633807-praca-seca--policia-investiga-uniao--5-3.html#foto=1>> Acesso: 13/05/2020

³⁶ <<https://crimesnewsrj.blogspot.com/2020/03/trilicia-perde-mais-uma-batalha-pelo-18.html?fbclid=IwAR2M7rv4e4kjA8rIWzVzKVa5ieA-q73aV1T3iBg0Blb4kyh7a0p-QEXBR9c>> Acesso: 13/05/2020

³⁷ <<https://veja.abril.com.br/brasil/policia-mata-o-homem-que-uniu-milicia-e-traffic-no-rio/>> Acesso: 13/05/2020

relacionamento desse grupo com a facção Amigo dos Amigos (ADA). O elo entre essas duas pontas do crime vinha sendo feito por Carlos Alexandre da Silva Braga, o Carlinhos Três Pontes.

(...) O principal aliado de Três Pontes nessa empreitada conjunta entre milícia e tráfico era seu grande amigo Carlos José da Silva Fernandes, o Arafat, uma das principais lideranças do ADA, que comandava favelas em Japeri e na Pavuna.

(...) Com o apoio logístico de Carlinhos Três Pontes, a quadrilha do ADA se preparava para invadir, no fim daquela semana, a Favela da Carobinha, em Campo Grande, para expulsar um grupo de milicianos com quem Três Pontes vinha tendo problemas de relacionamento. “Ali eles montariam as bocas de fumo. E era o passo que a milícia estava dando já partindo para a venda de drogas”, explica o delegado Maurício Mendonça, lembrando que a Liga da Justiça já vem praticando roubos a caminhões de cargas na cidade (Revista Veja, 21/04/2017).

É importante salientar que diferente de outros líderes da Liga da Justiça, Três Pontes não era policial, nem ex-policial e não havia passado por instituições militarizadas. Sua raiz era no tráfico de drogas. Segundo Rivaldo Barbosa, diretor da Delegacia de Homicídio em entrevista para o jornal O Extra³⁸, esse passado no tráfico pode ter sido determinante para a aproximação entre milicianos da Liga da Justiça e o tráfico.

Outro elemento a destacar é a amizade entre Três Pontes e Arafat, sua relação se estendia a essa liderança e não a facção Amigo dos Amigos ADA. Após a mudança de facção de Arafat do ADA para o TCP, a milícia Liga da Justiça passou a interagir e negociar com a facção TCP. Como argumentei anteriormente a quarta fase da criminalidade é definida pela racionalidade econômica a qualquer custo e pela organização em “bondes” – que facilmente conseguem se articular a outros bondes por sua característica rizomática (BARBOSA, 2005). Nesse sentido, a relação entre Três Pontes e Arafat foi determinante para a formação desse *tráfico milicializado* e dessa *milícia traficalizada*.

No caso narrado pelo interlocutor, o acordo entre o “óleo” e a “água” é específico daquele território, com traficantes e milicianos daquele território. É importante salientar que essa estrutura no qual o interlocutor indicou é referente ao Batan até meados de 2018, antes do golpe do TCP e da retomada do ADA da Vila Vintém. Não se trata de um acordo entre milícia e ADA, que depois virou TCP e retornou ao ADA. Se trata de um acordo bilateral com os traficantes locais e a milícia residual – o pouco que sobrou após a prisão

³⁸ <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/miliciano-morto-em-acao-policial-tinha-acordo-com-trafico-aponta-investigacao-21240091.html>> Acesso: 13/05/2020

dos chefes – renovada, com a finalidade exclusiva de maximizar os lucros financeiros sem necessidade de produção de guerra – por enquanto.

A fala do interlocutor mostra como a milícia modificou a sua atuação para maximizar seus lucros financeiros. Esse acordo que existe entre esses dois segmentos distintos, fez com que cada um, a sua maneira, possam lucrar. A milícia no Batan abriu mão de sua principal característica antiga, a grande coerção moral aos moradores para lucrar com atividades de serviços ilegais como internet, TV a cabo e gás. Isso reforça a distinção entre a milícia de “hoje em dia” e a milícia de “antigamente”, expressa na fala do outro morador supracitado. Nessa mesma linha de raciocínio o presente interlocutor explica que essa milícia que “existe” não é aquela anterior que alguns moradores lembram com saudosismo³⁹, que fazia a gestão da ordem moral com pulso firme. Esta prefere abrir mão do controle moral dos corpos para ter o controle do dinheiro de uma parte dos ilegalismos urbanos em periferias.

A atuação espectral da milícia no Batan foi uma estratégia que priorizou o lucro econômico, mas não abandonou a presença pontual no território. A milícia dessa comunidade, a exemplo de outros lugares, passou a atuar, como descreveu Cano e Duarte (2012), “no sapatinho”: “modificam” o discurso de legitimação relativo à libertação do tráfico e a instauração de uma ordem protetora e “atenuam” a participação pública de agentes armados do estado em posições de comando. Contudo, no Batan ela abriu mão do “controle territorial” para centrar sua atividade na “motivação de lucro individual” atuando de forma espectral onde não controlava mais moralmente o território, mas fazia aparições públicas, como explicou o interlocutor, para mostrar “Tamo aqui, hein! A gente existe”!

Koselleck (2006) desenvolve duas categorias históricas importantes para compreender a temporalidade entre passado e futuro e que dialoga diretamente com o que ocorre no Batan. De um lado temos a “experiência” que “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (Ibid, p. 309). Por outro lado, a “expectativa” é aquilo que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o

³⁹ A fala de outro morador, jovem, elucida esse saudosismo:

“Eu acompanhei tráfico, milícia, UPP e sempre todo processo havia mudança. Infelizmente, a mais positiva, apesar de ser errada, o que mais beneficiou o bairro foi a milícia porque a UPP sempre foi omissa em tudo. Na época da UPP era UPP e tráfico. UPP de um lado e tráfico do outro. Então, você via que o serviço era falho, né? Ou fingiam que não viam, faziam vista grossa. Mas, a lei da milícia que é a polícia mineira, é que funcionava aqui no bairro, entendeu?”(Trecho de entrevista com morador).

ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (Ibid, p. 310). De uma maneira geral “experiência” é aquilo que se viveu e é possível recordar; “expectativa” é aquilo que se busca ser (que ainda não é) a partir do vivido. Por meio desse enquadramento podemos entender que as aparições repentinas da milícia, não pode ser entendida como uma forma de controle territorial, populacional nem moral. É uma aparição fantasmagórica, uma forma de alimentar o “horizonte de expectativa” dos moradores, ou seja, uma possibilidade que se abre no futuro com o objetivo de formar um novo “espaço de experiência” ancorado na experiência passada da milícia. Passado esse, em que a milícia era responsável pela gestão da ordem na comunidade e que as “leis funcionavam”. Nesse sentido, esse passado é a condição de possibilidade para o futuro.

Essa técnica utilizada pela milícia é uma forma de invisibilizar a real forma de atuação no território. Como demonstrei anteriormente a milícia optou por se estruturar no território a partir do lucro e em sociedade com o tráfico, em detrimento do controle das moralidades desviantes amparada pela comunidade moral imaginada. Ao aparecer de vez em quando a milícia recria nos moradores a expectativa da experiência do passado, preservando sua legitimidade antiga. Se em um determinado momento a relação com o tráfico desandar ela vai poder voltar ao território com o prestígio de antes. Ao forjar uma certa ‘desarticulação’ no imaginário local ela oculta sua verdadeira face “traficalizada”.

2.7 Uma nova conjuntura criminal no pós-pacificação

A saída da UPP da favela do Batan abriu caminho para a expansão da violência a partir da retomada do tráfico, da volta da guerra, do aumento dos furtos e roubos (causada por essa nova forma de atuação do tráfico) e os rumores da milícia. Isso produziu uma ruptura brusca na garantia da reprodução da vida (e dos modos de vida), encerrando a época da vida segura. Por mais que a UPP não atuasse, sem ela os moradores não puderam mais exercer suas rotinas (MACHADO E LEITE, 2008), como ocorria anteriormente. Essa nova conjuntura vivenciada pelos moradores foi um dos efeitos do processo de pacificação. James Ferguson (2006) orienta a entender projetos políticos, que supostamente “fracassaram” em seus objetivos, a partir dos efeitos concretos que tiveram na região. Ou seja, segundo o autor, o mais importante de um projeto de desenvolvimento não é identificar as causas de suas falhas, mas o que produziu e quais as decorrências? Essa possível falha pode representar importantes efeitos políticos, econômicos e sociais.

Situações que aconteceram e não foram previstas pelos coordenadores do projeto não deve ser visto como “efeitos colaterais”, mas sim como “efeitos estruturais” daquela política.

Nessa mesma linha, Márcia Leite (2017) entende que se tomarmos como referencial que o objetivo da UPP foi a eliminação ou redução do tráfico ilícito de drogas, aí teremos que reconhecer seu eminente fracasso. Todavia, a exemplo de Ferguson, Leite se preocupa em entender os efeitos práticos dessa política, por essa razão ela chega à conclusão de que a UPP foi “bem-sucedida” em três pontos: a) na generalização e internacionalização do projeto expandido para outras áreas violentas do Brasil e do mundo; b) no envolvimento direto de empresas na formulação, participação e execução do programa; e c) na produção de uma nova tecnologia de poder considerada eficaz para o governo de territórios pobres ancorada na “governamentalização do estado”. Esses efeitos políticos, econômicos e governamentais mostram que a experiência da UPP deve ser entendida para além de seu objetivo público.

Além dessas consequências gerais da pacificação enquanto projeto, cada UPP teve um impacto específico nessa conjuntura. O Batan no pós-UPP – quando a UPP que era criticada pelo vínculo ao tráfico foi fechada contribuindo para uma governança única desse segmento social – testemunhou o aprimoramento da racionalidade econômica do tráfico de drogas. Essa estratégia para burlar a crise pela qual passa a venda de drogas na cidade, ainda pouco estudado, tem modulações específicas em cada favela. Por aqui, o tráfico optou por uma atuação mais discreta e situada, mesmo após a saída da UPP. Isso teve como consequência a expansão da sensação de insegurança por causa do aumento dos crimes patrimoniais. Ao tirar os “bicos da pista” a firma evitava que essas armas fossem apreendidas pela polícia em uma eventual operação policial, mas por consequência dessa estratégia a favela ficava desprotegida.

O desentendimento entre líderes da facção ADA também contribuiu para a expansão da sensação de insegurança por causa da guerra entre Batan e Batanzinho. Como mostrei anteriormente, essa crise também foi fruto dessa nova racionalização econômica pela qual passou o tráfico de drogas. Do outro lado da balança, a milícia que aparentava estar desarticulada optou por privilegiar seus negócios econômicos em detrimento do controle moral e da gestão da ordem no território. Esse cenário contribuiu para que uma trégua entre tráfico e milícia fosse formalizada no Batan. De um lado, o

tráfico com a venda de drogas e controle do território, do outro, a milícia e seu monopólio de certos serviços como o gás e o gatonet. Mesmo esses segmentos sendo como “água” e “óleo”, radicalmente diferentes, estavam juntos para obter lucros. Essa estratégia fez com que ela fosse invisibilizada, preservando sua antiga legitimidade em caso de uma possível retomada. Com a mudança da chefia da firma do Batan (controlada agora pela Vila Vintém) e o possível fim desse acordo de cooperação econômica, rumores sobre uma possível invasão da milícia rondam a comunidade e orientam o “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006) dos moradores comprometidos moralmente com a antiga comunidade moral imaginada.

Esse conjunto de fatores produziram o que chamo de expansão da violência. Esse termo violência tem uma polissemia e uma ambiguidade grande, mas de uma maneira geral representa: “ações tanto individuais como coletivas, organizadas como espontâneas, ritualizadas ou rotinizadas, legais ou ilegais, intencionais ou não intencionais” (ZUCAL E NOEL, 2010, p. 98, tradução minha). Os autores, citados, advertem que os usos “habituais” ou “nativos” do conceito de violência funcionam mais como um “termo moral” do que “descritivo”. O que significa dizer que a categoria violência só será usada para condenar práticas ou processos desagradáveis (ou intoleráveis) para aqueles que a vivenciam, o que os autores chamam de “objeto de censura”. No caso dos moradores do Batan o que entendem como violência é a constante interrupção das rotinas pelas trocas de tiro oriundas das invasões, aumento dos crimes patrimoniais e os rumores de uma guerra entre tráfico e milícia que tem se expandido nos últimos anos (principalmente 2018 e 2019). Dito de outra maneira, os moradores entendem a violência pelo seu “caráter destrutivo”, expresso pelos riscos da integridade física das trocas de tiro, da perda do patrimônio e de uma eminente guerra interna. Entendo esse processo como algo expansivo por causa da justaposição entre esses eventos em um curto período de tempo.

Zucal e Noel (2010) entendem que a violência não é expressa apenas pelo seu caráter “destrutivo”; também há um caráter “construtivo” por trás dos processos violentos.

(...) os antropólogos devem estar particularmente precavidos, na medida em que sabemos, há muito tempo, que a "violência" pode ser pensada não apenas como disruptiva ou destrutiva, mas como constitutiva do vínculo social (Girard 1985, Bloch 1992). Se, portanto, permitirmos que as considerações morais vinculadas aos usos nativos do termo introduzam, sorrateiramente, uma valorização negativa da "violência", estaremos cometendo um grave erro de aceitar, acriticamente, um objeto pré-construído (Bourdieu et alii 2002) e ficaremos

agarrados, mais uma vez, entre os resquícios das taxonomias que as instituições das quais fazemos parte nos oferecem pensar - e, portanto, lembrar e esquecer (Douglas 1986) (ZUCAL E NOEL, 2010, p. 100, tradução minha).

Por mais que a experiência da violência seja desagradável e traumática, ela constrói novas situações sociais, agenciamentos e subjetividades. Nesse sentido, a expansão da violência – entendida como o processo de rearticulação do tráfico de drogas no Batan estruturado a partir de uma nova racionalidade econômica e seus desdobramentos: aumento dos crimes patrimoniais, aumento dos conflitos entre facções e a iminência de um conflito entre milicianos e traficantes – é um “efeito estrutural” (Ferguson, 2006) da saída da pacificação no Batan. Essa expansão da violência como “efeito estrutural” do pós-pacificação produz um sentimento coletivo de incerteza que se qualifica como um tipo de governo.

3 Viver e (sobre)viver na incerteza

3.1 O sentimento de incerteza como regime de governo

*A cigana leu o meu destino, eu sonhei
Bola de cristal, jogo de búzios, cartomante
Eu sempre perguntei*

*O que será o amanhã
Como vai ser o meu destino
Já desfolhei o mal-me-quer
Primeiro amor de um menino*

*E vai chegando o amanhecer
Leia a mensagem zodiacal
E o realejo diz que eu serei feliz
Sempre feliz.*

*Como será o amanhã
Responda quem puder
O que me irá me acontecer
O meu destino será como Deus quiser*

(G.R.E.S. União da Ilha do Governador 1978 – O amanhã)

A “crise econômica” que afetou a vida dos cariocas há cerca de cinco anos teve desdobramentos diretos na política de pacificação. A redução dos investimentos públicos nesse período de turbulência financeira contribuiu para uma redefinição do poder local, partilhado entre UPP, tráfico e milícia. A UPP ficou com a responsabilidade de controlar o território aparentemente e fazer “vista grossa” para o tráfico em troca de dinheiro; a milícia ficou com os lucros do monopólio de alguns serviços, principalmente gás e gatonet; e o tráfico, por meio da nova racionalidade econômica mediava a relação com essas duas outras forças e reorganizava a venda de droga de forma discreta e situada em áreas específicas da favela.

O fim da UPP representou um aprofundamento do complicado equilíbrio político do Batan. A firma que comandava a favela se viu obrigada a ordenar sozinha o território, mas optou por manter a mesma estratégia de discricção e desarmamento para evitar perder dinheiro com possíveis operações policiais. Após a crise e o racha na facção ADA, uma parte, coordenada por traficantes antigos de alta hierarquia, “pulou” para o TCP se alocando no Batanzinho e a outra, constituída por traficantes mais jovens, permaneceu ADA no Batan propriamente dito (conhecido popularmente como Batanzão), dando

início à guerra pelo controle da venda de droga. Aliado a esse turbulento cenário, outras favelas inimigas começaram a roubar no Batan, beneficiando-se da falta de policiamento e da crise interna. Os moradores tiveram a percepção de que, após o fechamento da UPP, sua comunidade estava mais violenta e insegura.

Toda essa conjuntura pós-UPP criou um sentimento de incerteza generalizado que passou a governar as ações práticas dos moradores, mudando hábitos naturalizados no cotidiano. A incerteza passou de um mero sentimento de receio e reserva para uma forma estruturante de organização social normativa, um regime que alterou os modos de vida e de sobrevivência criando situações complexas de receio, criatividade, sapiência e medo. A justaposição desses múltiplos sentimentos situados é que faz do Batan uma área em que a incerteza se tornou uma barreira a ser transpassada para o exercício das rotinas e das sociabilidades locais.

O conceito de incerteza é apropriado por várias disciplinas em campos intelectuais diferentes e com postulados distintos. Nas ciências humanas é costumeiro ver esse conceito atrelado a outro conceito, o risco. Ulrich Beck (2006) sugere a ideia de “sociedade de risco” para designar a era da globalização onde, “não há nada certo além da incerteza” (BECK, 2006, p. 5). O risco tem um duplo sentido, por um lado diz respeito a um mundo governado pelas “leis da probabilidade” em que tudo é mensurável e calculável; por outro lado, ele designa incertezas não quantificáveis. Por mais que esse contexto seja uma característica do nosso tempo, o autor salienta que sua conceituação não busca uma “homogeneização”, pois reconhece que regiões e culturas diferentes são afetadas de forma diferente pelos riscos. Pat O’Malley (2009) evita naturalizar o risco como um princípio estruturante da sociedade, em vez disso, ele entende essa ideia como uma “tecnologia de governo” (technology of government). Essa análise não crê que os riscos são intrinsecamente reais, mas sim uma maneira particular pelo qual os problemas são visualizados (ou imaginados) e tratados. Não se trata de avaliar se tais procedimentos baseados no risco são precisos ou justos, mas sim analisar quais as características específicas dessa maneira de governar eventos futuros incertos. Mendes (2015) complementa dizendo que, para O’Malley (2009), a incerteza é uma nova “categoria de governação”, que implica a mobilização de técnicas específicas de flexibilidade e de adaptabilidade.

Esse enquadramento da incerteza a coloca em um sistema de macroanálise estruturado pelas consequências do neoliberalismo (ou liberalismo avançado). Minha

construção desse conceito é mais próxima das formulações de Benoît de L'Estoile (2014), uma construção etnográfica do conceito de incerteza baseado em um contexto histórico específico que produz formas distintas de experimentação individual e coletiva da não previsibilidade da vida. É claro que contextos situados estão relacionados a macroestruturas do sistema mundo, no entanto o foco desse trabalho será analisar a incerteza enquanto uma teoria etnográfica. Márcio Goldman (2006) propõe que,

Uma teoria etnográfica não se confunde nem com uma teoria nativa (sempre cheia de vida, mas por demais presa às vicissitudes cotidianas, às necessidades de justificar e racionalizar o mundo tal qual ele parece ser, sempre difícil de transplantar para outro contexto), nem com uma teoria científica (cuja imponência e alcance, ao menos na antropologia, só encontram paralelo em seu caráter anêmico e, em geral, pouco informativo). Evitando os riscos do subjetivismo e da parcialidade, por um lado, do objetivismo e da arrogância, por outro, trata-se de encontrar o que Milan Kundera (1991: 78) chama de “o soberbo ponto mediano, o centro. Não o centro, ponto pusilânime que detesta os extremos, mas o centro sólido que sustenta os dois extremos num notável equilíbrio” (GOLDMAN, 2006, p. 170).

Dessa forma, o autor entende esse postulado como a justaposição entre a visão nativa e a acadêmica, como forma de superação entre o particularismo do estudo de caso em profundidade e as teorizações abstratas que não explicam a realidade. Laura Nader (2011) compreende que a etnografia sempre foi um “esforço teórico”. Para descrever uma cultura, um povo ou uma situação, precisa-se está amparando em uma certa tradição antropológica. A história da antropologia mostra uma série de etnografias que foram produzidas de formas e estilos diferentes, que entendem os dados de forma parcial e situados. É nesse sentido que a autora entende a etnografia como uma teoria da descrição, pois ela não é neutra e se ancora em princípios acadêmicos anteriormente produzidos.

Tim Ingold (2016) ao refletir sobre a banalização da etnografia, entende que o projeto antropológico é mais do que apenas “escrever sobre os povos”, como comumente se entende a etnografia. Para o autor o princípio que fundamenta esse projeto é o seu “compromisso ontológico” e a sua busca pela “educação”.

Como a poesia, a antropologia é uma busca pela educação no sentido original do termo, diferente do sentido que ele veio a adquirir ao ser assimilado na instituição da escola. Derivada do latim educere (de ex, “fora”, mais ducere, “levar para”), a educação consistia em levar os noviços para fora, para o mundo, e não, como se entende hoje, instilar conhecimento dentro das suas mentes. Ao invés de se fixar numa posição ou propiciar uma perspectiva, a educação nesse sentido provoca um deslocamento de qualquer ponto de vista – de qualquer posição ou perspectiva que se possa adotar. Nos termos do filósofo da educação Jan Masschelein (2010a, p. 278), a educação seria uma prática de exposição (INGOLD, 2016, p. 408).

Entendo esses princípios como uma forma de produzir conhecimento que leve a sério o que o nativo fala, pensa e age, como forma de superação da dicotomia entre nós e eles. Dessa forma, o autor critica a etnografia (nessa roupagem mais metodológica e menos antropológica), entendendo-a como descrição sem compromisso com os interlocutores.

A partir desses calorosos debates, a teoria etnográfica que pretendo realizar é baseada no encontro entre a cosmovisão dos interlocutores da pesquisa e nas formulações teóricas de natureza acadêmica que podem ser compostas para aprofundar o entendimento dessa forma de experimentar o mundo. A incerteza é um enquadramento teórico híbrido que se ancora na experiência ontológica dos moradores do Batan, fundamentado no contexto da expansão da violência, dando sentido a suas ações cotidianas.

Antes de tudo, a incerteza é um sentimento coletivo que vai ter modulações específicas para cada pessoa. Emoções e sentimentos não são uma característica natural e essencialista das pessoas, elas são construídas culturalmente e contextualmente inseridas (LUTZ, 2009; COELHO, 2010). Isso significa que pessoas diferentes acionam emoções diferentes em contextos diferentes. Essa perspectiva ajuda a elucidar o presente argumento: a incerteza é um sentimento oriundo da ruptura da garantia da reprodução da vida e das rotinas, tendo como condição de possibilidade a saída da UPP e a expansão da violência. Esse sentimento é coletivo e afeta diretamente todos os moradores, desde as “pessoas de bem” que instituíram a comunidade moral imaginada, até os outsiders vinculados moralmente ao tráfico, entretanto, essa pesquisa se concentrou no primeiro grupo social e por isso as dimensões da incerteza tratadas aqui, relaciona-se diretamente com esse segmento.

Defendo que no caso observado, a incerteza se qualificou como um tipo de governo que busca “estruturar o campo de ação das pessoas” (FOUCAULT, 1995). Georg Simmel (1967) em seu clássico texto *A metrópole e a vida mental*, fornece importantes pistas que ajudam na compreensão de como os sentimentos (contextualmente produzidos) podem estruturar ações práticas das pessoas. Em seu ensaio, Simmel argumenta que uma das características das grandes metrópoles é a “intensificação dos estímulos nervosos” do indivíduo.

Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a

discriminações, uma quantidade de consciência diferente, da que a vida rural extrai. Nesta, a ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível – enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. (...) Ele reage com a cabeça, ao invés de com o coração. Nisto, uma conscientização crescente vai assumindo a prerrogativa do psíquico. A vida metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano (SIMMEL, 1967, p. 12-13).

Essa vida nervosa nas grandes cidades faz com que o cérebro de seus moradores se adapte a essa fluidez de relações sociais, criando, como resposta a esses estímulos, a atitude “blasé” expressa pela posição de reserva acerca das relações interpessoais. Ou seja, a partir de uma profunda mudança de contexto (passagem do rural para o urbano) as pessoas ficaram saturadas por tantos estímulos, criando um sentimento de indiferença. Essa é uma estratégia desenvolvida psicologicamente para aguentar a vida na cidade grande, uma vez que se o indivíduo se deixar afetar pelos acontecimentos trágicos que cotidianamente acontecem, por exemplo, acidentes e fatalidades, ele viveria depressivo e cabisbaixo, não conseguindo terminar a sua rotina, porque estaria psicologicamente e sentimentalmente abalado. Viver na cidade grande requer algumas normas para que consigamos viver sem nos afetar demasiadamente pelo seu funcionamento. Simmel nos diz que os sentimentos ficam mais anestésicos, a sociedade passa a ser quantificada e matematizada e as relações se constituem de maneira racionalizada, reservada e nivelada.

Essa análise clássica do Simmel sobre a modernidade e a vida urbana é uma inspiração “boa para pensar” como os sentimentos estruturam a forma de agir das pessoas. No contexto descrito pelo autor, as pessoas passaram a agir de uma determinada forma (tiveram seu campo de ação estruturado) a partir de uma mudança profunda de contexto. Inspirado por essa formulação, defendo que o sentimento de incerteza se qualificou como um tipo de governo que passou a modificar a forma de viver e (sobre)viver no Batan. Isso significa que não é o tráfico e suas leis, crises e conflitos que governa o Batan, muito menos os rumores da milícia retomar o controle territorial, ou ainda o medo causado pela insegurança e o aumento dos crimes patrimoniais dos últimos anos. O que governa os moradores do Batan é a justaposição dessas situações, aliada a impossibilidade da reprodução do modo de vida anterior a saída da UPP formando um sentimento de incerteza coletiva que obriga os moradores a redefinirem suas formas de viver a vida.

É importante salientar que tomo o sentimento de incerteza como um regime de governo e não como um regime político. Embora esses termos sejam muito parecidos e

frequentemente tratados como sinônimos, acredito que haja uma diferença fundamental, ainda que sutil. Regime político é identificado, por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 1081), como “o conjunto de instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições”. Dessa forma, o regime político está relacionado ao exercício institucional do poder, elemento que pressupõem algum tipo de dominação para manter a ordem. Por sua vez, o regime de governo é entendido como a estruturação do campo de ação das pessoas, e um duplo sentido: um autogoverno (que captura as subjetividades) e um governo coletivo (socialmente reconhecido pela população).

Entendo o regime político como institucionalmente instituído, coisificado e realizado por uma classe dirigente, ou seja, um regime político é imposto a população por algum grupo. Já o regime de governo não é imposto por algum grupo, mas por algum tipo de situação ou contexto. É justamente por essa característica que sentimentos como incerteza, medo, dor, repulsa, entre outros, são capazes de orientar as formas de vida de uma população, sem necessariamente haver instituições para mediar essa relação. De uma maneira geral o regime político está relacionado ao exercício vertical do poder, a disciplinarização e a um sistema institucional; o regime de governo é o poder capilarizado subjetivamente e horizontalmente com a finalidade de controle e ajuste das ações.

Esse enquadramento caminha em direção ao trabalho de Palloma Menezes (2015) e suas análises sobre o processo de pós-pacificação. A autora entende que uma das principais características desse novo contexto é a “sobreposição com variações de intensidade entre o regime do “fogo cruzado” e do “campo minado”” (p. 344). Isso significa que em certos momentos são as trocas de tiros (e seu perigo iminente) que atrai a atenção dos moradores; passado esse período, é a questão do monitoramento (saber “quem é quem”) e das “contaminações” que centraliza a vida cotidiana dos moradores. Essa configuração é bastante similar ao Batan (como busquei demonstrar nas páginas anteriores), mas com um agravante. Os rumores da milícia e as constantes mudanças de facções potencializam os perigos de contaminação e define o monitoramento como estratégia para a manutenção da vida – vida essa entendida no sentido existencial da palavra.

A autora também faz uma constatação fundamental em seu trabalho: a justaposição entre o regime de “fogo cruzado” e de “campo minado” não é uma volta no tempo em que as condições sociais eram semelhantes ao contexto pré-UPP, mas sim uma

reatualização contemporânea da “vida sob cerco”. Ou seja, o cerco aos moradores passa a ser de outra natureza, não apenas de interrupção das rotinas, mas também de monitoramento. A partir dessa análise de Menezes (2015) é possível traçar paralelos a respeito da realidade social no Jardim Batan e como a incerteza mobiliza dispositivos de violência e de monitoramento na vida cotidiana da população dessa favela. Dessa forma, sustento que o regime de governo pautado na incerteza é uma modulação local da “vida sob cerco” no contexto de pós-pacificação. Dessa forma, atualmente, o cerco que os moradores do Batan vivem se expressa na incapacidade operativa de definir de forma clara e duradoura as regras vigentes na favela; a incerteza generalizada captura a subjetividade dos moradores, obrigando-os a criarem novos mecanismos para se adequarem a essa nova realidade.

Para compreender como o regime de incerteza opera objetivamente na vida das pessoas apresentarei quatro situações com quatro personagens diferentes e seus modos de viver e (sobre)viver em meio a esse efeito estrutural (FERGUSON, 2006) do pós-UPP. Aciono como recurso analítico os dois conceitos de Benoît de L’Estoile (2014), “campo de oportunidade” (*field of opportunities*) e “quadro de referência” (*frame of reference*). O “campo de oportunidade” é o “conjunto de possibilidades e restrições que definem em um dado momento as “condições para a vida”, tanto materiais quanto simbólicas, para um grupo de indivíduos, o que Weber (1968 [1922]: 927) chama de “oportunidades de vida” (*Lebenschancen*)” (p. s64, tradução minha). O “quadro de referência” é “o quadro cognitivo e normativo usado pelas pessoas para entender e agir sobre seu mundo. Isso corresponde amplamente ao que na literatura antropológica e sociológica chama de “visão de mundo”, eidos, “senso comum”, “quadro de construções”, “quadro interativo”, “definição de realidade”, “estruturas mentais”, “culturas” ou mesmo “ontologias”” (p. s64, tradução minha). Ainda a respeito desses dois conceitos o autor complementa:

Os quadros de referência são parcialmente compartilhados dentro de um determinado mundo social (permitindo assim orientação mútua) e parcialmente definidos por experiências coletivas e individuais singulares. Elas envolvem aspectos ontológicos, éticos e políticos, envolvendo valores e crenças sobre o que é o mundo, o que constitui uma “boa vida” e o que é ser uma “boa pessoa” (Redfield, 1965). Os quadros de referência são normalmente associados a um determinado campo de oportunidades, mas em parte são autônomos; em particular, mais de um quadro de referência pode estar associado a um determinado campo de oportunidades. Essa formulação não implica que o “campo de oportunidades” exista de alguma forma “fora” de qualquer quadro de referência; a própria forma de qualquer campo de oportunidades é estruturada por quadros de referência (jurídicos, econômicos, políticos etc.). As oportunidades realmente disponíveis para um indivíduo são de fato restringidas pelas expectativas e percepções dela e de outros sobre o que é “adequado” em

uma determinada situação. Esses quadros de referência (incorporando a experiência individual e coletiva) definem os modos como o mundo é vivenciado e interpretado e as expectativas em relação ao futuro (L'ESTOILE, 2014, p. s64, tradução minha).

L'Estoile (2014), inspirado em Koselleck, propõe esses dois conceitos como forma de compreender a relação entre agência e estrutura, combinando-as em um arranjo objetivo das práticas sociais ancoradas no futuro. Esse arcabouço teórico coloca em questão as práticas sociais e suas reais condições de possibilidade dos modos de vida, levando em consideração suas intencionalidades subjetivas e as disputas das linhas de força dos poderes locais.

3.2 Criatividade para subverter a ordem do tráfico: a militante da causa das mulheres

Em agosto de 2018 o trabalho de campo no Batan estava a todo vapor. Havíamos – eu e a equipe do CIDADES – conversado com muitos moradores e observado uma porção de coisas interessantes. Em uma semana sem trabalho de campo marcado fui surpreendido com uma mobilização política de moradores de favelas e periferias sob a bandeira da violência contra a mulher – especificamente do assédio que as mulheres sofrem no transporte público – passado em um telejornal diário na TV aberta. O que me surpreendeu foi o fato de ter moradores do Batan nessa mobilização, pois nunca presenciara qualquer forma de organização política estruturada em movimento social (do campo progressista, para não falar esquerda) durante minhas caminhadas pela comunidade, a não ser as formas tradicionais de política em favela que tem como marco o “conchavo” (MACHADO, [1967] 2011).

No mesmo dia, uma pesquisadora do CIDADES que fazia campo comigo, encontrou, despretensiosamente, uma matéria na internet falando sobre essa agitação política que acabara de ver mais cedo. Nessa matéria a pesquisadora encontrou o nome de uma liderança negra do Batan – que a partir de agora será conhecida como Maria⁴⁰ – que estaria encabeçando essa interessante e fundamental mobilização contra o assédio. Essa pesquisadora encontrou em uma rede social o contato dessa militante e prontamente puxou conversa. Nesse diálogo a pesquisadora perguntou se poderia conversar

⁴⁰ Como de praxe todos os nomes desse capítulo serão fictícios para preservar a identidade e a segurança dos interlocutores.

pessoalmente com Maria, que respondeu estar ocupada nas atividades políticas que durariam uma semana e convidou-a para a mobilização de encerramento no último dia na própria comunidade do Batan. A pesquisadora perguntou se podia levar um colega de pesquisa do sexo masculino e obteve resposta afirmativa, dando a entender que o espaço político era de caráter misto e não auto-organizado.

No dia marcado, uma sexta-feira, chegamos ao Batan e nos deslocamos ao local do evento, uma casa espaçosa com dois andares, com garagem grande e de frente para uma praça. Ao chegar mais perto nos deparamos com cerca de uns 10 jovens, a maioria mulheres. Elas usavam camisas decoradas e adesivos que fazia alusão a uma ONG⁴¹. Paramos na praça onde as pessoas estavam, perto da casa onde aconteceria a mobilização. Passados alguns minutos, uma menina negra com um belíssimo cabelo estilo Black, com uma camisa branca que tinha uma hashtag que fazia alusão ao evento, nos abordou perguntando se éramos amigos da Maria. Falamos que sim. Ela disse que começaria em breve e pediu para que ficássemos à vontade. Após 30 minutos chegou Maria, uma jovem negra que não tinha mais de 29 anos, nos cumprimentou e disse que não poderia dar muita atenção porque estava na organização e rapidamente voltou para a casa onde aconteceria o evento. A todo momento chegava mais jovens e mais jovens. Após uma hora de atraso era possível ver uns 20 a 30 jovens, e a expectativa era de chegar ainda mais. Boa parte desses jovens estavam adesivados e a maioria eram negros e/ou mulheres.

A sensação ao chegar no evento era de um *outsider*, mesmo estando com a pesquisadora do CIDADES. O cenário parecia um jogo de cartas marcadas onde todos se conheciam ou já haviam se vistos, pois a interação acontecia naturalmente, não havia a tensão do primeiro encontro – olhares desconfiados, receio de falar e circular ou algo do tipo. A cada 15 ou 30 minutos a organização do evento falava no celular e pedia para alguém na praça ir até à entrada do Batan buscar outras pessoas que chegavam de outras regiões da cidade. Após um tempo a lista de presença apareceu e preenchemos, além de um termo de imagem que também assinamos. Após as pessoas sentarem o portão de garagem se fechou e iniciou-se a cerimônia.

O evento foi uma série de dinâmicas de conscientização da opressão sofrida pelas mulheres em uma sociedade machista e de reflexão sobre como e por quais meios

⁴¹ Mais uma vez, por questões de segurança, não revelarei o nome dessa organização não governamental.

superamos essas opressões⁴². Toda dinâmica era participativa e todos no evento (dentro da casa) participaram. As hierarquias políticas foram de fácil captação tanto para mim quanto para a pesquisadora do CIDADES. A organização decidiu dividir os participantes em grupos com 5 ou 6 pessoas por grupo. Cada grupo era acompanhado por duas lideranças (todas mulheres) que facilitavam a dinâmica. Havia cerca de quatro pessoas – uma delas Maria – entre mulheres e homens uniformizados com a camisa do evento e que pareciam supervisionar as dinâmicas (e tiravam fotos das situações), como se estivessem avaliando a desenvoltura dessas líderes facilitadoras. O restante era a plateia, uma espécie de público alvo daquela política de conscientização. Dos muitos elementos simbólicos e representativos acionados pelas múltiplas dinâmicas, me pareceu que o objetivo principal do evento foi uma tomada de consciência coletiva e uma tentativa de criar empatia a causa das mulheres lato sensu a esse público alvo, tanto homens, quanto mulheres.

Após o emocionante evento a expressão facial de alegria e alívio de líderes e sub líderes do evento me chamou a atenção, parecia um sinal de dever cumprido, de objetivo alcançado. Entre os comes e bebes do fim da mobilização política conseguimos conversar brevemente com Maria. Na conversa, ela nos contou que o evento foi organizado por uma ONG. Que essa mobilização ocorreu em três sedes diferentes: na Zona Norte (não me recordo em qual lugar), na Zona Oeste 1: Batan; e na Zona Oeste 2: Santa Cruz. Ela explicou ainda que trabalha nessa ONG e que esses eventos são uma “metodologia”. Eles fizeram um levantamento entre os jovens e os três pontos mais citados foram segurança, assédio contra as mulheres e desemprego.

Em tom de pesar, Maria contou que a Rede Globo iria cobrir aquele evento, provavelmente mandariam algum repórter, mas ela não deixou que cobrissem por não saber como estaria o [“clima” (CAVALCANTE, 2008) do] Batan. Ela explicou que depois que a UPP encerrou suas atividades, o tráfico voltou a controlar o território e os confrontos se intensificaram, tanto que “o pessoal do Batanzinho está proibido de entrar no Batan”. Ela enfatiza que o tráfico “não voltou com antes, não tem fuzil, as bocas estão escondidas e tudo mais”. Novamente é visível como os moradores do Batan acionam a “limpeza simbólica” (MACHADO E LEITE, 2008) da forma de atuação do tráfico,

⁴² Optei por não revelar as dinâmicas nem a interação no momento da troca política de experiências em respeito à instituição que viabilizou o evento e seus militantes. A descrição das dinâmicas poderia soar como usurpação de táticas políticas já que o evento tem a fronteira entre público e privado borrado como veremos mais a diante.

singularizando-o e tornando-o, em comparação com outras favelas com UPP, “tranquilo”. Todavia mesmo “tranquilo” a firma do Batan, ela ficou com receio de dar o aval para os repórteres cobrirem o evento, demonstrando que o tráfico (e suas disputas internas e externas) representam perigo para o exercício da rotina dos moradores (Ibid, 2008).

Maria afirmou que campanhas políticas e ações sociais estão proibidas na favela por ordem da firma e para conseguir realizá-las é preciso pagar uma quantia em dinheiro. Ela não entrou em detalhes, nem em valores, nem na forma como descobriu essa informação; também procuramos não ser invasivos, mas perguntamos como havia conseguido realizar aquele evento – supostamente proibido, liberado apenas pelo pagamento da taxa estipulada. Ela marotamente abriu um sorriso – que exemplificou sua esperteza – e explicou que só conseguiu realizar o evento político porque *ela estava do lado de dentro da casa* e não do lado de fora.

Maria diante da impossibilidade de realizar sua atividade política por causa da extorsão financeira da firma criminal – entendida nesse trabalho como parte da nova racionalidade econômica praticada pelo tráfico de drogas carioca –, criou uma perspicaz estratégia para contrapor o poder dos criminosos que controlam a favela. Ela nem pagou a taxa estipulada para a realização de atividades políticas e sociais, nem desistiu de se expressar politicamente, ao contrário, subverteu a ordem em uma atitude de muita coragem e criatividade. Sua estratégia basicamente foi realizar o evento político em sua residência, assim o evento estaria descaracterizado. Aquela aglomeração de pessoas poderia ser facilmente identificada como uma festa, uma igreja, um grupo de oração, entre outros, que não chamaria a atenção do tráfico.

Roberto da Matta (1997) em sua análise sobre a dicotomia *casa* versus *rua* fornece elementos para a compreensão da dimensão público e privada da sociedade brasileira. A casa representa um domínio privado, um certo “universo controlado”, espaço da “harmonia”, da “calma” e do “afeto”. A rua é o domínio privado definido pelo “imprevisto”, pelas “paixões”, uma espécie de “universo hobbesiano” da luta de todos contra todos. Apesar dessas categorias representarem uma oposição, elas também simbolizam gradações, como uma espécie de oposição segmentar: “a própria *rua* pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da *casa*, ao passo que zonas de uma *casa* podem ser percebidas em certas situações como parte da *rua*” (DA MATTA, 1997, p. 96, grifos do próprio autor). Ao deslocar a manifestação política para sua casa, Maria consegue exercer sua atividade de mobilização e conscientização política

e não descumprir a ordem do tráfico, pois a regra instituída pelo tráfico fazia referência à atividade política no Batan, entendida como espaço público (a rua), não fazendo, aparentemente, nenhuma menção aos espaços privados (como a casa). Pelas regras impostas o tráfico não poderia arbitrar, nem exercer seu poder no âmbito privado dos moradores, apenas na dimensão pública. Eles só fariam tal atitude se a situação fosse um grave questionamento ao seu poder, por exemplo ouvir funk proibidão de outra facção e coisas relacionadas aos inimigos do tráfico. No caso narrado, não houve uma afronta ao poder da firma criminal, mas um contornamento para escapar da regulação dos criminosos sem se colocar em risco, pois não teve política no Batan (no âmbito público), mas teve política no Batan (no âmbito privado). Ao acionar essa criativa estratégia, Maria produz, aquilo que Da Matta (ibid, 1997) chama de “dialética” entre a casa e rua, ou seja, transforma a “rua” (o lugar da política) em um prolongamento da casa; uma espécie de invasão da rua à casa. Essa dialética foi a condição de possibilidade para o exercício de sua vida política.

É importante lembrar que nesse período (meados de 2018) a UPP havia saído da favela e o tráfico voltado a controlar o território somente em áreas estratégicas. Uma das críticas dos moradores era que o tráfico, ao ficar fixado em apenas uma região, não conseguia exercer sua soberania política em outros pontos e em vista disso os roubos aumentaram, como mostrei na seção 2.5. Essa conjuntura representou para Maria uma parte do seu “quadro de referência” (L’ESTOILE, 2014) na qual se aproveitou para condicionar seu “campo de oportunidade” (ibid). Uma vez que sua casa ficava distante da área de atuação física da firma, não havia nenhum olheiro ou alguém caracterizado como do crime. Isso fez com que pudesse colocar sua criativa estratégia de realizar o evento político (“campo de oportunidade”) em sua casa e assim subverter a ordem da firma. Seu “campo de oportunidade” esteve diretamente relacionado a seu “quadro de referência”, por esse motivo sua execução foi precisa e sem incidentes. Talvez, se o controle do tráfico fosse mais ostensivo, Maria tivesse optado por cancelar o evento político. No entanto, mesmo beneficiada por essa conjuntura, tomou alguns cuidados fundamentais como deixar o portão de casa fechado durante o evento e deixar alguém de vigilância do lado de fora da casa. Esses cuidados também fazem parte do seu “quadro de referência”, pois ela sabia que mesmo a firma sendo “tranquila”, se os traficantes se sentissem lesados ou prejudicados, poderiam usar a violência para mediar essa relação.

Maria se antecipou a possibilidades de risco mascarando o evento em sua casa e colocando pessoas de vigia.

É interessante notar como o exemplo da militante Maria ajuda a entender as formas de organização política no Batan e seu campo de possibilidades. Ne contexto do sentimento de incerteza generalizado que governam os moradores da comunidade, as formas de viver a políticas estão situados em um perigoso jogo de possibilidades que podem ser alterados a qualquer momento. No caso de Maria, ela conseguiu, de forma bastante criativa, subverter a ordem do tráfico que controla o Batan sem que percebessem. A atuação localizada desse grupo contribuiu em partes para o sucesso do plano de Maria, mas ainda assim ela teve coragem, esperteza e, principalmente, criatividade para transformar as adversidades em subjetivação política sem colocar em risco a sua vida ou a vida dos outros. Nem todos os militantes do Batan tiveram ou teriam a mesma coragem, o que mostra que a partir da expansão da violência após a saída do projeto de pacificação as possibilidades de atividade política se modificaram criando um perigoso dilema aos moradores: expressar-se politicamente no espaço público mediante o pagamento ao tráfico; expressar-se politicamente sem pagar ao tráfico e sofrer as consequências; e por fim não se expressar politicamente.

3.3 A arte de (sobre)viver pelo “desenrolo”: o “aproveitador” político

Mário é um morador antigo, de pele branca e uma liderança comunitária que desde 2016 faz parte da gestão da associação de moradores do Batan. Seus quase 60 anos de idade reflete mais de 20 de trabalho com projetos sociais o que lhe deu experiência e credibilidade tanto na comunidade, quanto no cenário político mais amplo. Ele conta que já sentou em reunião com governadores, prefeitos e políticos variados. Ele não se define nem de “esquerda” nem de “direita”, mas sim um “*aproveitador*”, como me disse uma vez: “na política é cada um defendendo os seus bandidos”. Ele me explicou, em outro momento, que vai defender qualquer político que traga algum benefício para a favela do Batan, seja de qual partido for. Por ser um homem de personalidade forte e falar o que pensa, ao longo de sua trajetória teve vários desentendimentos e perigos, mas sempre soube “desenrolar”, ou seja, persuadir alguém em um momento de desentendimento ou confronto retórico.

Na época em que a milícia controlava (moral e ostensivamente) o território, teve um desentendimento com um miliciano. Segundo Mário, um dia estava na rua quando avistou um miliciano se aproximar. Esse miliciano o parou para tirar satisfação de sua amizade com um político famoso⁴³ que tinha como pilar a atuação em favelas. O miliciano indagou que [nome do político] “era do Comando Vermelho”! O interlocutor olhou para o miliciano e contra argumentou: “como ele pode ser do Comando Vermelho se ele tem ações sociais em Acari e outras favelas que não são do Comando Vermelho”? O miliciano ficou sem reação com a contra pergunta, demonstrando que a indagação de Mário fazia sentido. Sem maiores desavenças, o miliciano aceitou a relação de proximidade entre o interlocutor e esse político por causa do bom argumento acionado, mas fez um pedido: que ele “falasse bem da milícia do Batan para os políticos [que ele conhecia]”.

Existem dois elementos curiosos nessa história. O primeiro é como a milícia consegue rapidamente reverter um dissenso partidário em aliado, contribuindo para a expansão de influência política. Para aceitar a amizade da liderança comunitária e do político que não era aliado – e que supostamente teria relações com o tráfico – a milícia Batan em troca pediu que o mesmo falasse bem para um curral eleitoral distinto, com o objetivo de estreitar laços. O segundo elemento é a capacidade de Mário em “desenrolar” em uma situação adversa, característica fundamental para salvar sua vida das adversidades cotidianas dos tempos recentes.

Em meados de 2018 uma situação, quase trágica, tirou o sossego de Mário. O morador e liderança contou que quase foi morto porque a polícia o “vendeu” para o tráfico como X9. Ou seja, um policial contou para a firma do Batan que Mário passava informações do tráfico para a polícia com a intenção de prejudicar a venda de drogas. O interlocutor contou que só não foi morto porque conseguiu “desenrolar”. Quando os bandidos foram executá-lo com a prerrogativa de ser X9, ele retrucou e pediu a prova, algo objetivo que demonstrasse sua tentativa de prejudicar o “movimento”. Como os policiais que fizeram a denúncia não apresentaram provas os bandidos não acreditaram que fosse capaz de prejudicar a firma e não fizeram nada com ele. A capacidade de acionar bons argumentos em situações de risco tirou Mário de situações complicadas mais de uma vez. Ele preferiu não entrar em detalhes do ocorrido e eu respeitei sua vontade sem fazer perguntas desagradáveis.

⁴³ Por uma questão de segurança não revelarei o nome desse político.

Alguns dias depois de contar essa história, em uma conversa corriqueira, ele me explicou que um parente é um dos responsáveis pela organização das bocas de fumo no Batan, com alto cargo na hierarquia. O fato de ter um familiar no crime ajuda e muito nas possibilidades de romper a sociabilidade violenta (DA MOTTA, 2019). Provavelmente esse parente mediou a interlocução entre Mário e a firma contribuindo para o desfecho positivo. Por mais que esse fato tenha sido de suma importância o mais relevante dessa trama continua sendo sua capacidade de “desenrolar” situações perigosas. Essa capacidade faz com que sobreviva e espante os riscos abertos a partir da saída da UPP da favela e da expansão da violência.

Essa atitude do tráfico em negociar com um morador suspeito de traição – mesmo conhecido e respeitado como uma liderança comunitária antiga e com a família envolvida nas redes criminais – pode ser entendida como uma forma de atuação que busque a legitimidade, em especial em tempos de guerra e de tentativas de invasões. Não devemos ser ingênuos de achar que o tráfico do Batan teria essa mesma paciência em “desenrolar” com um morador ordinário, provavelmente a resposta seria negativa. Mas essa atitude, mesmo que reservada a certas pessoas especiais é uma forma de atuação abrandada que busca reforçar sua legitimidade local. O tráfico poderia perfeitamente matá-lo sem ouvi-lo, como normalmente acontece nas favelas cariocas onde os chefes das facções criminais exercem um poder altamente personalista (MACHADO, 2008). Essa atitude misericordiosa do tráfico teve rebatimento na própria forma como Mário vê o tráfico.

No mesmo dia em que esse informante me contou de seu parente envolvido no crime também falou sobre os confrontos e a guerra entre o ADA (Batan) e o TCP (Batanzinho) que acontecia na época. “Pra mim, dos piores, que fique os que eu já conheço [ADA]. Quando o TCP tomou aqui eles foram na casa do pessoal xingando, gritando e esculachando morador. Então assim, quando o ADA retomou pra mim foi melhor”. O morador enxerga o ADA como menos pior que “ele já conhece” e consegue “desenrolar” com eles. A sua experiência quase trágica serviu para que ele legitimasse mais o domínio do ADA do que o TCP. Essa preferência não pode ser entendida como uma adesão ou vinculação moral, mas como uma escolha que preza a manutenção das rotinas e da capacidade de “desenrolar” com os estabelecidos, pois conviver com o tráfico que se conhece é mais fácil do que com um que não se conhece. Nesse sentido, a preferência do morador pelo ADA é simples e exclusivamente uma escolha pela

manutenção da forma razoavelmente harmônica de viver e da possibilidade de afastar as situações potencialmente perigosas.

Dois elementos foram fundamentais para situar Mário nesse novo contexto vivenciado pelos moradores do Batan e auxiliá-lo na melhor forma de agir. Seu “quadro de referência” (L’ESTOILE, 2014) foi constituído: a) pelo parente que tinha alto grau da hierarquia do tráfico local, que auxiliou em seu “desenrolo”; b) e a necessidade do tráfico de buscar legitimidade, tornando-o mais aberto ao diálogo. Esse “quadro de referências” está associado ao “campo de oportunidade”, que no caso do interlocutor citado, tem a ver com a (sobre)vivência a partir de sua capacidade de “desenrolar”. Sem essas situações (parente no tráfico; tentativa de legitimidade do tráfico) provavelmente o desfecho seria outro, trágico. Nesse sentido, sua sagacidade de saber dialogar de forma correta com uma série de situações problemáticas e perigosas está relacionada ao contexto vivido.

O caso em questão mostra como após o fim da UPP uma série de acontecimentos se construíram no cotidiano dos moradores do Batan, forçando-os a criar mecanismos para lidar com situações, que muitas das vezes são perigosas e causam riscos aos sujeitos. Situações adversas como ser vendido como X9 por algum desafeto político, por um lado, criam perigos à vida e à sobrevivência. Por outro lado, essa dimensão violenta é construtiva (ZUCAL E NOEL, 2010), pois cria possibilidades desiguais para mitigação dos perigos, forçando seus moradores a desenvolverem mecanismos inventivos de sobrevivência. Esse duplo jogo força as pessoas que vivem nesse contexto a fazerem escolhas e definir preferências, como no caso de Mário que ao preferir o ADA preferiu também a sua própria sobrevivência em tempos de incertezas.

3.4 A sujeição pelo “medo”: o jovem ex-morador

Júlio é um jovem negro de 28 anos, com ensino superior completo, emprego estável e automóvel próprio. Mora na favela do Batan desde que nasceu e observou as muitas mudanças de sua comunidade. Por ter essa experiência acumulada sentiu na pele os últimos acontecimentos. O atual contexto tem deixado Júlio preocupado com seu futuro e do território, encarada por ele como uma forma de expansão da violência, como demonstra na entrevista realizada no início de 2019.

[Júlio] Eu me sinto *largado* aqui, a gente tá *abandonado* aqui. A UPP saiu, agora não tem segurança, não transitam mais viaturas aqui. As que transitam, só

passam. Não sei se simplesmente passam só pra passar. Mas não atuam. Visualizam situações de ocorrência, mas não atuam, só passam. Não sei porque fazem isso, mas a gente aqui tá *abandonado*. A gente tá na mão desses garotos, desses adolescentes, né? Adolescente não tem nada a perder. A gente não sabe quem transita. A maioria eu não conheço. Nunca vi aqui. Não sei se vieram de outra favela. Não é daqui. Um ou outro. Então, isso daqui tá *abandonado*. Não sei nem onde estou. Me sinto *perdido*. Eu passo muito pouco tempo aqui, com essa transição (Trecho de entrevista, grifos meus).

O informante usa a categoria “abandonado” três vezes, demonstrando seu sentimento (compartilhado por muitos moradores) após a saída da política da pacificação. A crítica aos “adolescentes que não tem nada a perder”, que não são locais e que vieram de outras favelas provavelmente para reforçar a facção na comunidade é uma das consequências da pós-pacificação. Se outrora o tráfico era “tranquilo”, em um determinado momento – quando a guerra estourou – o tráfico passou a contar com um contingente cada vez maior, vindo de outros lugares e com poucos vínculos locais. Tudo isso fez com que Júlio se sentisse “perdido”, não reconhecendo o lugar nem os costumes com os quais se habituou no passado. Ele continua a entrevista relatando sua mudança de hábito nesse contexto.

[Júlio] Eu ia ali no [nome da rua] que tem uma farmácia, mas hoje em dia eu não faço mais isso. Eu pego a minha rua que sai aqui na Av. Brasil e vou pra outros lugares. Quando eu vou à farmácia, eu vou no Ponto Chique [no bairro de Padre Miguel] comprar o que seja. Um biscoito. Eu vou ao Guanabara. *Eu não vou mais aqui. Eu evito ficar no foco ali.* Eu ia lá na praça lá em cima jogar bola e não jogo mais. Quando eu jogo, é aqui no campo perto da minha casa. É raro.

[Jonathan] Mas porque você não joga mais futebol?

[Júlio] Porque é muito lá no topo e eu não sei... A qualquer hora pode ter um tiroteio e é distante da minha casa. Eu posso voltar pra casa e ficar no meio do confronto. Eu jogava 22h da noite. Saía 1h da manhã de lá. Hoje em dia eu não posso fazer isso. 22h da noite eu tenho que estar trancado dentro de casa. Quando a UPP saiu. A gente parou de ir lá. A gente evita. *O cenário muda de uma hora pra outra aqui.* Tá tranquilo, mas é só *aparência*. Aqui são áreas tranquilas. Nessa praça aqui, na [nome da rua], minha rua é tranquila. Eles transitam, mas é raro acontecer. Mas o foco é lá no [nome da localidade] e na [nome da rua]. Eles ficam reunidos. As coisas acontecem ali. Então agora a gente sabe por alto o que acontece. Com as *redes sociais*.

[Jonathan] Redes sociais?

[Júlio] É o *Padre Miguel News*⁴⁴ [página no Facebook]. Apesar de ser de Padre Miguel, roda notícia daqui de dentro. E também amigos que moram na principal que presenciam, vão passando um pro outro. Eu só acompanho pela rede social mesmo. Então, eu só soube da guerra do tráfico. Se eu te disser que eu nem sei a facção que lidera aqui... Não sei. Mas na época eu sei que o tiroteio era intenso. Entre eles, entre eles e polícia. Intenso (Trecho de entrevista, grifos meus)!

⁴⁴ <https://www.facebook.com/padremiguelnews1/?_tn_=%2Cd%2CP-R&eid=ARCHhhcMiZtmhvUKBgTCQS2mdB7mF2kyWxMphAW1X3CfCxNGpXFTJf7T4WdhJUwTG3WW-HG0LpK_eCS> Acesso em: 30/06/2020.

O contexto de expansão da violência a partir da reorganização do tráfico fez com que os moradores mudassem seus hábitos em função dos riscos a sua integridade física. Júlio se sentiu obrigado a evitar circular pela favela e a deixar de jogar futebol em função dos perigos que essas atividades cotidianas podem assumir nessa conjuntura incerta. Por essa razão prefere se deslocar até um bairro vizinho para ir a uma farmácia ou ao supermercado. O temor de um possível tiroteio entre quadrilhas rivais é o grande motivo pelo qual o morador evita transitar na comunidade, como ele mesmo afirmou “o cenário muda de uma hora pra outra”. Por mais que ele, assim como outros, entendam que existem áreas do Batan mais propensas ao perigo em função de estarem servindo de abrigo para a firma – como dito anteriormente o tráfico na favela está localizado em áreas específicas, e por esse motivo o “clima da favela” (CAVALCANTE, 2008) entre início de 2018 e meados de 2019 era de aparente “tranquilidade” – ainda assim Júlio adverte que essa tranquilidade pode ser quebrada a qualquer momento, pois o Batan está em guerra constante com outras áreas que buscam mudar a bandeira do tráfico local para o TCP.

Outro ponto curioso, que diverge radicalmente do período anterior (controlado pela milícia e depois pela UPP), é a utilização das redes sociais como termômetro e indicador dos conflitos faccionais nas favelas cariocas. Nos últimos anos houve uma proliferação de páginas de cunho jornalístico investigativo de bairros que cobrem as situações locais, que quase nunca apareciam na grande mídia (digital ou impressa). Essas imprensas de bairro têm o seu pilar nas redes sociais, especificamente no Facebook e no Twitter duas das maiores redes sociais do mundo com milhares de seguidores. Esses espaços virtuais servem para informar os moradores sobre o “clima do morro” (CAVALCANTE, 2008) minutos ou horas depois dos ocorridos, o que facilita na identificação dos perigos e nas estratégias de combatê-los.

Esse atual contexto tem produzido nos moradores uma espécie de estratégia de minimização aos possíveis riscos reais e supostos da violência, onde as pessoas evitam interagir no território, como forma de mitigar os perigos enfrentados. Esse receio do território faz com que os moradores fiquem desatualizados dos acontecimentos, como o caso de Júlio. Essa desatualização reforça um sentimento de incerteza que o governa fazendo modificar sua rotina e adequar-se ao atual contexto. Pelo fato de não saber “a facção que lidera aqui” ele mostra que não sabe as regras a serem seguidas e isso informa ao conjunto dos moradores que as regras de hoje podem não servir amanhã. Tudo isso produz um profundo sentimento de incerteza que potencializa a insegurança dos

moradores fazendo com que eles tomem atitudes drásticas como o exemplo de Júlio a seguir.

[Júlio] Cara, hoje tá voltando a ser ruim porque eu saio na rua e tem garotos que estão envolvidos que eu nunca vi na minha vida. Eu saio na rua e tem uma pessoa diferente. Outro dia eu saio e tem outro diferente. Eles transitam com radinho, armas a mostra.

[Jonathan] Aqui? Em que parte?

[Júlio] Aqui, pô. Na minha rua passa. Porque eu moro nessa principal aqui na [nome da rua] e o foco é lá no [nome da localidade]. Aí, eles transitam por aqui. Não sei se tem bocas, tem lugares estratégicos por aqui. Mas eu acho que tem. Eu vejo muito transitar. Inclusive, mês passado eu estava chegando no trabalho e no final da minha rua tinham dois batendo em outro garoto. Usando aquelas gírias lá e com madeira batendo no garoto e o garoto espantado, aparentemente embriagado. Acho que agora está tendo baile lá em cima. Esses dois garotos armados e um deles apertando o gatilho e falhando pra cima do garoto. Nunca vi isso aqui e agora tá se tornando normal, né? Então, as coisas estão mudadas e mudando pra pior. Os valores das casas estão caindo muito, *tá todo mundo querendo sair. Eu, inclusive vou sair. Vou morar em Campo Grande justamente por isso. Por conta disso. Vou, mas minha irmã vai ficar. Vai continuar o sofrimento. Mas eu espero que mude, cara. No momento atual, tá ruim. Tá voltando à época ruim dominada pelo tráfico* (Trecho de entrevista, grifos meus).

O atual contexto do Batan marcado pelo medo é para Júlio a gota d'água. Com o objetivo de garantir sua segurança, optou por sair da favela e morar em Campo Grande, outro bairro da Zona Oeste, mais afastado do centro da cidade. O fato de ter um emprego estável auxiliou em sua busca por outro lugar para morar. A escolha por esse novo bairro é curiosa, pois Campo Grande é uma área considerada uma das mais tranquilas da Zona Oeste por ter pouca ou nenhuma influência do tráfico de drogas. Na verdade, a área é considerada uma espécie de quartel-general dos grupos paramilitares, mais conhecidos como milícia. Esse fato deve, provavelmente, ter influenciado na escolha de Júlio por esse bairro, pois estava querendo fugir das disputas entre quadrilhas rivais no Batan. O interlocutor ainda revela que “tá todo mundo querendo sair” o que indica que o sentimento de insegurança é generalizado entre os moradores. Uma das características positivas do processo de pacificação no Batan foi justamente o orgulho de morar em uma área que não haveria trocas de tiros, nem controle do tráfico e da milícia. Esse orgulho restaurou laços familiares rompidos pelo tráfico/milícia no Batan⁴⁵.

⁴⁵ Em pesquisas anteriores (2017 e 2018) expliquei que o processo de pacificação no Batan provocou um duplo sentimento nos moradores. Por um lado, eles resgataram o orgulho de morar em uma região não mais controlada por grupos armados (milícia ou tráfico), tendo reatando laços familiares outrora rompido pelo medo do crime, como o caso de uma senhora que contou que “após a UPP seu irmão que não a visitava há anos por medo do tráfico/milícia passou a visitá-la regularmente” (DA MOTTA, 2018, p. 320). Por outro lado, esse mesmo processo levou gerou o empobrecimento em função da regularização dos serviços de luz e água.

Todos esses elementos corroboram o sentimento de incerteza e como ele captura a subjetividade dos moradores dessa favela. Os que tem condições, principalmente financeira – como Júlio –, conseguem fugir do medo e da insegurança que representa o território do Batan. Ou seja, a capacidade de fuga dessa realidade é circunscrita pelas hierarquizações de classe. Os moradores que não possuem condições materiais são obrigados a se adequarem a essa conjuntura, criando formas de viver e sobreviver que os afastem dos perigos recorrentes. Toda essa conjuntura também faz com que o passado seja acionado como o ideal e o presente como algo corrompido. Essa relação produz legitimidade a certos ordenamentos territoriais e deslegitimidade a outros. A antiga milícia que atuou no Batan volta com uma elevação moral repleto de saudosismo, como no caso de Júlio que apesar de ser jovem acompanhou de perto as múltiplas mudanças dos ordenamentos locais.

[Júlio] Eu acompanhei tráfico, milícia, UPP e sempre todo processo, havia mudança. Infelizmente, a mais *positiva*, apesar de ser *errada*, o que mais beneficiou o bairro foi a *milícia* porque a UPP sempre foi omissa em tudo. Na época da UPP era UPP e tráfico. *UPP de um lado e tráfico do outro*. Então, você via que o serviço era falho, né? Ou fingiam que não viam, faziam vista grossa. Mas, a *lei da milícia que é a polícia mineira, é que funcionava aqui no bairro*, entendeu (Trecho entrevista, grifos meus)?

Júlio sentiu na pele todas essas mudanças políticas e criminais. Essa experiência o ajudou a formular convicções morais a respeito desses diferentes processos. Ele pode ser considerado um “viúvo” da governamentalidade militarizada, diante disso, para ele, a milícia foi o regime mais “positivo”, mesmo sabendo que era “errada”. Essa formulação mostra como os moradores, em especial aqueles inseridos em situações de profundas mudanças estruturais do contexto social, se ancoram no passado para construir seus futuros. A milícia do passado, ainda hoje, é legitimada pelos moradores do Batan pela eficiência na gestão da ordem moral, enquanto o tráfico é deslegitimado em função de sua estrutura interna e na sua mudança de mentalidade optando por uma nova racionalidade econômica. Desavenças internas, “golpes de estado”, guerras intensas, trocas de tiro, tráfico de drogas a varejo, são elementos moralmente indefensáveis para a maioria dos moradores de favela. Ainda que ajam vinculações morais ao tráfico de drogas, essas são situacionais, estratégicas ou clientelistas, são raras as pessoas que tem empatia pela atividade do tráfico e pelos bandidos. Esse jogo de legitimidade e deslegitimidade foi acionado por Júlio para lidar com o contexto atual da pós-pacificação como forma de preferência moral.

O “quadro de referência” (L’ESTOILE, 2014) de Júlio é informado pelo que há de pior em relação ao domínio do tráfico de drogas. Ele entende o mundo do Batan como um lugar degenerado pela expansão da violência dos últimos anos. Seu “campo de oportunidade” se dá pelo abandono de seu lugar de moradia, reforçado pela sua condição de classe. Por ser economicamente privilegiado, quase uma “burguesia favelada” (MACHADO, [1967] 2011), ele obteve condição material para agir sobre esse “mundo” da forma que agiu. Isso significa que seu “campo de oportunidade” está diretamente relacionado a sua classe social.

Júlio, um jovem morador, foi capturado, como muitos, pelo medo e pela insegurança que embala o cotidiano da favela do Batan. Pelo recorte de classe teve condições materiais de sair da comunidade e morar em um bairro supostamente mais seguro. Toda sua experiência de morador, de dor e alegria, fez com que tivesse uma empatia pela antiga milícia e pelas suas leis em função do profundo controle moral e da ordem que esse grupo mantinha localmente. Essa forma de atuar da milícia foi um dos grandes elementos de legitimação desse grupo com os moradores. É interessante notar, no caso de Júlio, como o contexto de incerteza e insegurança fez com que se autovinculasse moralmente à milícia e a seu domínio, ainda que esse modelo de atuação fosse errado. Portanto, contextos de profundas mudanças que geram riscos à segurança dos moradores fazem com que eles legitimem certas criminalidades em detrimento de outros.

3.5 Tráfico, milícia e roubo: o medo e o receio do funcionário público

José é um senhor, branco e funcionário público que trabalha na guarda municipal a mais de 20 anos. Dos seus 55 anos de vida, a 26 ele mora no Batan, o que lhe deu uma longa experiência em assuntos polêmicos que normalmente as pessoas têm receio de falar. Por ter uma personalidade segura e bastante irreverente compartilhou comigo importantes informações sobre o campo. Apesar de ser corajoso e tratar abertamente de temas controversos, a atual conjuntura vivida pelos moradores do Batam fizeram com que o interlocutor também tivesse que se adequar para evitar os riscos do cotidiano. Sitiado entre o receio do tráfico, da milícia e dos roubos, os moradores precisam, sempre que possível, tomar cuidado com o que falam e onde falam. A expansão da violência tem

cerceado a fala dos moradores, mesmo os mais corajosos, como José, precisam tomar certos cuidados ao tratar sobre os ocorridos no Batan.

[José] Então assim, depois da saída [da UPP], eles assumiram [tráfico de drogas] e então impõem a situação deles. Então assim, é... *o que a gente tem que evitar aqui no máximo é, esses comentários que eu faço, na rua jamais, jamais!* Porque o primeiro deles, se não te matar, eles te expulsam e dá menos de 24h pra tu sair como já houve aí dentro, já houve aí dentro de expulsar o morador. E esse mesmo pessoal que hoje tá aí, eles... um dos comerciantes que não aceitava o tráfico na porta da venda dele [voz baixa], o cara foi morto ali mesmo. Os caras chegaram de moto. Então assim, é... você tem que passar e fingir que não vê nada. Deixar a situação rolar.

(...) Mas assim, *tem muita gente estranha aí dentro. Pessoas que vieram de outras comunidades tão morando aqui dentro.*

[Jonathan] Isso aconteceu a partir de que período?

[José] A partir da saída da UPP. E a gente sabe que são pessoas... Não são todas também. Como eu falei, a gente sabe que uma parte é ligada a eles. Ela [referência à esposa] até fala às vezes comigo, toma cuidado com o que fala na rua. Às vezes eu falo alto, às vezes eu tô falando e os cara tão passando aqui na porta. Fica parado aqui. Então assim, é complicado por causa disso. Tem que saber com o que tá lidando e com quem tá falando. Então assim, como eu te falei, dentro aqui do Batan tem os simpatizantes e tem aqueles que realmente fecham com o tráfico, que vira e mexe tá fazendo o papel de mula. Isso aqui é um corredor. Pode-se dizer que é um corredor porque tem o Batan e tem a [nome da localidade] aqui na frente. Então a gente sabe que os caras fazem a ponte de carregamento de droga. Ida e volta. Então assim, *a gente tem que tomar cuidado* (Trecho de entrevista, grifos meus).

O perigo da fala é perceptível para o morador do Batan. Críticas públicas ao tráfico de drogas representam risco de vida ou de permanência na comunidade. Nesse sentido, José, um dos mais importantes interlocutores desse trabalho me concedeu entrevista em sua residência devidamente trancada e alternando o timbre de voz em certos assuntos. Polêmicas como a morte de um morador que não aceitou a venda de drogas perto da sua residência são narradas em voz baixa para evitar qualquer tipo de mal-entendido que possa causar risco a sua integridade ou da família. Sua afirmação de que jamais faria aqueles comentários na rua revela, assim como a passagem anterior, que existem lugares específicos que é permitido ou não falar certos conteúdos. Essa estratégia é um “dispositivo de defesa” (MACHADO E LEITE, 2008) que serve como mitigador do risco de violência física. No atual contexto de incerteza do Batan, os moradores precisam ajustar suas falas críticas para não sofrerem nenhum tipo de violação.

O fato de o tráfico local estar em guerra faz com que os criminosos de outras localidades se aloquem no Batan para defender o território de mãos inimigas. Essa fixação de pessoas “de outras comunidades” criou no interlocutor uma sensação de que as ruas estão mais vigiadas que anteriormente – mesmo que somente em áreas específicas. Com

isso, é preciso ter cuidado redobrado com o que se pode falar no espaço das ruas. Essa preocupação não é só de José, mas de sua família, pois seu jeito falastrão e um timbre alto, faz com que sua família acredite que essas características de sua personalidade possam comprometer sua segurança e reforçam o pedido para que tome cuidado com sua fala dentro do espaço público do Batan – espaço público entendido nesta pesquisa como um lugar geograficamente definido compartilhado coletivamente por moradores e pessoas que circulam por esse território. Nos termos de Roberto da Matta (1997) os espaços públicos na comunidade seria as ruas, vielas e becos, locais de vigilância e de controle da firma criminal.

Receio do que falar (e aonde) em um contexto dominado pelo tráfico de drogas é uma das questões complexas que perpassam a vida de José. Como demonstrado na seção 2.6, a milícia e o tráfico tinham um acordo na favela do Batan: o tráfico fazia a gestão da ordem e a venda de drogas e a milícia explorava alguns serviços como o gás e o gatonet. A característica da milícia na comunidade depois da pacificação foi definida como uma presença espectral, visível e invisível. Essa tática mascarou a presença desse grupo contribuindo para que não houvesse um desgaste de legitimidade de estarem juntos com os bandidos que sempre combateram. Um exemplo da forma como a milícia é experimentada nesse contexto pode ser percebida a partir do receio do interlocutor em que alguém da milícia o veja comprando gás de cozinha em outro lugar fora favela.

[José] Cada gás aqui custa 92 reais. Eu paguei 63 reais do outro lado [fora da favela] ontem. Peguei meu carro e fui pra lá.

[Jonathan] Mas você consegue comprar em outro lugar e vir pra cá?

[José] *É claro que eu não vou ficar comentando isso!* Mas assim, eu boto dentro do meu carro e vou lá fora, filhão. *Nunca fiquei sabendo nessa gestão agora desse pessoal, eu nunca soube deles assim “Ah... tem que comprar aqui!”*. Nunca houve esse autoritarismo não. Pessoal tranquilo. Então assim, mas eu, particularmente, eu não compro gás aqui dentro. Não vou pagar. Até porque tenho reserva de gás, meu botijão tá sempre cheio. Então, quando acaba um, já boto o outro. Uma semana vou lá e já deixo um de reserva (Trecho de entrevista, grifos meus).

Por mais que o tráfico de drogas dê a linha política e faça a gestão da ordem no Batan, a milícia nunca foi esquecida e, em certo sentido, temida pela sua lembrança ou pela possibilidade de conflitos. Milícia, assim como tráfico, é entendida como sinônimo de autoridade em algum nível. Quando José vai comprar gás escondido em outro bairro demonstra o receio que ainda tem da milícia e de certas coerções caso seja descoberto. Sua estratégia é sempre deixar um botijão de gás de reserva e se planejar para comprar o gás em algum local mais barato. Como o gás é um elemento fundamental para a vida dos

moradores, a milícia se beneficia desse fato e coloca o preço do gás absurdamente alto. A diferença entre o preço cobrado na favela do Batan e o lugar que o interlocutor comprou seu gás é de 31 reais, 46% mais caro.

Nesse sentido, a milícia no Batan instaura no cotidiano dos moradores uma coerção econômica tácita. Por mais que não haja, claramente, nenhum miliciano impondo a compra de serviços monopolizados pela milícia – como havia antes da UPP – os moradores se sentem acuados, mesmo após seu suposto enfraquecimento. A capacidade da milícia em se articular por debaixo dos panos, de forma não visível, alimenta o medo e o receio dos moradores em quebrar regras anteriormente estabelecidas por esse grupo. Isto posto, o exemplo de José é interessante para pensar sobre as formas de atuação da milícia e como essa lembrança conecta passado e presente, no caso do Batan, remodelando relações de poder. A milícia local, apesar da conjuntura do domínio do tráfico, continua viva e produtora de ordem na comunidade – uma ordem tácita, transversal e difusa –, obrigando os moradores a remodelarem suas formas de vida e criarem estratégias para subverter esse poder, como o caso de José.

Tráfico e milícia perpassam a vida dos moradores do Batan fazendo-os se adequar ao contexto e criar mecanismos inventivos, às vezes para subverter o poder desses grupos ou apenas para afastar os riscos e garantir a sobrevivência. Outro elemento violento tem tirado o sono de quem mora e circula do Batan: o aumento dos crimes ao patrimônio (roubos e furtos). Como debatido em outro capítulo, a saída da UPP aprofundou um cenário de crimes patrimoniais que aumentavam na comunidade. Facilitada pela forma de atuação situada da atual firma, os roubos e furtos, assim como o tráfico e milícia, tem alterado as formas de viver a vida na comunidade, como mostra a narrativa de José.

Hoje pra tu sair aqui, tem que primeiro olhar, vê como é que tá a situação e sair com teu carro, fecha o portão e vai embora. *Hoje em dia não dá pra tu colocar o carro ali fora.* Eu tinha hábito de lavar o meu carro lá fora. *Não lavo o carro lá fora. Agora, é aqui dentro.* E quando eu chego, já boto o carro aqui dentro, *rápido.* Como eu te falei, época de verão você não pode ficar sentado na calçada ali, com teu *tablet*, com teu computador, ficar ali trabalhando, que passam de carro ou de moto... A dupla passa, volta e diz: “Irmão, perdeu!”. É muito fácil. Como aconteceu aqui, pô. Levou o celular e o *tablet* da vizinha aqui de cima. Os caras foram, aí voltaram. Quando voltaram, já desceram e levaram tudo. Então assim, o meu medo é esse (Trecho de entrevista, grifos meus).

Os assaltos tiram o sono dos moradores e os obrigam a mudarem hábitos rotineiros. Atividades cotidianas tradicionais na comunidade, como lavar o carro na rua, ou ficar sentado na porta de casa portando objetos eletrônicos como *tablets* e celulares geram a cobiça de assaltantes rivais do Batan e, conseqüentemente, insegurança aos

moradores. Essa adaptação à expansão da violência é um mecanismo que os moradores têm para afastar os riscos. Quando José se sente obrigado a não lavar seu carro na rua, a entrar em casa rápido e a não permanecer na rua com objetos de valor ele tem seu modo de vida modificado por um poder exercido por bandidos rivais que se aproveitam das condições desiguais de ocupação do território do tráfico local.

O interlocutor tem um “quadro de referência” (L’ESTOILE, 2014) que estrutura a percepção das coisas referente ao mundo social do Batan a partir da reorganização e controle territorial do tráfico e sua autoridade violenta; a milícia e a coerção tácita aos moradores, principalmente a compra de gás; e o aumento dos crimes patrimoniais. Todas essas experiências de medo e receio produzem um “campo de oportunidade” (ibid) que modifica o modo de vida do morador, estabelece o receio de falar certas coisas nos espaços públicos da favela; a necessidade de criar estratégias como comprar gás em outro lugar discretamente; e o fim da lavagem do carro na rua e da utilização de aparelhos eletrônicos em conversas fora de casa.

A experiência de José é atravessada por vários riscos e perigos fomentados pelo contexto da pós-pacificação. A expansão da violência, característica mais fundamental nesse contexto no Batan tem remodelado a vida e a forma de habitar a comunidade. O controle político do tráfico de drogas, a coerção tácita da milícia aos produtos primordiais como o gás de cozinha produzindo profundos prejuízos financeiros o medo dos roubos e dos assaltos produz a reboque sujeição e contornamentos. Ao mesmo tempo em que essas situações acontecem na vida de José, ele as modifica, seja de forma criativa subvertendo a ordem tácita da milícia de comprar gás somente na comunidade, seja agindo com prudência em relação ao que e onde se fala, ou ainda resguardando seus bens materiais. A experiência de José é uma das formas de viver e sobreviver no regime de incerteza que toma conta da favela do Batan.

3.6 A incerteza como modo de vida

Os quatro casos apresentados são uma pequena parte de viver e (sobre)viver na incerteza em um universo muito mais amplo e com um repertório de práticas sociais distintas. Esses casos indicam questões interessantes sobre o novo contexto vivido pela favela do Batan após o fim da Unidade de Polícia Pacificadora. O regime de incerteza que vigora pode ser entendido como um modo de vida, ou seja, cada um dos moradores

dessa comunidade vivencia esse governo de forma e intensidade distintas, mas todos, sem exceção experimentam essa lógica. Moradores, comerciantes, traficantes e usuários vivenciam, cada um à sua maneira, essa realidade.

Esse capítulo buscou mostrar como a abrupta mudança social (fim da UPP e expansão da violência) condicionaram um cenário incerto, que capturou a subjetividade e as ações sociais dos moradores em um tipo de governo. Essa transformação social modificou também os “quadros de referências/campos de oportunidade” (L’ESTOILE, 2014) e os “espaços de referências/horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 2006). Isso significa que para sobreviver nessas condições adversas os moradores do Batan precisam modificar seus antigos hábitos, suas práticas e suas crenças, além de desenvolverem formas criativas de burlarem essa sujeição provocada pela incerteza.

Criatividade para subverter a ordem do tráfico e uma boa leitura da conjuntura ajustou o modo de vida de Maria. Sagacidade, habilidade para o “desenrolar” aliado a ter um parente na alta hierarquia do tráfico foi, no caso de Mário, fundamental para a manutenção da sua vida. Já a condição financeira ancorada a um pertencimento moral pela ordem e anti-tráfico foi decisivo para fugir do medo e da insegurança, como no caso de Júlio. Por fim, a adaptabilidade aos contextos de risco, como evitar falar certas coisas na rua da favela e evitar a sociabilidade com objetos de valor em espaços públicos, aliado com uma boa estratégia e sutileza na hora de comprar gás em outro lugar foi essencial para manter o orçamento familiar equilibrado e afastar os riscos e perigos, como no caso de José.

Nesse sentido, para viver e (sobre)viver neste lugar neste momento de indeterminação se faz necessário ter criatividade, coragem e sapiência para romper a sujeição do tempo presente. Por outro lado, para suprimir e escapar dessa realidade é necessário ter condições materiais para morar em outra área, menos incerta. A incerteza no Batan é um modo de vida que abarca múltiplas formas sociais de existência no território.

Considerações Finais: tráfico, milícia e governo dos pobres

A presente etnografia buscou mostrar a mudança social e de ordenamentos territoriais ao longo do tempo, levando em consideração a experiência de certos moradores e suas formas de sujeição e subjetivação. Viver e sobreviver nesta favela ultimamente tem gerado certas situações complexas em que a dificuldade de presumir os acontecimentos cotidianos têm forçado os moradores a remodelarem sua própria forma de existência e de se relacionar com o território.

O Batan passou da categoria socioespacial de região da Zona Oeste para uma favela violenta com a territorialização do tráfico nos anos 1980. Para contrapor essa visão negativa que a categoria favela adquiriu ao longo do tempo, os moradores passaram a se referir ao território como comunidade. Com a fixação do tráfico e sua característica política (no sentido schmittiano do termo) e mimética (GRILLO, 2016), uma série de conflitos e episódios de violência tiveram este lugar como palco. A firma que controlou o Batan tinha como atributo ser pouco assistencialista com os moradores e ter altos cargos criminais ocupados por bandidos de outras favelas, que não eram bem vistos localmente. Esse fato, dificultou a legitimação da firma e abriu caminho para o controle da milícia.

Em 2007 um grupo de milicianos conhecidos como Águia invadiu a favela do Batan dizimando os bandidos de lá. Eles tiveram o apoio dos moradores por serem, a maior parte, “crias” daquela localidade. A atuação desse grupo era radicalmente oposta ao tráfico, pois tinham como pilar o clientelismo paternalista e o rígido controle das moralidades. Essa atuação enfática contra as “pessoas de mal” colaborou decisivamente para o alto grau de legitimidade do grupo Águia, além de contribuir para a formação de uma espécie de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) como forma de diferenciação moral daqueles moradores.

Em 2008 esses mesmos milicianos torturaram uma equipe do jornal O’Dia, gerando uma enorme comoção nacional. Após esse evento, seus líderes foram presos e o grupo Águia supostamente havia se ‘desarticulado’. Porém, a racionalidade governamental operativa desse grupo continuou a ser fomentada por outros agentes que buscavam manter o território moralizado. Algum tempo após o incidente um DPO foi instalado na comunidade comandado pelo tenente do Bope Wolney (conhecido como “xerife da paz”). Seu comando seguia a mesma lógica da milícia, coibição das pessoas

desviantes e defesa das “pessoas de bem”. A intensidade utilizada para aplicar essa técnica de poder, era consideravelmente menor comparado a milícia; o “xerife da paz” apenas revistava e agredia moradores suspeitos, enquanto a milícia arbitrava sobre a vida e a morte dessa população.

Meses após a inauguração do DPO, uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi instalada no Batan. Seu primeiro comandante foi o capitão Eliezer que manteve a lógica de repressão aos “indesejados” (MENDONÇA, 2014) dos ordenamentos anteriores. Na prática, o que ocorreu foi a institucionalização de certas práticas de coerção moral da milícia com uma roupagem legalista. Nesse sentido, milícia, DPO e UPP (nos anos iniciais) podem ser caracterizados por uma governamentalidade militarizada ancorada no controle da moralidade pela coerção física.

Em 2011 com a saída do comandante Eliezer começaram as críticas ao projeto de pacificação. Os moradores entendiam que com aquela mudança a UPP deixava de ser atuante no combate aos usuários de drogas e as “pessoas de mal”, fazendo com que o território retrocedesse do ponto de vista da gestão da ordem. Essa situação estabeleceu uma certa desconfiança dos moradores acerca do projeto que perdurou até 2015, quando a crise da UPP Batan foi aprofundada pela crise que passava o Estado do Rio de Janeiro.

Esse período confluiu com a gestão do tenente Carvalho, considerada sintomática, não só por representar o auge da crítica ao projeto de pacificação, mas porque nesse período essas críticas se qualificaram, não mais como “falta de atuação”, mas como suspeita de corrupção policial causada por acordos com traficantes locais – que ficavam cada vez mais fortes na comunidade. Aliado a essa conjuntura, havia o aumento dos crimes patrimoniais que contribuíram para a sensação de insegurança na favela.

No início de 2018 a UPP foi fechada pelo gabinete da intervenção federal, que controlava a segurança pública da cidade à época, piorando o cenário já difícil para os moradores daquela favela. Por mais que a UPP não fosse atuante como gostariam a maioria da população local, ainda sim ela inibia certas práticas de violência, principalmente os roubos – em 2015 foram registrados 29 casos, enquanto que em 2018 foram registrados 164. Esses números dão o tom da insegurança no território do Batan pós-UPP.

Além de todo esse conjunto de situações complicadas, o tráfico no Batan deixava de ser considerado “tranquilo” e passava a ser considerado violento. Em 2018 uma série de conflitos, guerras e golpe de Estado entre a facção ADA e TCP, fizeram do Batan uma das regiões mais disputadas da Zona Oeste. A milícia também aparecia nesse contexto como uma possibilidade, alimentada pelo saudosismo de muitos moradores. É evidente que essa possibilidade não era da antiga milícia que controlou a comunidade entre 2007 e 2008, mas sim uma nova milícia possivelmente associada a facção TCP.

A saída da UPP, a volta do tráfico, as disputas entre facções criminais inimigas, o aumento dos crimes patrimoniais e os rumores da milícia são identificados por essa pesquisa como um contexto de expansão da violência que produziu um sentimento de incerteza nos moradores do Batan. Sentimento esse que se generalizou passando a governar as ações práticas dessas pessoas, mudando hábitos naturalizados no cotidiano.

A incerteza é um sentimento coletivo que se tornou um regime de governo que estrutura o campo de ação (FOUCAULT, 1995) da população local. Isso significa que não é o tráfico, a guerra, os roubos ou a milícia que governam o Batan. Mas sim a justaposição dessas situações, aliada à impossibilidade da reprodução do modo de vida anterior a saída da UPP, obrigando os moradores a redefinirem suas formas de viver a vida.

Selecionei quatro casos para elucidar como a incerteza capturou a subjetividade e as ações sociais dos moradores, forçando-os a criarem mecanismos inventivos para viver e (sobre)viver nesse contexto. A criatividade, aliada a uma boa leitura da conjuntura, ajudaram Maria a subverter as ordens do tráfico e a ajustar seu modo de vida e seu exercício político. A sagaz habilidade para o “desenrolo” e a alta posição hierárquica de um parente nos quadros da criminalidade local, foram fundamentais para a manutenção da sobrevivência de Mário. Já a condição financeira ancorada a um pertencimento moral pela ordem e por um certo anti tráfico, foram decisivos para fugir do medo e da insegurança, como ocorrido com Júlio. Por fim, a adaptabilidade aos contextos de risco, a auto censura a respeito do que se fala e de como se relaciona com objetos de valor no espaço público, além de uma engenhosa estratégia para insurgir contra o monopólio econômico da milícia, foram fundamentais para manter o equilíbrio econômico familiar e afastar os riscos a vida, como mostra a experiência de José.

Esse trabalho não busca fazer uma conclusão estruturada fechando pontos e propondo uma nova forma de pensar ou uma teoria. Em vez disso, buscarei levantar alguns pontos e questões que acredito serem interessantes para os estudos contemporâneos de favela, violência e organizações criminosas. Não acho que as indagações propostas se qualifiquem como uma defesa de uma agenda de pesquisa, até porque eu não teria competência intelectual para tal. Porém, o que pretendo com essa explanação é despertar a curiosidade de outros pesquisadores sobre esses temas, indicando possíveis aproximações e afastamentos.

Até recentemente o devir dos bandidos cariocas tinha a ver com o reconhecimento público da facção e da firma local, a “consideração”. Normalmente esses criminosos queriam ser conhecidos, pelos sistemas de rumores e pelas músicas de funk, como alguém que tem “disposição” para enfrentar os inimigos. Grillo (2016) explica que a ideia de “disposição” está atrelada a de valentia e impiedade, como qualidades intrínsecas dos bons criminosos. É a conjugação desses quadros criminais (bandidos) com “disposição” que faz com que uma facção tenha a fama de valente e sanguinária, disposta a exterminar seus inimigos e criar identificação entre os jovens, canalizando sua “revolta” de forma romântica (ibid, 2016). Esse era o “quadro de referência” (L’ESTOILE, 2014) da criminalidade carioca até o fenômeno das UPPs do final dos anos 2000.

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora em algumas favelas do Rio de Janeiro, como aponta (MENEZES, 2015), fez com que o “traficante ideal” passasse a ser, não somente o que tem “disposição”, mas o que também tem a capacidade de “manter-se na atividade”. Ou seja, um bandido que necessita usar a “mente” fazendo cálculos constantes e se antecipando aos riscos. Esse novo bandido, inspirado pela abrupta mudança de contexto com a chegada da UPP, remodelou seu “quadro de referência” adicionando a cautela e a estratégia como forma de atuar nesses territórios regulados pelas forças estatais. É importante salientar que a autora não defende que essas qualidades de “cálculo e antecipação” substituíram a “disposição”, na verdade, elas se conjugaram formando uma “tensão psicológica” que seria a característica da criminalidade contemporânea.

Nesse sentido, é interessante perceber como a mudança de contexto modifica a atuação do crime organizado. É justamente sobre essa relação que a presente pesquisa busca apontar para uma questão a respeito das condutas do tráfico de drogas a varejo

territorializado em favelas cariocas. Defendi na seção 2.4 que há uma possível mudança no “quadro de referência” do crime carioca, em que uma racionalidade econômica estruturada pelo lucro imediato, pela mudança de facção visando um plano de carreira mais estável (e rentável) e uma maior diversificação de fontes de exploração – processo que chamei de milicialização do tráfico –, tem sido praticada por vários grupamentos de bandidos (bondes), inclusive gerando uma das maiores crises internas em uma facção criminosa carioca, o ADA. Defendo ainda que essa mudança está relacionada com a crise da economia da droga que tem afetado a cidade. Esse é um dos caminhos que pretendo investigar adiante, pois essa pesquisa não teve condições de dimensionar esse fenômeno, somente apontar para essa questão. Necessita-se de pesquisas etnográficas que aprofundem a narrativa da crise das drogas ilícitas, mensurando seus efeitos nas práticas criminais situadas no tempo e no espaço. As possíveis rearticulações e agenciamentos das amizades e das inimizades nesse novo contexto. As consequências para as facções criminosas dessa nova racionalidade econômica. Perguntas como: será que o ADA acabou? Voltamos ao sistema bilateral de disputa entre bandos armados pautados pelo CV e pelo TCP? E a milícia continuará aliada ao TCP ou vai se manter neutra como já fora um dia? Podem embalar a curiosidade de outros pesquisadores que se dediquem a investigar essas questões para que possamos compreender melhor as mudanças nas linhas de força da criminalidade carioca e as consequências para os moradores de favela.

A bibliografia clássica sobre milícia (ALVES, 2003; ZALUAR e CONCEIÇÃO, 2007; BURGOS, 2008; CANO E DUARTE, 2012) deram conta que essa organização era profundamente distintiva ao tráfico, quando não antagônica. Sua estrutura era baseada na venda de proteção e na exploração monopolista de certos serviços, como água, gás, transporte complementar e gatonet. Seu poder e legitimidade se sustentavam no que Marcella Araújo (2017) denominou como “obediência negativa”, entendido como “o medo de viver com medo”. Isso significa que o medo de uma invasão do tráfico – e os riscos recorrentes de viver em uma área dominada por esse tipo de governo –, fazia com que os moradores se submetam a pagar as taxas de segurança cobradas por esses milicianos. Essa “autoridade forçada” é legitimada porque, no entendimento desses moradores, o medo da força do tráfico é muito maior que da milícia.

No caso do Batan, a milícia mostrava sua face moralizante e escondia suas relações econômicas. Por ser uma organização de raízes locais e ter como estratégia uma espécie de paternalismo assistencialista, ela foi identificada como muito melhor que o

comando do tráfico. Sua ordem protetora era tão importante para a maioria daquela população que eles se associaram moralmente em uma comunidade imaginária que era pautada no controle das “pessoas de mal”. Com a prisão dos líderes da milícia após a tortura dos jornalistas do O’Dia em 2008, o grupo saiu de cena, deixando de ordenar o território, fazendo com que muitos moradores acreditassem que ela havia se ‘desarticulado’. Mesmo com essa suposta desarticulação, a lógica de atuação da milícia, identificada nesse trabalho como governamentalidade militarizada, continuou a ser praticada por outros ordenamentos legais, como o DPO e a UPP nos anos iniciais. Isso significou que a milícia no Batan, mesmo com pouco tempo de governo (2007 a 2008) deixou um legado para os outros ordenamentos de como pacificar o território, eliminando e punindo os “indesejados” (MENDONÇA, 2014) e os desviantes.

O interessante dessa situação é que as práticas identificadas como “de milícia” – essa estrutura disciplinadora dos corpos –, podem ser copiadas por outros regimes, inclusive regimes legais. Isso mostra como aquilo que os moradores experimentam como ações milicianas não necessariamente são frutos de uma organização de paramilitares territorializada, mas sim uma técnica de poder e governo aplicada por pessoas ou grupos que tiveram em algum nível treinamento militar e focaram na moralização do território. É justamente essa nova forma de enquadrar os estudos de milícia que eu acredito que esse trabalho tenha contribuído para um debate mais profundo sobre o tema. Afinal, muitos moradores identificam o tenente Wolney, por exemplo, como um miliciano em vez de um representante legítimo do estado a frente de um DPO. Foram as técnicas de poder aplicadas por ele que fizeram com que os moradores o formassem como análogo a um miliciano. Assim como Wolney, o capitão Eliezer aplicava as mesmas técnicas de disciplinarização. O que diferenciava o segundo do primeiro era que ele não agia sozinho, ele tinha uma equipe de policiais que o ajudavam a “manter a ordem”, isso tirava o caráter personalista e mandonista que havia na gestão de Wolney, fazendo de Eliezer, não um miliciano, mas um bom policial. Nesse sentido, gostaria de refletir, em outro momento, os limites entre milícia, polícia e autoritarismo e em que situações a gestão coercitiva da ordem local é legitimada e em que situações ela não é legitimada?

Como vem apontando Duarte (2019) e Arias (2013) as divisas entre tráfico de drogas e milícia estão cada vez mais se encurtando. Tráfico extorquindo moradores, milícia vendendo drogas ilícitas e acordo de cooperação mútua e divisão das receitas entre ambos, tem mostrado como a fronteira que separava essas duas organizações tem ruído.

Contudo, como aponta Arias (2013), se em relação às práticas milícia e tráfico estão se assemelhando, do ponto de vista político a diferença ainda é enorme. A milícia continua tendo envolvimento com o alto escalão político, enquanto o tráfico se limita a relações clientelistas contextuais. Um bom exemplo para elucidar esse argumento são as operações policiais⁴⁶. Em 2019, na Zona Oeste (AP-5), foram realizadas 18 operações policiais em área de milícia (Campo Grande a Santa Cruz); enquanto que em área de tráfico (entre Bangu e Realengo) ocorreram 40.

Por mais que tráfico e milícia tenham se aproximado nos últimos anos, não podemos perder de vista que eles são organizações diferentes, que mobilizam “mercadorias políticas” (MISSE, 1997) diferentes, tem lucros diferentes e aplicam formas de violência diferentes. Nesse sentido, quando apontei, no escopo desse trabalho, para uma traficalização da milícia e uma milicialização do tráfico, pensei do ponto de vista do processo. Isso não significa que o tráfico virou milícia e vice-versa; o que propus com isso é que há um processo situado no tempo e no espaço que precisa ser melhor compreendido e dimensionado, mas que há indícios que o tráfico (no sentido plural, tráficos) e a milícia (também no sentido plural, milícias) estão se aliando, dividindo lucro e adicionando práticas econômicas que eram historicamente criticadas por ambos.

No Batan, após a prisão dos líderes do grupo Águia, a milícia foi narrada por muitos moradores como ‘desarticulada’. Porém, como mostrei na seção 2.6, essa narrativa foi acionada porque o exercício moral da milícia não era mais necessário, já que DPO e a UPP haviam adicionado essa missão em suas agendas políticas. Restou a milícia do Batan focar na parte econômica e dar suporte a UPP nos anos iniciais. Quando o tráfico começou a voltar para a comunidade a milícia que sobrara já estava com outra mentalidade e havia se renovado, em vez de coibi-los ela se aliou a eles, ficando responsável pelo gás e pelo gatonet e provavelmente por outras atividades que não tive conhecimento em campo. Como ela não era facilmente visível para a maioria dos moradores, interpretei essa “saída de cena” da milícia como uma estratégia para manter sua legitimidade e limitar a crítica de associação ao tráfico. Sua presença espectral ao mesmo tempo que alimentava o horizonte de expectativa dos moradores, auxiliando-os em uma possível retomada, escondia da vista da maioria suas relações espúrias com o tráfico local. Após a sucessão de golpes e contragolpes ocorridos no Batan nos anos de

⁴⁶ <<http://observatorioseguranca.com.br/observatorios/rio-de-janeiro/>> Acesso em: 06/06/2020.

2018 e 2019, a atual firma do Batan não tem mais acordo com a milícia, fazendo com que circule rumores de que os milicianos podem invadir a comunidade a qualquer momento.

Dessa forma, busquei apontar para as relações entre milícia e tráfico mostrando o caráter contextual que essa relação teve no Batan. É possível que em outros locais tráfico e milícia estejam estruturalmente unidos, buscando formar, quem sabe, uma nova facção ou uma espécie de “frente ampla” entre esses dois polos. Só é possível dimensionar essa relação, para além das generalizações apressadas e (anti)explicativas, por meio de trabalhos etnográficos que aprofundem o cotidiano de certos territórios para compreender agenciamentos possíveis e seu caráter contextual ou estrutural.

Miagusko et al (2018) entendem que com a virada neoliberal dos anos 1990 encerrou-se o otimismo e a expectativa da década anterior em que a redemocratização do país e a construção de uma constituição progressista seria possível resolver os problemas da desigualdade e da integração social a partir de uma gramática dos direitos e das reivindicações. Após a promessa da cidadania ampliada não ter se realizado, a década neoliberal foi representada como “terra arrasada” e teve como desdobramentos a aceitação da fragmentação territorial. Não fazia mais sentido falar em igualdade, cidadania, espaço público ou democracia, em vez disso era necessário encarar uma nova realidade governamental, na qual a lógica interna não era orientada por uma construção de uma ordem justa, mas como gestão das consequências da “nova desordem”.

Feltran (2014) buscando compreender o estatuto do conflito entre pobres (“Classe C ou marginais” e as classes mais abastadas (“playboys”, “madames” ou “bacanas”) entende que esses conflitos não são mais mediados pelos valores cristãos, nem pela ascensão do direito ou ainda pela lógica punitiva. As estratégias governamentais contemporâneas estão baseadas em uma variação situacional de repertório de regimes de governo relativamente autônomos. Esses “regimes normativos”: estatal, evangélico e criminal, procuram administrar a ordem nas periferias construindo narrativas que buscam se diferenciar (e se autonomizar) uma das outras, ao mesmo tempo que se combinam e se agenciam.

Na mesma linha, Márcia Leite (2012, 2014, 2015 e 2017) entende que nos últimos anos a combinação entre estado e mercado para desenvolver favelas específicas da cidade por meio do projeto de pacificação, gerou formas incrivelmente distintas e

territorializadas de regulação da população favelada. Essa administração tem articulado diferentes poderes – “soberano”, “disciplinar” e “biopoder” – praticado por agentes estatais e não estatais, inscritos de forma heterogênea nos territórios, mediado por agenciamentos, confrontos e resistências.

Menezes (2015), por sua vez, propõe que a instalação das UPPs e a reorganização das relações sociais nas favelas inclusas no projeto, fez com que moradores, policiais e traficantes passassem a vivenciar um novo contexto caracterizado por uma “nova fenomenologia do habitar”, que tem como pilar o regime de “campo minado”. Neste contexto os moradores de favela têm a percepção de estarem constantemente sendo monitorados e monitorando, criando mecanismos “lógicos e antecipatórios” para evitar “momentos críticos” que pudessem levar a “situações traumáticas” (violência). Com a crise da pacificação os tiroteios voltaram a assombrar as favelas pacificadas. A autora adverte que a volta do “regime de fogo cruzado” não é uma volta no tempo onde as favelas se organizavam em um molde pré-UPP, nem suspende o “regime de campo minado” das favelas que foram pacificadas. O que ocorre nesse período de pós-pacificação é uma sobreposição com intensidades variadas dos regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado”, ou seja, em certos momentos serão as trocas de tiros que centralizaram a atenção dos atores, em outros será o constante monitoramento e o perigo da “contaminação”. Ainda segundo a autora essa modulação entre regimes reatualiza a experiência de “vida sob cerco”.

Acredito que minha pesquisa se insira nesse enquadramento teórico e possa contribuir analiticamente para esse campo de reflexão. Como apresentei anteriormente o Batan passou por um processo de pacificação anterior a UPP, tendo o regime de “fogo cruzado” momentaneamente interrompido. No período do controle da milícia os moradores do Batan experimentaram a lógica do monitoramento constantes, como aponta Dias (2016), por isso quando a UPP chegou os moradores já estavam familiarizados com esse contexto – com outro tipo de intensidade e de agentes, a depender do comandante isso era mais ou menos evidente. Nos anos iniciais da UPP os moradores presenciaram uma forte vigilância coordenada pelo capitão Eliezer, após sua saída essa vigilância foi se afrouxando, voltando a ser alta após a volta do tráfico, chegando ao auge com a saída da UPP e a crise interna da facção ADA.

O regime de incerteza que busquei descrever se inscreve nesse contexto de regimes territoriais modulados entre a guerra e a vigilância. Dessa forma, a incerteza é um estado permanente de indeterminação acerca do território que vem sofrendo profundas mudanças nos últimos 12 anos. Tráfico, milícia, UPP, guerras e crimes patrimoniais coadunam um sentimento de impossibilidade da manutenção do modo de vida anterior, criando nos moradores uma dificuldade de previsibilidade dos acontecimentos. Não raro, em campo, muitos moradores não sabiam responder qual era a facção que controlava, nem as regras e serem seguidas. Essa configuração reatualiza a nova condição de “cerco” dos moradores do Batan. A ansiedade e adaptabilidade são as marcas dessa nova conjuntura que se seguirá até o ponto em que algum ordenamento territorial faça a gestão da ordem exclusiva e se consolide na região. A questão principal que busquei mostrar é como nesse período de pós-pacificação o sentimento de incerteza captura a subjetividade dessas pessoas e como elas se subjetivam mesmo estando assujeitadas.

Meu interesse não é fazer da incerteza um conceito generalizável para outras favelas, pois isso seria incoerente com o princípio epistêmico que balizou o trabalho, a teoria etnográfica. Essa categoria etnográfica é por definição localizada no tempo, no espaço e no contexto. Por ora, apenas gostaria novamente de apontar a importância de outras pesquisas que aprofundem a compreensão sobre o contexto de mudança que a pós-pacificação tem deixado de legado, não só para as favelas que receberam esse projeto, como para as outras. Mudanças no “quadro de referência” dos ordenamentos territoriais cariocas (tráfico e milícia) gerarão inúmeras situações complexas que precisarão ser investigadas “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002).

Referências:

ARIAS, Enrique. The Impacts of Differential Armed Dominance of Politics in Rio de Janeiro, Brazil. *Studies in Comparative International Development*, v. 48, n. 3, p. 263-284, 2013.

ARIAS, Enrique Desmond; BARNES, Nicholas. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. *Current Sociology*, v. 65, n. 3, p. 448-465, 2017.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8, 2008.

ARAUJO SILVA, Marcella. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, 2017.

BARBOSA, Antônio Rafael. Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar, 2003.

BECK, Ulrich. Incertezas fabricadas - Entrevista com o sociólogo alemão Ulrich Beck. Instituto Humanitas Unissinos, 02 jun. 2006.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BEHAR, Ruth. Rage and redemption: Reading the life story of a Mexican marketing woman. *Feminist Studies*, v. 16, n. 2, p. 223-258, 1990.

BIRMAN, Patrícia. "Favela é comunidade? In:" *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (2008): 99-114.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 674, 1998.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 6, p. 441, 2013.

BURGOS, Marcelo. *Cidadania, favela e milícia: as lições de Rio das Pedras*. 2008.

BURGOS, M. B.; PEREIRA, L.F.A.; CAVALCANTI, M.; BRUM, M.; AMOROSO, M. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n° 11, ago/dez, 2011, pp. 49-89.

CANO, Inácio; Duarte, THAIS. “No Sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008/2011). Introdução, Capítulo 7 e conclusão (p.13-20; 53-81; 127- 237). Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2012.

CANO, Ignácio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo (Org). Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - LAV-UERJ; 2012.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In.: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. (6ª ed.) Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MOTTA, Jonathan. Megaeventos, Estado e favelas sem UPPs no Rio de Janeiro: qual legado? *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, n. 25, 2019.

DA MOTTA, Jonathan. Os dilemas da cidade empreendedora: Estado, mercado e regimes territoriais em favelas da zona oeste do Rio de Janeiro. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 29, n. 2, p. 307-329, 2018.

DA MOTTA, Jonathan. “Luz e Sombra”: Projeto de Cidade e Regimes Territoriais em Favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2017. 70f. Monografia

(Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. cadernos pagu, n. 37, p. 9-41, 2011.

DAVIES, Frank A. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. Rev. Bras. Segur. Pública. São Paulo, V.8, n. 1, 24-46 Fev/Mar 2014.

DE L’ESTOILE, Benôit. Money Is Good, but a Friend Is Better” Uncertainty, Orientation to the Future, and “the Economy. Current anthropology, v. 55, n. S9, p. S62-S73, 2014.

DE OLIVEIRA, Mari. Zona oeste da cidade do rio de janeiro: Entre o rural e o urbano. ILUMINURAS, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago/dez, 2017.

DIAS, Ariley. Para ver o futuro: utopia, risco e paz no Jardim Batan. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2016.

DUARTE, Thais. Facções criminais e milícias: Aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. BIB, São Paulo, n. 90, 2019, pp. 1-16.

ESPERANCA, Vinicius. 'Aviso: não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP': religião e segurança pública no Jardim Batan. Comunicações do ISER, v. 67, p. 89-105, 2012.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. (Tradução Paula Siqueira), Caderno de Campo, n.13, pp. 155-161, 2005.

FERNANDES, Nelson. O conceito carioca de subúrbio: um rapto ideológico. Revista da FAU UFRJ, v. 2, p. 8-15, 2010.

FERGUSON, James. The anti-politics machine. In. SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). The anthropology of the state: a reader, p. 270-286, 2006.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. Dossiê: Sociologia, Porto Alegre, ano 14, nº30, mai./ago. 2012, p.194-222.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. v. 24, 1979.

GAFFNEY, Christopher. Segurança pública e grandes eventos no Rio de Janeiro. In: CASTRO, Demian et al (Org). Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 145-170.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006.

GRILLO, Carolina. Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HIRATA, Daniel e GRILLO, Carolina. Cidade & conflito: roubos, proteção patrimonial e letalidade no Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, Grupo de Estudos sobre Novos Ilegalismos (GENI)/UFF e NECVU/IFCS/UFRJ, 2019.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra ao projeto de favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 374, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. DILEMAS: Revista de

Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia Pereira. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, 2017.

LINS, Antônio. Subúrbios e periferia: a ferrovia na construção da região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista da FAU UFRJ*, v. 2, p. 16-25, 2010.

LUTZ, Catherine. Emotion, Thought, and Estrangement: Emotion as a Cultural Category. *Cultural Anthropology*, Vol. 1, No. 3 (Aug., 1986), pp. 287-309 (2009 [1986]).

MACHADO, Luiz Antônio. “Política na favela”. Artigo originalmente publicado na revista ‘Cadernos Brasileiros’, em 1967; *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 699-716.*

MACHADO, Luiz. Afinal, qual é a das UPPs?. *Observatório das Metrôpoles*, 2010.

MACHADO, Luiz Antônio; LEITE, Márcia. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In. MACHADO DA SILVA (Org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro: Nova Fronteira* (2008): 47-76.

MACHADO, Luiz Antônio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: *Vida sob cerco-violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, p. 35-46, 2008.

MAGNANI, José. DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana. *RBCS Vol. 17 no 49 junho/2002.*

MAGNANI, José. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MENDES, José Manuel. *Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015

MENDONÇA, Tássia. *Batan: tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social MN/UFRJ, 2014.

MENEZES, Palloma Valle. Os rumores da ‘pacificação’: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, v. 7, n. 4, p. 665-684, 2014.

MENEZES, Palloma Valle. Entre o " fogo cruzado" e o " campo minado": uma etnografia do processo de " pacificação de favelas cariocas. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia IESP-UERJ, 2015.

MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 413 f.. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de sociologia e política*, 19(40), 13-25, 2011.

MITCHELL, Timothy. Sociedad, economía y el efecto del estado. In *Antropología del estado*. Fondo de Cultura Económica, 2015.

NADER, Laura. Ethnography as theory. *HAU: Journal of ethnographic theory*, v. 1, n. 1, p. 211-219, 2011.

NOEL, Gabriel; ZUCAL, José. Notas para una definición antropológica de la violencia: un debate en curso. *PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales*, n. 9, 2010.

O’MALLEY, Pat. Governmentality and risk. *Social theories of risk and uncertainty: An introduction*, p. 52-75, 2009.

OST, Sabrina.; FLEURY, Sonia. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, nº3, 2013, pp. 635 a 671.

PALERMO, C, Luiz. Da “Guerra” no Complexo do Alemão à Ocupação da Favela Santa Marta: aspectos de uma política de segurança pública. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 16, n. 2, p. 116-145, 2014.

PEIRANO, Mariza Gomes. *A favor da etnografia*, 1995.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano. In: "O fenômeno urbano." Tradução de Luciano Vieira Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editores (1973).

PINTO, Eduardo Costa. Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. In. INCERTEZAS E SUBMISSÃO? p .339-355, 2019.

ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Quartet, 2013.

ROCHA, Lia de Mattos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos no espaço público. In: LEITE, M; ROCHA, L; FARIAS, J; CARVALHO, M. Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, p. 223-239, 2018.

[ROCHA, Lia](#); CARVALHO, Monique; DAVIES, Frank. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas pacificadas do Rio de Janeiro. R@U: REVISTA DE ANTROPOLOGIA SOCIAL DOS ALUNOS DO PPGAS-UFSCAR, v. 10, p. 216-237, 2018.

RODRIGUEZ, Saul M. Building civilian militarism: Colombia, internal war, and militarization in a mid-term perspective. Security Dialogue, v. 49, n. 1-2, p. 109-122, 2018

ROSE, Nikolas; O’MALLEY, Pat; VALVERDE, Mariana. Gubernamentalidad. Astrolabio, n. 8, 2012.

SCHMITT, Carl. O conceito do político/Teoria do Partasian. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: "O fenômeno urbano." Tradução de Luciano Vieira Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editores (1973).

SOBRAL, Bruno. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas. Dossiê Economia Fluminense, Revista Econômica – Niterói, v.19, n.1, p. 7-34, junho 2017.

VALLADARES, L. P. A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle. In: _____. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VITAL DA CUNHA, Christina. O medo do retorno do medo: um ponto de inflexão no programa das UPPs. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, p. 41-62, 2015.

TELLES, Vera e CABANES, Robert (Org). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Fundamentos de economia compreensiva volume 2. Brasília: UNB, 2004.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do trabalho de campo: alguns problemas. A aventura Antropológica. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Outros links.

ALVARENGA, Darlan. Receita de royalties do petróleo cai 29% e deve ser a menor desde 2009. G1, São Paulo, 18/11/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/receita-de-royalties-do-petroleo-cai-29-e-deve-ser-menor-desde-2009.html>

AMADO, Guilherme. Apesar de UPP, tenente do Bope age como xerife no Batan. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 23/04/2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/apesar-de-upp-tenente-do-bope-age-como-xerife-no-batan-1652407.html>

AMADO, Guilherme. Tenente do Bope atua como ‘xerife’ no Batan e é alvo de críticas de moradores. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 25/04/2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/tenente-do-bope-atua-como-xerife-no-batan-e-alvo-de-criticas-de-moradores-1661152.html>

AMADO, Guilherme. Tenente do Bope é novamente acusado de agressão contra morador do Batan. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 08/06/2011. Disponível em:

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/tenente-do-bope-novamente-acusado-de-agressao-contra-morador-do-batan-1989390.html>

ARAUJO, Adriano. Dono de bar é assassinado no Batan. O Dia, Rio de Janeiro, 29/04/2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-29/dono-de-bar-e-assassinado-no-batan.html>

BELANDI, Caio. Corpo de PM é encontrado no porta-malas do carro na Zona Norte. O Dia, Rio de Janeiro, 01/01/2017. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-01-01/corpo-de-pm-e-encontrado-no-porta-mala-do-carro-na-zona-norte.html>

Blog Crime News. Comerciante é executado à mando do tráfico na favela do Batan. Disponível em: <https://crimesnewsrj.blogspot.com/2015/04/comerciante-e-executado-mando-do.html>

Blog Crime News. Trilícia perde mais uma batalha pelo 18 contra o CV. Rio de Janeiro, 15/03/2020. Disponível em: <https://crimesnewsrj.blogspot.com/2020/03/trilicia-perde-mais-uma-batalha-pelo-18.html>

Blog Crime News. Batan e Batanzinho trocam tiros por indecisão de facção na comunidade. Disponível em: <https://crimesnewsrj.blogspot.com/2017/12/batan-e-batanzinho-trocam-tiros-por.html>

Blog Crime News. Tráfico da Vila Vintém (ADA) racha com Pedreira (TCP) agora é cada um para o seu lado. Disponível em: <https://crimesnewsrj.blogspot.com/2018/02/trafico-da-vila-vintem-ada-racha-com.html>

Blog Crime News. Chefão foi expulso do ADA e Pedreira fica sem facção. Disponível em: <https://crimesnewsrj.blogspot.com/2017/01/chefe-foi-expulso-do-ada-e-pedreira-se.html>

Blog Crime News. Milícia volta a colocar os pés na comunidade Jardim Batan (ADA). Disponível em: <https://crimesnewsrj.blogspot.com/2015/09/milicia-volta-colocar-os-pes-na.html>

CLAUDIO, Nilton. Minha dor não sai no jornal. Revista Piauí, Rio de Janeiro, Agosto de 2011. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>

Extra. Jornalistas são torturados por milicianos no Rio. Equipe de ‘O Dia’ foi espancada por 7 horas na Zona Oeste. Rio de Janeiro, 31/05/2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/jornalistas-sao-torturados-por-milicianos-no-rio-equipe-de-dia-foi-espancada-por-7-horas-na-zona-oeste-519747.html>

FIGUEIREDO, Pedro. Moradores da Rocinha relatam extorsão praticada por traficantes que controlam a comunidade. G1, Rio de Janeiro, 21/09/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/moradores-da-rocinha-relatam-extorsao-praticada-por-trafficantes-que-controlam-a-comunidade.ghtml>

FREDERICO, Tiago. Intenso tiroteio assusta moradores do Batan, em Realengo. O Dia, Rio de Janeiro, 12/10/2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-10-12/intenso-tiroteio-assusta-moradores-do-batan-em-realengo.html>

G1. Gabinete de intervenção decide fechar 2 UPPs na Zona Oeste do Rio. RJTV, Rio de Janeiro, 20/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/gabinete-de-intervencao-decide-fechar-2-upps-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>

G1. Após término da UPP do Batan, facções rivais disputam o controle do tráfico na região; confrontos são constantes. Bom Dia Rio, Rio de Janeiro, 08/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/apos-termino-da-upp-do-batan-moradores-reclamam-de-confrontos-entre-criminosos-para-controlar-o-traffic-na-regiao.ghtml>

GloboPlay. Intenso tiroteio assusta moradores do morro do Batan. Bom dia Rio, exibido em 08/06/2018, 03:08 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6794966/>

LEITÃO, Leslie. Polícia mata o homem que uniu milícia e tráfico no Rio. Veja, Rio de Janeiro, 21/04/2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/policia-mata-o-homem-que-uniu-milicia-e-traffic-no-rio/>

MARTINS, Felipe. Arrecadação do ICMS sofre queda no estado. O Dia, Rio de Janeiro, 06/01/2016. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2016-01-06/arrecadacao-do-icms-sofre-queda-no-estado.html

O DIA. Praça Seca: polícia investiga união '5.3'. Rio de Janeiro, 12/04/2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/04/5633807-praca-seca--policia-investiga-uniao--5-3.html#foto=1>

O DIA. Intenso tiroteio assusta moradores da comunidade do Batan. Rio de Janeiro, 08/06/2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/06/5547444-intenso-tiroteio-assusta-moradores-da-comunidade-do-batan.html>

O Globo. Eduardo Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 15/09/2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>

O Globo. Carminha Jerominho, solta, diz que milícia é 'mal menor que tráfico'. Rio de Janeiro, 11/10/2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/carminha-jerominho-solta-diz-que-milicia-mal-menor-que-trafico-5008565>

Observatório da Segurança. Operações policiais no Rio: mais frequentes, mais letais, mais assustadoras. Rio de Janeiro, Julho de 2019. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REDEOBS_infografico_01_final-2.pdf

OLLIVEIRA, Cecília; EIRAS, Yuri. O fim de uma facção. The Intercept_Brasil, Rio de Janeiro, 13/12/2018. Disponível em: <https://projects.theintercept.com/brasil/o-fim-de-uma-facciao/>

VETTORAZZO, Lucas; QUEIROLO, Júlia. Entenda a guerra na Rocinha e as rotas de fuga usadas por criminosos. Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro, 26/09/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1921789-entenda-a-guerra-na-rocinha-e-as-rotas-de-fuga-usadas-por-criminosos.shtml>

WERNECK, Antônio; DE SOUZA, Rafael. Milicianos e traficantes já se uniram em 180 locais no Rio. Extra, Rio de Janeiro, 10/10/2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/milicianos-trafficantes-ja-se-uniram-em-180-locais-no-rio-rv1-1-24007767.html>

ZUAZO, Pedro. Miliciano morto em ação policial tinha acordo com tráfico, aponta investigação. Extra, Rio de Janeiro, 21/04/2017. Disponível em:

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/miliciano-morto-em-acao-policial-tinha-acordo-com-traffic-aponta-investigacao-21240091.html>

Anexo A – Conhecendo um pouco mais do Batan

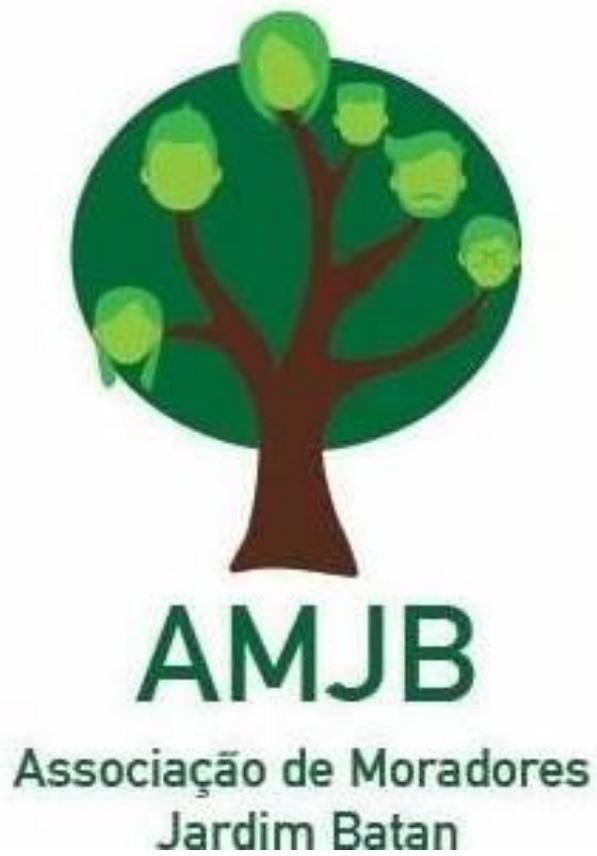
Imagem 1 – Diretoria da associação de moradores da gestão (2016 – 2020)



Fonte: Página oficial da AMJB nas redes sociais.

É interessante notar que essa atual gestão é composta somente por homens.

Imagem 2 – Nova logotipo da associação de moradores.



Fonte: Página oficial da AMJB nas redes sociais.

Esse novo logotipo mostra a cara das pessoas saindo dos galhos da árvore como se fossem frutos, segundo o presidente ela foi confeccionada dessa forma para mostrar a associação de moradores é a união de todos os moradores; a árvore faz referência ao Ubatan, planta que deu nome a região.

Imagem 3 – Algumas ações da AMJB



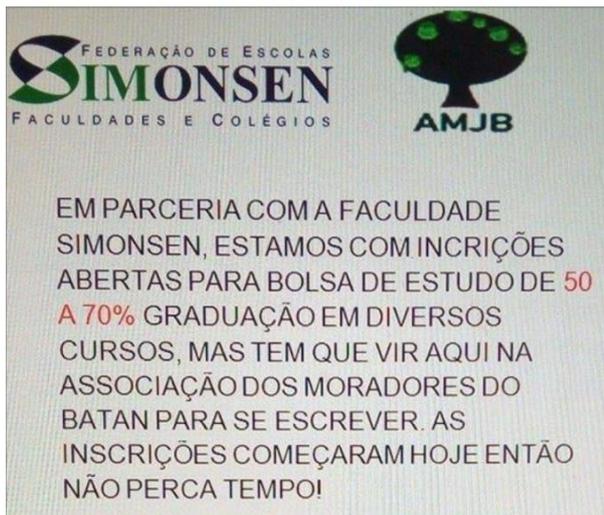
AÇÃO DE SAÚDE UCB



AMJB
Associação de Moradores do Batan

Projeto UCB Batam
26/05

- * Isenção de Documento
- * 2ª via de documentação
- * Nutrição
- * Saúde Bucal
- * Enfermagem
- * Serviço Social
- * Clínica de família com vacinação



FEDERAÇÃO DE ESCOLAS
SIMONSEN
FACULDADES E COLÉGIOS



AMJB

EM PARCERIA COM A FACULDADE SIMONSEN, ESTAMOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA BOLSA DE ESTUDO DE **50 A 70%** GRADUAÇÃO EM DIVERSOS CURSOS, MAS TEM QUE VIR AQUI NA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BATAN PARA SE ESCREVER. AS INSCRIÇÕES COMEÇARAM HOJE ENTÃO NÃO PERCA TEMPO!



Curso de Marmitta Fitness

Aos Sabádos e Domingos de manhã na Associação de moradores Batan.

Em parceria com Associação Batan



AMJB
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BATAN

Fonte: Página oficial da AMJB nas redes sociais.

A associação de moradores do Batan é muito atuante no que diz respeito aos projetos sociais, durante todo o trabalho de campo presenciei diversos cursos, campanhas e ações sociais realizadas pela entidade.

Imagem 4 – Região de Realengo vista de cima

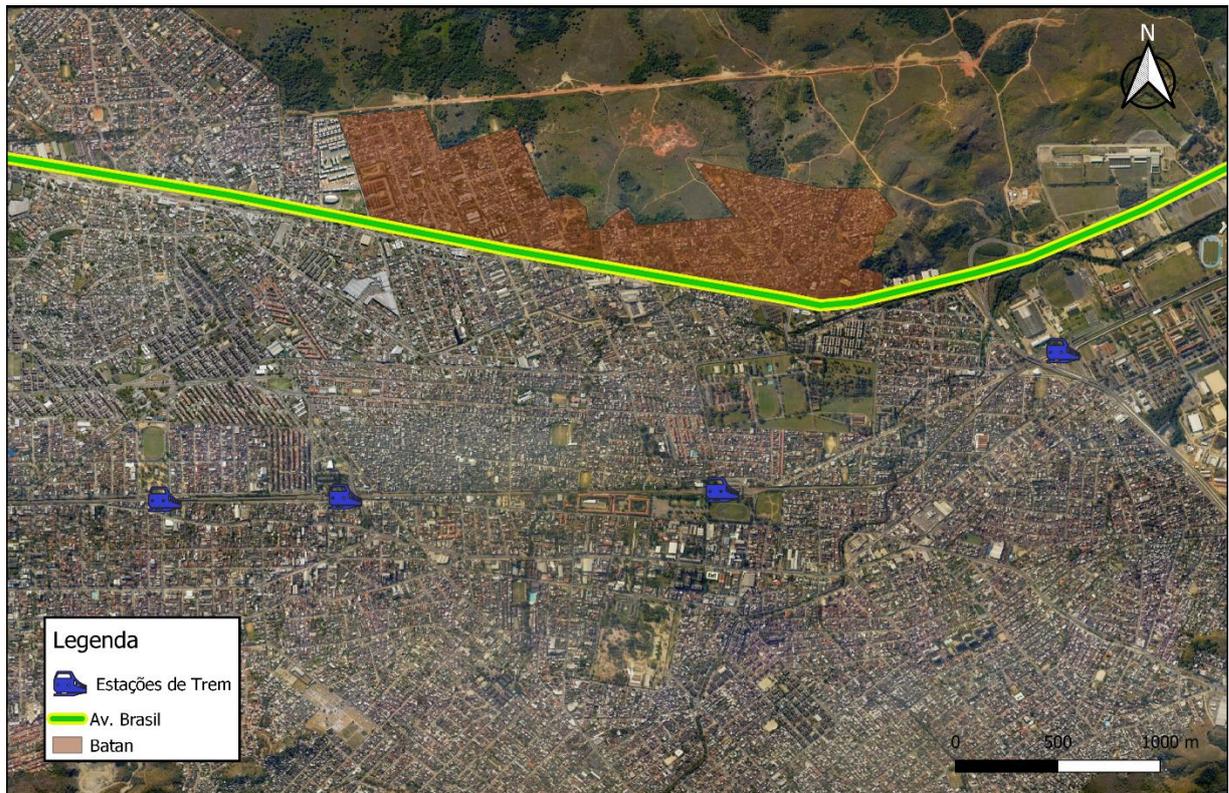


Fonte: Imagem da internet.

Bairro de Realengo e seu entorno visto do Maciço da Pedra Branco. O primeiro plano da imagem mostra a densidade urbana da zona oeste; no segundo plano é possível notar um descampado de vegetação rasteira, lá se encontra o bairro de Gericinó que faz divisa com a favela do Batan.

Mapa 1 – Meios de transportes de massa no Batan

Mapa das Opções de Transportes no Batan

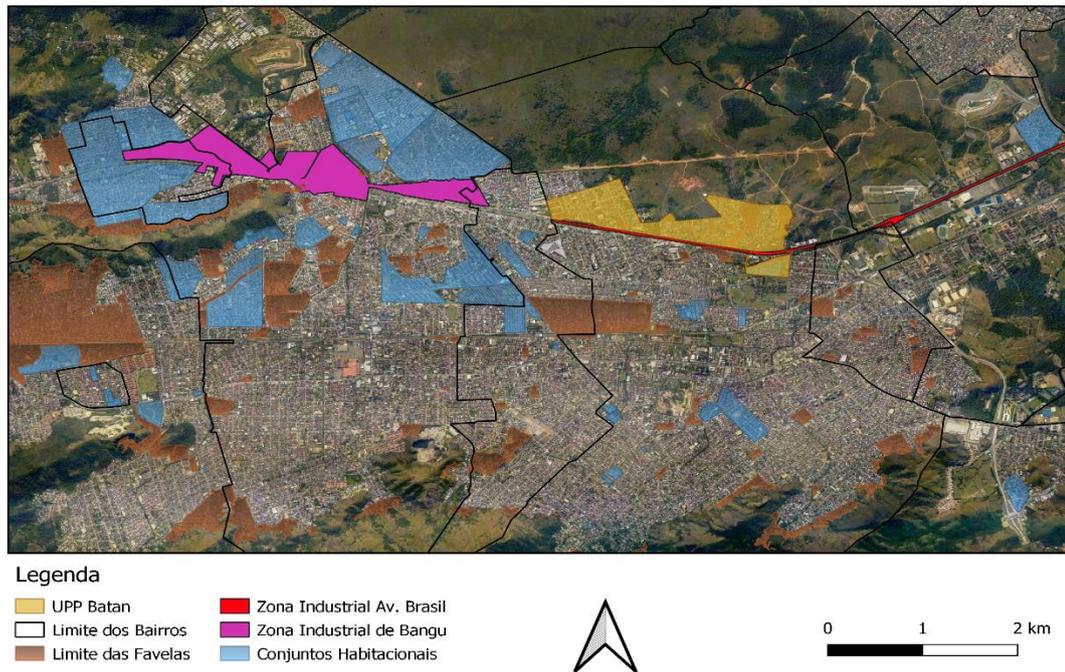


Fonte: Elaboração própria a partir do QGIS e dos dados da prefeitura do Rio de Janeiro

Neste mapa fica claro que a Avenida Brasil (e os ônibus que circulam nela) é a principal opção de transportes para os moradores do Batan, já que as estações de trens são consideravelmente distantes, cerca de 30 a 40 minutos de caminhada.

Mapa 2 – Configuração socioespacial do entorno do Batan

Configuração Socioespacial do entorno do Batan



Fonte: Elaboração própria a partir do QGIS e dos dados da prefeitura do Rio de Janeiro.

O interessante desse mapa é que ele mostra a relação entre áreas industriais e conjuntos habitacionais e desses com as favelas. Isto posto, é possível perceber como a ocupação dessa área está relacionado ao progresso urbano-industrial, o próprio Batan cresceu em função da área industrial que fica as margens da Avenida Brasil.

Imagem 5 – Evento político no Batan



Fonte: Acervo do autor.

Essa foto foi tirada durante o evento político realizado por uma ONG no Batan, onde mostra eu e Yasmin (pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Urbana – CIDADES) junto ao banner do evento.

Imagem 6 – Ruas vazias (parte I – área central)



Fonte: Jessica Galdino.

Imagem 7 – Ruas vazias (Parte II – área periférica)



Fonte: Jessica Galdino

Imagem 8 – Ruas vazias (parte III – parte alta)



Fonte: Jessica Galdino

Essas três imagens representam partes diferentes da favela no horário da noite, mostrando ruas com pouco movimento, cena atípica nas favelas cariocas. Essas imagens captadas por uma brilhante fotógrafa e moradora do Batan evidenciam o medo das ruas, com seus assaltos, suas guerras e seu controle territorial. É importante frisar que a maior parte das invasões ao Batan aconteceram na parte da noite.

Imagem 9 – As cores do Batan



Fonte: Jessica Galdino

Imagem 10 – As crianças da favela



Fonte: Jessica Galdino

Essa foto mostra jovens moradores brincando em uma praça, buscando exercer suas rotinas mesmo diante das adversidades do tempo presente.

Imagem 11 – Viver na incerteza



Fonte: Jessica Galdino

Esta belíssima foto é uma lição que os moradores do Batan deixam para todos nós: mesmo diante da incerteza e das adversidades, a vida continua.